

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
CURSO DE DIREITO

MADELINE MARIA DE SOUZA BARBOSA

(IN)EFETIVIDADE LEGISLATIVA SOB O PARADIGMA DA DIGNIDADE SEXUAL  
FEMININA

SANTA RITA

2018

MADELINE MARIA DE SOUZA BARBOSA

(IN)EFETIVIDADE LEGISLATIVA SOB O PARADIGMA DA DIGNIDADE SEXUAL  
FEMININA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, unidade Santa  
Rita, como exigência parcial da obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Giscard Farias Agra

SANTA RITA

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

B238i Barbosa, Madeline Maria de Souza.  
(IN)EFETIVIDADE LEGISLATIVA SOB O PARADIGMA DA  
DIGNIDADE SEXUAL FEMININA / Madeline Maria de Souza  
Barbosa. - João Pessoa, 2018.  
94 f.

Orientação: Giscard Agra.  
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Andro-superioridade. 2. Tutela Penal. 3.  
Efetividade. I. Agra, Giscard. II. Título.

UFPB/BC

MADELINE MARIA DE SOUZA BARBOSA

(IN)EFETIVIDADE LEGISLATIVA SOB O PARADIGMA DA DIGNIDADE SEXUAL  
FEMININA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, unidade Santa  
Rita, como exigência parcial da obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Giscard Farias Agra

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Giscard Farias Agra (Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Danielle da Rocha Cruz (Examinadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Tatyane Guimarães Oliveira (Examinadora)

Para minha família.

## AGRADECIMENTOS

Para minha eterna alegria, tive a oportunidade de estudar o que mais me instiga: as normas de conduta que regem as relações sociais. Foram 5 anos entregues à lapidação do conhecimento. Agora, com a concretização desta etapa, altero as metas e eis que surgem novas expectativas para outras conquistas. Nada, no entanto, poderia ter sido sonhado ou atingido sem a fé que deposito em Deus. Ele, em Sua eterna misericórdia, concedeu-me a força necessária para ultrapassar todos os obstáculos da longa jornada acadêmica, assim como a inspiração para elaborar este trabalho de conclusão de curso. Agradeço, também, à Nossa Senhora, minha Mãe e Rainha, cuja intercessão poderosa me acompanha em todos os momentos de dificuldades e angústias.

Aos meus amados pais, Jaime Barbosa e Paula Francinete, toda a minha devoção. Com base nos valores que me passaram, sempre soube que o estudo e a dedicação eram os caminhos para a vitória. E os senhores têm partilhado comigo todos os êxitos, as vibrações, as batalhas e os reveses dessa estrada. Sou privilegiada por contar, desde sempre, com tal apoio e amor incondicional.

Às minhas queridas Vovó Tica e Tia Nana, que acompanharam de perto todos os meus esforços e, pelos 5 anos deste curso, facilitaram, no que lhes era possível, minha vivência acadêmica. Tenho apenas o imenso desejo de ser metade do que são para mim. Também aos meus indescritíveis irmãos, Jaime Barbosa Filho e José Alberto, por toda ajuda intelectual concedida. Vocês me precederam nesta carreira, tendo sanado muitas dúvidas jurídicas.

A toda minha família, pelas palavras de estímulo, orações e momentos de alegrias divididos. Não ousaria, jamais, ansiar qualquer outro lar sanguíneo e afetivo para mim. Com vocês, sei que o futuro, apesar de desconhecido, é plenamente possível.

Aos meus amigos e amigas, por todo suporte, compreensão e distração na medida certa. Tento carregar um pouquinho de cada um comigo, na intenção de que esses vínculos, construídos sob diversas circunstâncias, perdurem nos anos.

Pela jornada compartilhada, um especial agradecimento às minhas colegas de curso. Foram inúmeras as experiências acadêmicas nas quais vocês estavam comigo: da participação em congressos até a aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil. Entre uma e outra, nosso coleguismo acabou por alcançar a amizade. Para vocês, desejo todo o sucesso do mundo.

Enfim, ao meu estimado e solícito orientador, Giscard Farias Agra, cujos ensinamentos e prestatividade foram decisivos na elaboração desta monografia. Obrigada por cada comentário, cada ideia, cada correção. És um educador excepcional.

•

“Nem tudo o que enfrentamos pode ser mudado.  
Mas nada pode ser mudado enquanto não for enfrentado”.

JAMES BALDWIN

## RESUMO

A mútua dependência entre o Direito e a Sociedade engendra dois processos adaptativos: por um lado, o ordenamento jurídico reflete as condições do meio, sendo fruto da adaptação social; de outro, o próprio Direito firmado implica na adequação das condutas humanas aos novos parâmetros de relacionamento, sendo gerador de mudanças sociais. Na esteira desse último, ganha relevo o estudo da efetividade das leis, a qual ultrapassa os planos de existência, validade e eficácia para significar aproximação visceral entre o *dever-ser* normativo e o *ser* da realidade comunitária. Destarte, não basta uma lei válida, faz-se preciso ser efetiva. Seguindo este caminho, o presente trabalho monográfico perscrutou a efetividade do Código Penal de 1940 sob o paradigma da dignidade sexual feminina. Melhor dizendo, o escopo maior era verificar se os traços contemporâneos da tutela penal sobre o bem sexual feminino foram recepcionados no seio da sociedade brasileira. Para tanto, debateu-se a naturalização dos vínculos de dominação entre os gêneros; a construção cultural em torno do corpo e do sexo; as alterações de paradigmas entre os Códigos Penais de 1890 e 1940 (redação original e redação atual); a definição teórica da efetividade; e as exteriorizações públicas sobre dois casos de violência contra a mulher (um de repercussão nacional e outro de repercussão local) como termômetros da efetividade da lei penal. A materialização do propósito deu-se com a utilização de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica: cruzou-se o corpus documental alcançado (legislações, revistas e jornais eletrônicos) com o que a bibliográfica sobre a andro-superioridade e a efetividade permite pensar. Além disso, no que tange aos documentos legais, operou-se uma investigação arqueológica da produção cultural acerca da concepção de crime sexual, vislumbrando-se as leis a partir de suas sincronias contextuais. Enfim, o estudo dessa efetividade é de suma importância para romper com a crença precipitada de que a conjectura pátria será remodelada através da mera atividade legiferante, bem como para desvelar a mentalidade nacional acerca da sexualidade feminina em pleno século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Andro-superioridade; Tutela Penal; Efetividade.



## ABSTRACT

The mutual dependence between Law and Society engenders two adaptive processes: on the one hand, the legal system reflects the conditions of the environment, being the fruit of social adaptation; on the other hand, the Law itself implies the adequacy of human conduct to the new parameters of relationship, generating social changes. In the wake of the latter, the study of the effectiveness of laws earn value, because goes beyond the planes of existence, validity and efficacy to signify a visceral approximation between the normative duty and the reality of the community. Indeed, a valid law is not enough, it must be effective. Following this path, the present monograph examined the effectiveness of the Penal Code of 1940 under the paradigm of female sexual dignity. In other words, the larger scope was to verify whether the contemporary traits of the criminal custody over the female sexual good were received within Brazilian society. For that, it was debated the naturalization of the bonds of domination between the genres; the cultural construction around the body and sex; the paradigm changes between the Penal Code of 1890 and 1940 (original wording and current wording); the theoretical definition of effectiveness; and public statements on two cases of violence against women (one with national repercussions and another with local repercussions) as thermometers of the effectiveness of criminal law. The materialization of the purpose was done through the use of documentary research and bibliographical research: the documentary corpus (legislations, magazines and electronic journals) was crossed with which the bibliographical about effectiveness and male superiority allows thinking. In addition, concerning legal documents, an archaeological investigation of the cultural production was carried out on the conception of sexual crime, being the laws visualized from their contextual synchronies. Finally, the exam of this effectiveness is of the utmost importance to break with the hasty belief that the homeland conjecture will be remodeled through mere legislative activity, as well as to unveil the national mentality about female sexuality in the XXI century.

**KEY-WORDS:** Male Superiority; Criminal Protection; Effectiveness.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 A ANDRO-SUPERIORIDADE E A LEGITIMAÇÃO SIMBÓLICA .....</b>	<b>14</b>
2.1 A QUEBRA DO PROCESSO NATURALIZANTE .....	14
2.2 CORPO E SEXO: ILUSTRAÇÕES CULTURAIS .....	16
2.3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA .....	20
<b>3 A TUTELA PENAL SOBRE O BEM SEXUAL .....</b>	<b>28</b>
3.1 O CÓDIGO PENAL DE 1890 .....	28
3.2 O CÓDIGO PENAL DE 1940 .....	40
<b>4 O DIREITO E A SOCIEDADE .....</b>	<b>57</b>
4.1 CONTORNOS TEÓRICOS DA EFETIVIDADE .....	57
4.2 O ESTUPRO COLETIVO NO MORRO DA BARÃO .....	65
4.3 O HOMICÍDIO DE VIVIANNY CRISLEY .....	74
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É certo que o Direito não configura uma entidade desagregada da própria estrutura social que lhe deu origem. Destarte, as aspirações por organização, equilíbrio e bem-estar induzem a sociedade a criar um organismo que materialize e gerencie tais pretensões. Confia-se esse mister ao Direito, o qual, portanto, vem representar ânsias coletivas, não carências de cunho individual. Do que se pode concluir que sua subsistência reclama o homem e a vida em sociedade (*Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus; ergo, ubi homo, ibi jus*)<sup>1</sup>: apenas existe Direito relativamente a alguém; de outra banda, somente o homem gregário goza de direitos e possui deveres. Quem existe fora da comunidade, fora está do reinado das leis. Em conclusão, seja para o homem, seja para o agrupamento social, o Direito configura um meio para viabilizar a convivência harmônica: instrumento para sedimentar os alicerces da segurança e da justiça; a partir disto, as práticas sociais alcançam estabilidade e a vida em sociedade afigura-se possível (Cf. NADER, 2011).

Frise-se, todavia, que o Direito não se limita a ser rebento da produção humana, haja vista incidir sobre a humanidade que o elaborou, causando alterações no ambiente. Por isso se alega que a sociedade edita o Direito e, concomitantemente, sujeita-se aos seus efeitos. Conforme preleciona Paulo Nader (2011, p. 21), as inovações jurídicas implicam em um processo de assimilação e, *a posteriori*, em um processo de adequação das condutas: em primeiro lugar, os operadores laboram para estabelecer a acepção e a abrangência das regras inseridas na comunidade; depois, as articulações e traquejos do corpo social começam a seguir os novos padrões. De fato, são as atuais noções de lícito e ilícito que norteiam as atitudes dos indivíduos no que tange à administração de seus interesses.

Direito e sociedade convivem, pois, sob relação de mútua dependência. O Direito não existe em si mesmo, mas na sociedade e em prol da vida social – o seu propósito é facilitar os vínculos entre os sujeitos e os círculos comunitários. A sociedade, a seu turno, perfaz-se matriz geradora e espaço de desempenho do Direito. Partindo desta convergência, Paulo Nader (2011, p. 18) arremata que a ligação entre a sociedade e o Direito pressupõe dupla lógica de adequação: de um viés, o arcabouço jurídico é confeccionado enquanto processo de adaptação social e, nesse sentido, deve ajustar-se às circunstâncias do meio [a carga valorativa encetada no bojo de uma comunidade é substrato para a compreensão da respectiva produção jurídica, *exempli gratia*, atos normativos, legislação, doutrina e jurisprudência]; por outro, o

---

<sup>1</sup> Tradução livre: “Onde o homem, aí a sociedade; onde a sociedade, aí o Direito; logo, onde o homem aí o Direito”.

Direito estipulado enseja a necessidade de o povo adequar a sua postura aos novos critérios de relacionamento.

A respeito da adaptação do comportamento populacional ao Direito, imperioso destacar que a pura criação deste não consolida o ambiente positivo para as interações sociais desejadas – o universo jurídico não consiste em um estímulo que, de modo unilateral, suscita o bem comum. Em verdade, dita adequação perpassa o estudo da efetividade da lei. Para além da existência, validade e eficácia, a norma jurídica precisa gozar, ainda, de efetividade, sob pena de ter seu conteúdo esvaziado pela praxe social. Deveras, um preceito de Direito que não é efetivo, nos diversos desdobramentos que configuram seu campo de atividade, corre o risco de se tornar inócuo. O liame conectivo entre as duas facetas pode ser resumido da seguinte forma: se a sociedade não se adapta ou pouco se adapta, ocorre supressão ou dilapidações na efetividade da lei.

Apresenta-se, pois, incompleta a crença popular de que a realidade nacional será modificada no momento em que “o Brasil tiver leis mais severas”. Ora, tal percepção – de que as mazelas sociais serão colmatadas através da simples atuação legislativa – alça as leis ao patamar de fontes suficientes para, *per si*, alterarem a dinâmica comunitária, quando, na prática, as mutações sociais demandam um engajamento recíproco entre o mundo jurídico e a conduta social, cujo ápice é a efetividade da norma. Isto se aplica em todos os ramos jurídicos: no Direito Civil; no Direito Empresarial; no Direito Ambiental; no Direito do Consumidor; no Direito da Criança e do Adolescente; no Direito Penal, entre outros.

No âmbito do Direito Penal, o presente texto perscrutará a efetividade da lei vigente (o Código Criminal de 1940) sob o paradigma da dignidade sexual da mulher. O objetivo geral será verificar se os traços contemporâneos da tutela penal sobre o bem sexual feminino foram recepcionados no seio da sociedade brasileira: caso as interpretações e falas exaradas pelas pessoas estejam par em passo com a atual visão penal concedida àquele bem jurídico, cabe atestar a efetividade da norma; se, no entanto, as manifestações populares destoarem do corrente olhar jurídico-penal sobre a sexualidade feminina, calha perscrutar o nível de efetividade da lei.

No lastro deste escopo maior, tem-se, ainda, alguns objetivos específicos: examinar o processo naturalizante e as engrenagens da dominação masculina, designadamente as construções gerais sobre o corpo e o sexo empregadas na conjectura da República Velha Brasileira; delinear o perfil da tutela penal sobre o bem sexual feminino tanto no Código Penal de 1890, quanto no Código de 1940, identificando as mudanças implementadas no transcorrer dos anos; definir as linhas basilares que peculiarizam a efetividade como uma

modalidade singular da eficácia, passando, neste interregno, pela análise dos planos de existência e validade das normas jurídicas.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa de natureza bibliográfica e documental<sup>2</sup>. Bibliográfica porque realizou-se uma revisão das obras (ex: livros, teses, etc.) resultantes de pesquisas precedentes sobre o tema em comento, ou seja, categorias teóricas já apuradas e devidamente registradas por outros pesquisadores foram aproveitadas. Documental porque se usaram documentos legais (Lei de 16 de dezembro de 1830; Decreto nº 847/1890; Decreto-Lei nº 2.848/1940; Lei nº 4.121/1962; Lei nº 10.224/2001; Lei nº 11.106/2005; Lei nº 12.015/2009), bem como revistas e jornais eletrônicos pertinentes<sup>3</sup>. Frise-se: a intenção aqui insculpida era cruzar o corpus documental com o que a bibliografia sobre a andro-superioridade e a efetividade viabiliza pensar.

Outrossim, no que concerne aos documentos legais, operou-se uma investigação arqueológica da produção jurídica e cultural acerca da concepção de crime sexual, realizando-se um estudo comparativo entre legislações distintas, as quais foram vistas a partir de suas sincronias contextuais. Com fulcro nisto, pode-se vislumbrar o emprego do método histórico<sup>4</sup>. Em sendo uma pesquisa situada no terreno da História do Direito, nada mais congruente que estabelecer um diálogo com a metodologia própria dos historiadores, percebendo a emergência do enunciado e sua implementação material (HESPANHA, 2003).

De mais a mais, o trabalho monográfico subdivide-se em três capítulos. O primeiro observará a naturalização das liberdades culturais como instrumento de eternização da separação de gênero e da dominação masculina. Entrementes, a cultura é uma construção contínua, marcada por escolhas que organizam as coisas de modo singular. Assim sendo, as percepções generalizadas e preponderantes nos grupos sociais não representam a simples disposição natural, mas, antes, são resultados do conluio entre pontos objetivos – que encontram esteio no mundo dos fatos – e pontos subjetivos – que dizem respeito às perspectivas. O mesmo sucede na esfera sexualizante: as distinções entre homens e mulheres são passadas como fruto da natureza, porém, revelam ilustrações edificadas pela própria humanidade. Trazendo esta consciência para a realidade nacional, perquire-se a idealização

---

<sup>2</sup> Lakatos e Marconi (2017, p. 107) apontam que a pesquisa documental e bibliográfica, no que diz respeito às técnicas metodológicas, ficam abarcadas pela chamada documentação indireta; já a observação direta intensiva e a observação direta extensiva correspondem à documentação direta.

<sup>3</sup> Sobre a pesquisa documental, vale anotar lição de Antônio Joaquim Severino (2007, p. 123): “nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

<sup>4</sup> O método histórico é enquadrado enquanto um método de procedimento. Conforme preconiza Lakatos e Marconi (2017, p. 107), os métodos de procedimento supõem uma ação concreta no tocante ao fenômeno e estão restritos a um domínio particular.

feminina na época da República Café com Leite, cujo momento histórico abraça as publicações do Código Penal de 1890 e do Código Civil de 1916.

O segundo capítulo, por outro lado, debruçar-se-á sobre a guarida penal conferida ao bem sexual da mulher. Registre-se que tal escrutínio estará limitado aos Códigos Penais de 1890 e 1940: o recorte visará evidenciar as variações entre o último e o anterior paradigma criminal. No âmago da discussão de cada Códex, ultrapassar-se-ão os debates que lhe orientaram (as argumentações das escolas penais que encabeçavam o cenário acadêmico e forense ao tempo da edição); o exame dos dispositivos legais sobre as ofensas sexuais (no caso do Código Penal de 1940, serão inspecionadas, também, as leis posteriores à sua elaboração, que transformaram o panorama dos delitos sexuais); e o retrato das mulheres por ocasião de crimes dos quais seriam sujeitos passivos (a defesa dos uxoricidas com suporte na culpa da mulher “amada”).

Finalmente, o terceiro capítulo buscará os contornos teóricos da efetividade, distinguindo-a da eficácia formal para alocá-la como eficácia social. Uma vez assentadas suas diretrizes definidoras, passar-se-á à exploração da efetividade – sob o prisma da dignidade sexual feminina – em situações concretas. Foram escolhidos o estupro coletivo no morro da Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro; e o homicídio de Vivianny Crisley na cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Ao se fixar um acontecimento de nível nacional e outro de nível local, o intento será sondar se ambos expressam a mesma inclinação social ou se haverá particularidades que afastam os dois quadros.

Imprescindível salientar, ainda, a relevância social desta discussão. Inquirir acerca da efetividade da guarda penal sobre o bem sexual feminino é indagar acerca do processo de adaptação das ações humanas. Com efeito, quando se estuda a efetividade de uma norma, atenta-se para as manifestações da comunidade sobre o objeto desta, via de sequela, procura-se a verdadeira visão dos integrantes sociais, não meramente o que fazem ou deixam de fazer em virtude da lei. Melhor dizendo, a abstenção da prática de um delito não significa, forçosamente, que o indivíduo concorda com a essência da norma proibitiva. A efetividade, então, vai além do plano da aparência, avaliado pelo surgimento ou não da infração penal, para atingir tanto os comportamentos quanto os discursos. Trilhando este caminho, o valor do presente trabalho de conclusão de curso está em espreitar as declarações prolatadas em torno da dignidade sexual da mulher, o que desvela, em grau mais profundo, a mentalidade social sobre o tópico.

Por fim, válido enfatizar que as pesquisas e livros sobre a dignidade sexual das mulheres revelam-se importantes por sua necessária conexão com a dignidade da pessoa humana, fundamento da Constituição da República de 1988 (art. 1º, III) que irradia sobre as demais ramificações do ordenamento. Em função disso, aquelas são inúmeras e nos mais diferentes enfoques, inclusive os de caráter eminentemente histórico. O tema diligenciado está, pois, em compasso com a produção acadêmica e científica em escala nacional e mesmo mundial: Sueann Caulfield – *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*; Carla Marrone Alimena – *A Tentativa do (Im)Possível: Feminismos e Criminologias*; Eva Alterman Blay – *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*; Pierre Bourdieu – *A dominação masculina*; entre outros.

## 2 A ANDRO-SUPERIORIDADE E A LEGITIMAÇÃO SIMBÓLICA

No lastro dos ensinamentos de Pierre Bourdieu (2014, p. 49), as separações fundantes na estrutura social, notadamente os vínculos de dominação e de exploração que se estabelecem entre os gêneros, estão alicerçadas em duas classes diferentes: as linguagens corporais – que são antagônicas e complementares – e os princípios de visão e divisão – que levam a classificar todos os itens do mundo e todas as praxes consoante distinções redutíveis à antítese entre o masculino e o feminino. Estudar-se-á, neste capítulo, o processo de naturalização como carreador das linguagens corporais e dos princípios de visão e de divisão entre as mulheres e os homens.

### 2.1 A QUEBRA DO PROCESSO NATURALIZANTE

Ao serem estudadas as permanências e as mudanças na ordem sexual, notadamente suas repercussões jurídicas, demanda-se, em primeiro lugar, a análise dos mecanismos históricos ensejadores da eternização e da própria des-historização dos arranjos da divisão entre os sexos e das razões de divisão correspectivas. Com efeito, reconhecer que a sociedade androcêntrica atual não se edifica sob fatores biopsicológicos, mas sim assenta-se em uma logística de subjugação perpetrada e repetida ao longo dos anos, alça as mulheres ao patamar de agentes históricos, capazes de alterar e influenciar o curso da coletividade. Em outros termos, concede às mulheres a percepção de que a sistemática posta pode ser transmutada, uma vez que os lugares sociais são frutos da própria construção humana.

Tratando da necessidade de agregar a disposição sexual à sucessão fática experimentada pela humanidade, o sociólogo francês Pierre Bourdieu elucida:

Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, a Igreja, a Escola, e também, em outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica), é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (BOURDIEU, 2014, p. 8).

Com isso, há esforço dirigido para o rompimento da naturalização dos processos de dominação – isto é, a transfiguração da história em natureza, compreendendo-se os comportamentos ditados pela liberdade cultural como comportamentos naturais. De mesmo



modo, busca-se restaurar o elemento antagônico da doxa – complexo de preceitos tomados por naturais pela maioria da comunidade –, o que permite repensar as estruturas de poder sob o prisma de construções valorativas de um grupo em detrimento de outro(s).

De fato, as acepções que os componentes de uma sociedade carregam consigo e vislumbram como base da sua cultural não constituem dados automáticos ou naturais. Tzvetan Todorov clarifica que a representação da cultura é produto de uma construção que se processa em todos os momentos:

As práticas sociais de um grupo são múltiplas e variáveis; ora, para construir uma representação, deve-se proceder a escolhas e combinações – em vez de refletirem passivamente a natureza das coisas, essas operações vão organizá-las de maneira peculiar. Por conseguinte, os indivíduos encontram-se imersos, não em contatos puramente físicos com o mundo, mas em um conjunto de representações coletivas que, em determinado momento, ocupam uma posição hierárquica predominante no âmago da cultura. Essas representações formam um saber oral que se transmite de geração em geração ou, então, encontram-se também consignadas por escrito; elas é que conferem sentido aos diferentes acontecimentos constitutivos da vida de uma pessoa. Nesse sentido, cultura é a imagem que a sociedade tem de si mesmo: assim, é a essa representação que os indivíduos procuram identificar-se – ou da qual aspiram a libertar-se; mas ela não resulta mecanicamente dos próprios fatos. [...] Evidentemente, as representações são determinadas pelas práticas, mas, por sua vez, elas exercem uma influência considerável sobre os comportamentos: enquanto norma adotada explicitamente pela sociedade, mas também enquanto imagem do mundo – forçosamente incompleta e, portanto, infiel, embora compartilhada pela maioria da população. Qualquer percepção, como se sabe, é já uma construção: não por inexistência do mundo objetivo, mas por ser necessário escolher entre suas inúmeras propriedades, em função de esquemas preestabelecidos para identificar objetos e acontecimentos que se apresentam “à nossa frente” (TODOROV, 2010, p. 73-74).

Confusão entre aspectos reais e aspectos fictícios, as percepções generalizadas e dominantes nos agrupamentos sociais – as quais estão congregadas em faixas culturais distintas, por exemplo, a cultura ocidental e a cultura oriental – refletem as opções (ato de eleição) e as associações (ato de aglutinação) no que diz respeito aos elementos presentes no mundo dos fatos. Por meio destas intervenções, as coisas serão encadeadas sob ordem singular – do modo que melhor aprouver ao agrupamento responsável por aquelas –, não retratando a singela distribuição natural.

Partindo destes pressupostos, Bourdieu (2014) vem apontar a ordem social como um grande aparelho simbólico que pende à legitimação da dominação masculina na qual se deita: a distribuição sexual do trabalho, com a divisão de tarefas entre homens e mulheres consoante a localidade e os instrumentos empregados; a identificação de espaços, afirmando a assembleia/mercado enquanto lugar arraigado de masculinidade e a casa enquanto área adequada à feminilidade; e a organização do tempo, estando a vida marcada por pontos de

quebra nitidamente masculinos, restando às mulheres duradouros períodos gestacionais. Continua o autor: “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípio de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2014, p. 24).

Quer dizer, o enquadramento do corpo em certo estilo de vida pauta-se na conotação comunitária desenvolvida, inicialmente, sobre a diferença anatômica dos órgãos sexuais. Não obstante, é factível que o corpo e suas movimentações não estão inteiramente delimitados em sua significação, em especial a sexual, ou completamente indeterminados, existindo miscelânea de aspectos congênitos e aspectos convencionais. Por isso, o simbolismo que lhes é imputado – e que ganha conotação quase natural – perfaz-se causa e garantia da visão social que o sustenta. Destarte, subsiste verdadeiro nexo circular, onde os vínculos de dominação estão pautados na objetividade e, ao mesmo tempo, na subjetividade: há aspectos orgânicos (segmentos objetivos) que expressam as diferenças, mas existem também esboços de consciência (substrato subjetivo) que, esquematizados conforme aqueles segmentos, prescrevem a assimilação dos mesmos.

## 2.2 CORPO E SEXO: ILUSTRAÇÕES CULTURAIS

Nesse contexto, faz-se válido o exame das interpretações sociais acerca dos órgãos sexuais, do corpo e da própria relação sexual, as quais, antes de serem meros reflexos dos atributos naturais, estão eivadas de construções que dissimulam as semelhanças e enfatizam as desigualdades. Quanto aos órgãos sexuais, durante a Idade Média, a vagina era vista como um falo invertido (POUCHELLE, 1983), o que perpetuava as antíteses capitais entre o direito e avesso, o positivo e o negativo, sendo, *in casu*, a norma masculina considerada a medida de tudo e qualquer coisa. Com tal concepção arrastando-se pelos anos, já em inícios do século XIX, anatomistas almejaram fundamentar a norma social impingida às mulheres no seu próprio corpo, invocando as contradições básicas entre o interior e o exterior, a inércia e a atividade, a razão e a sensação (KNIBIEHLER, 1976). Em outras palavras, considerando a internalização do órgão sexual feminino, caberia à mulher representar em sociedade a mesma introspecção, do que resultaria seu confinamento ao seio familiar, ocupando o papel de filha, neta, irmã, sobrinha, tia, prima, cunhada e, sobretudo, mãe – raramente, exercia ofício outro que lhe reclamasse profissionalização ou a qualidade jurídica de cidadã, uma vez que tais estão atrelados à noção de comportamento ativo/produtivo, o que seria negado à ala feminina por sua própria compleição.

A partir disto, torna-se fácil compreender as disposições familiares. Sendo a família o ambiente “nato” e “supremo” das mulheres – afinal, os homens igualmente são filhos, netos, sobrinhos, primos, tios, cunhados e pais, porém, sempre foram mais que laços sanguíneos, exercendo atividades desenhadas importantes pela coletividade, como soldado, médico, advogado, administrador de terras e outros bens –, competia-lhes tudo o que circunscrevesse a área doméstica, desde a educação da prole até a gestão da residência, *verbi gratia*, a compra dos insumos alimentícios, de produtos de limpeza, das vestimentas e, por conseguinte, suas preparações e consertos. Saliente-se que tais afazeres, apesar de fatigantes, não tinham seu valor econômico reconhecido. Corriqueiramente, as tarefas do lar eram – e, para alguns, permanece ainda sendo – vistas como dever intrínseco/natural da mulher e de fácil execução, prescindido de instrução intelectual ou de força muscular, e, por isso mesmo, de pequena significação no mercado.

No que concerne ao corpo, saltam aos olhos as posturas reclamadas de uma senhora, senhorita ou menina: pernas fechadas, coluna ereta, braços rentes ao corpo. Além disso, interessante destacar que a cintura sinalizava clausura, devendo ser mantida amarrada para fins de pureza. De fato, ela anunciava o limite sagrado que salvaguardava a vagina, socialmente delineada como objeto sacro e, dessa maneira, suscetível a regras de contato estritamente rigorosas, mormente os ritos maritais – até hoje é possível identificar tal sacralização nas consultas médicas, cujo acesso pelo ginecologista dá-se separadamente da face da paciente, que tem a cintura coberta por um lenço (BOURDIEU, 2014). O mesmo sucede nas operações cesarianas, onde, frequentemente, as futuras mães permanecem anestesiadas e sem contato visual com o processo cirúrgico, do que se poderia concluir que, na balança de valores, a experiência de acompanhar o nascimento da progenitura acaba eclipsada pelo recato sexual exigido e absorvido pela mulher.

Seguindo a linha de sacralização, o hímen despontou enquanto ápice da intocabilidade feminina: a cintura deveria ser atada e a vagina raramente exibida (já que os profissionais da medicina poderiam ter contato com esta), mas o hímen jamais deveria ser rompido sem o manto do matrimônio para lhe justificar. Sua preservação outorgava à mulher a condição de virgem, pura, imaculada. Para além disso, perfazia fator determinante da honestidade feminina. Com efeito, um homem honesto era o esforçado operário, leal, respeitável, cuja palavra tinha força e, por isso, não desonraria uma mulher – a honestidade feminina, de outra banda, era delineada sob o enfoque da virtude moral na acepção sexual (CORRÊA, 1983). Em verdadeiro processo de sexualização conceitual, operou-se confusão entre índole libidinosa e honra feminina.

Trata-se de consagração corporal que não ocorreu com os homens. De fato, estes tinham a seu favor a vantagem das relações sexuais pré-matrimônio. Não era apenas uma posição favorável, mas verdadeira imposição social, cujo descumprimento poderia suscitar, inclusive, boatos acerca da potência – na pior das circunstâncias, boatos acerca da “feminilidade presente no homem” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013). Na mesma esteira, pertinente apontar que a compleição masculina foi visualizada de modo mais vulgar, sendo a exibição de seus membros retrato de virilidade, de saúde e de capacidade de labor braçal. Basta perceber, no decorrer dos séculos, a facilidade com que as roupas masculinas poderiam ser dispensadas: tangas, túnicas, calças, blusas, coletes, gravatas e capas eram trajados e retirados sem maiores sacrifícios, passíveis de utilização isolada por seus donos, ou seja, sem a necessidade de ajuda (CORBIN, 2013). Historicamente, pois, foram pensadas e criadas para conceder ampla mobilidade aos homens, ao passo que as mulheres, por seus vestuários, acabaram arrochadas, afinadas, moduladas, confinadas, encerradas e, de certa forma, isoladas.

Claro que cada período foi forjado por suas próprias convenções e, portanto, guarda peculiaridades, mas é possível verificar um ponto em comum entre eles, qual seja, o ímpeto de cobrir o corpo feminino, avolumando-o com inúmeras capas de tecido, quase que uma barreira imperativa entre o mundo exterior e a carne elevada (BOUCHER, 2012). Desta lógica, visualizam-se os longos vestidos; as túnicas que iam do pescoço aos tornozelos; os espartilhos; as crinolinas (espécie de armação para dar volume às saias); os panniers (objeto que dava volume lateral nas saias); as meias grandes; as camisas de linho utilizadas como roupa de baixo; os pantalets (tipo de calção que, comparando com os tempos atuais, fazia as vezes de uma roupa íntima); os véus; entre outros. A maioria das peças reclamavam mãos extras para serem postas, restringiam a liberdade locomotiva das mulheres e limitavam a própria capacidade respiratória das mesmas, uma vez que possuíam função compressiva que prometia cintura e corpo “ideais”, mas acabava por lhes causar diversos prejuízos à saúde (DEL PRIORE, 2013; 2014).

Interessante notar que a diminuta autonomia de deslocamento implicada por muitas das antigas vestes femininas, em contraste com a larga movimentação habitualmente concedida aos homens por sua respectiva indumentária, espelhava a dinâmica gregária de andro-superioridade, a qual dispõe o mundo como terreno cativo à exploração dos homens, sem empecilhos, e, concomitantemente, como espaço obscuro e incerto para a ala feminina, cheio de ambientes inacessíveis. Realmente, como se foi dito no início deste capítulo, a ordem social é o maior instrumento de ratificação da dominação masculina e, por isso, as relações, divisões e compreensões por ela lastreadas se prestam à consolidação desta dominação.

Poder-se-ia falar em subterfúgios de falsa percepção, pois as alegorias sociais propiciam a repetição do controle a micro nível – abarcando as mais simplórias engrenagens coletivas – e introjetam nos indivíduos ilusória consciência de que tal autoridade segue a ordem natural das coisas (macro nível). Além das vestimentas, o ato de associar a noção de espaço privado à figura feminina e de espaço público ao feitio dos homens é mais um exemplo da construção simbólica como legitimadora do expoente dominante.

Por fim, afigura-se importante a diferença na concepção acerca do ato sexual que os homens e as mulheres carregam consigo. Aquele é entendido pelo grupo masculino sob a sistemática da conquista, da propriedade (“ela é minha”) e da apropriação – nos diálogos entre homens é comum a atitude de contar vantagem sobre as mulheres conquistadas –; já para o aglomerado feminino, a sexualidade perfaz uma descoberta íntima, embebida de afetividade, não abarcando, forçosamente, a penetração, uma vez que o toque, o abraço, o carinho, etc., podem traduzir uma vivência sexual (BOURDIEU, 2014). Em síntese, os rapazes propendem a delinear a sexualidade como um ato físico e de dominação, no qual devem tomar as rédeas da sedução – via de consequência, as mulheres assumem o posto de “bens” a serem subjugados, sendo-lhes inculcado o desejo erótico de subordinação e sujeição.

Não é à toa que, no bojo dos vínculos matrimoniais, os homens tendem a se referir aos seus cônjuges na condição de “minha mulher”, enquanto que as últimas mencionam seus consortes pelas expressões “meu marido” ou “meu esposo”. Isto denota uma qualificação de gênero: a mulher casada continua sendo descrita como “minha mulher”, do que transparece a conotação de pertencimento ao homem e sua destinação “natural” a esta colocação – ser mulher não é diferente de ser casada; por outro lado, o homem que contrai núpcias é referido especificamente pela relação jurídica estabelecida, raramente sendo cognominado como “meu homem”, o que esvazia eventual pertencimento e diferencia o ser homem do ser casado.

Enfim, deveria existir todo um jogo de interpretações, cujos papeis já estavam marcados. Com efeito, como uma rosa espera para ser colhida na primavera (seu momento de florescimento), uma mulher esperaria pacientemente, no seguro ambiente familiar, pelo momento em que seria descoberta e cortejada por um homem de seu círculo social – uma vez encontrada, à mulher caberia, ainda, esperar pelo rito marital como último estágio para a união completa. Desta maneira, a arte de conquistar (agir positivamente) pertenceria ao setor masculino e o ônus de aguardar (postura omissiva-negativa) pertenceria ao setor feminino. Os comportamentos que fugiam desse padrão eram estereotipados nas denominadas “mulheres desfrutáveis”, “mulheres fáceis”, “mulheres do mundo”, “mulheres experientes”.

## 2.3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA

Sob os auspícios dessas premissas, a Constituição Brasileira de 1891 – primeira carta fundante de âmago republicano, responsável por edificar, após a conjectura escravagista abolida, o conteúdo axiológico do que seja cidadão, sujeitos jurídicos e laços destes com o Poder Público – excluiu as mulheres do campo semântico referente às palavras igualdade e cidadania. Como reverberação, tem-se exatamente a mitigação dos espaços sociais passíveis de serem manejados pelos grupos femininos, pois, em uma sociedade de não-iguais reina a segregação. Nas lições de Sueann Caulfield:

A Constituição de 1891 proclamou a república de cidadãos livres e iguais perante a lei. Como foi o caso na legislação do século XIX, no entanto, a Constituição não definiu claramente “igualdade” e “cidadania”. Ela não mencionava o gênero, mas referia-se ao povo brasileiro com pronomes coletivos masculinos (“todos são iguais perante a lei”; “os cidadãos” podem votar). Mais que simplesmente seguir as regras formais da língua, os governos republicanos interpretavam essa redação de modo que excluísse as mulheres. Ao restringir a cidadania “ativa”, que compreendia o direito de votar e de ocupar cargos públicos, somente aos homens alfabetizados maiores de 21 anos, os legisladores garantiram a plena cidadania para uma minoria privilegiada. Em companhia de crianças, loucos, mendigos, analfabetos e índios protegidos pelo Estado, as mulheres permaneceram cidadãs “inativas”, sujeitas às leis republicanas mas sem o direito de participação cívica (CAULFIELD, 2000, p. 63).

Sabendo que o Código Civil de 1916 – diploma que reflete o paradigma privatístico anterior à ordem atualmente posta pelo Código Civil de 2002 – foi editado ao abrigo das discussões conduzidas pela Lei Magna de 1891, vê-se os influxos desta sobre aquele, especialmente quanto à formação familiar. À época, nenhum legalista discordava que a família se conservaria enquanto instituição civil mais relevante do novo governo, entretanto, sobrelevavam-se inúmeros debates quanto à extensão das diferenças entre os direitos dos homens e das mulheres. Clóvis Beviláqua, responsável pelo projeto que culminou no Códex de 1916, posicionava-se pela recepção jurídica do que considerava ser a família moderna, isto é, um núcleo familiar formado por amor e respeito, não mais pautado na arcaica autoridade unilateral – elucide-se que o autor continuava vislumbrando o homem enquanto detentor do pátrio poder e, portanto, detentor de determinada autoridade sobre sua cônjuge, mas isso não suprimiria o princípio jurídico da igualdade, já que, conforme seu entendimento, esta configuração decorreria da própria natureza, que concedeu a cada membro funções singulares (CAULFIELD, 2000).

Com lastro na igualdade, o encarregado da compilação civil inscreveu no projeto original que todo ser humano possui direitos e deveres na órbita legal, equiparando homens e mulheres de jeito indubitável. A comissão revisora, por seu turno, veio a substituir o termo retro citado pela terminologia “todo homem”, em nítida sexualização dos direitos. No mesmo passo, repeliu a perspectiva da mulher casada ir a juízo diretamente pleitear suas prerrogativas (igualmente proposição de Beviláqua)<sup>5</sup>.

A impossibilidade de representação legal própria conservou as mulheres casadas sob a guarda de seus maridos, condição já preconizada pelas Ordenações Filipinas, de 1603. Em definições doutrinárias, eram enquadradas como relativamente incapazes, ao lado dos pródigos, índios e menores entre 16 e 21 anos. Operava-se efeito retrocessivo jurídico, uma vez que perdiam sua plena capacidade para adentrar na esfera tutelar do marido – quer dizer, ao completarem a idade de 21 anos, as mulheres obtinham plena capacidade jurídica, mas, quando casavam, eram despojadas da mesma. Como consequências, citam-se: i) a necessidade de autorização para trabalhar fora do lar; ii) a dependência econômica, haja visto que os bens da família ficavam adstritos à administração do “cabeça do casal” – o esposo; iii) a obrigatoriedade de adoção do sobrenome do marido, bem como a identificação da família a partir do sobrenome do mesmo – verdadeira dilapidação de um direito da personalidade da mulher, que é o nome.

Tal cenário perdurou até o ano de 1962, quando foi publicado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4121). Por meio deste, efetuou-se a devolução da plena capacidade civil às mulheres na seara do matrimônio, as quais galgaram a condição de colaboradoras dos seus consortes na gestão da sociedade conjugal. Consoante ensina Maria Berenice Dias (2016, p. 152-153), o estatuto em voga também reconheceu o direito da genitora de manter a guarda dos filhos menores, havendo culpa recíproca na separação; eliminou a imposição de autorizativo marital para fins de labor externo; e instituiu os denominados bens reservados, que representavam o patrimônio adquirido com o produto do trabalho da esposa. A propósito, os bens reservados não poderiam ser objeto de pagamento dos débitos do cônjuge varão, ainda que fossem contraídos para manutenção da unidade familiar. Não obstante as modificações, o status de ser subalterna continuava pertencendo às mulheres, já que o rol de direitos e deveres previstos no ordenamento persistia diferente, elevando os homens e desfavorecendo aquelas –

---

<sup>5</sup> Maria Berenice Dias (2016, p. 151) esclarece que o Códex de 1916 retratava a sociedade patriarcal e conservadora da época, logo, só podia ratificar a superioridade masculina – seu vigor físico foi transmutado em poder pessoal, em autoridade, cabendo-lhe o comando exclusivo da família.

apenas com a Constituição de 1988 é que houve autêntica equiparação das garantias e obrigações dos cônjuges<sup>6</sup>.

Na perspectiva da sacralização corporal feminina, que desembocava na classificação das mulheres como honestas ou desonestas, Sueann Caulfield (2000) explica que, no âmbito da República Velha Brasileira, a honestidade não refletia inevitavelmente a capacidade de dizer a verdade, todavia, as alegações das vítimas por estupro ou defloramento apenas gozariam de credibilidade se elas fossem mulheres honestas. Isso se torna de fácil percepção quando da análise do famoso julgamento prolatado por Viveiros de Castro, magistrado da época:

As moças de família, vivendo no recato do lar doméstico sob a vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos. A ofendida, portanto, deve ser acreditada quando não há provas em contrárias à sua precedente honestidade (CASTRO, 1899).

Graças à veladura materna, as mulheres honestas (denominadas “mulheres de família”) seriam ingênuas, inocentes e cristalinas no seu comportamento social. Não era, pois, possível conceber que esse grupo tivesse relações carnavais antes de contrair núpcias, salvo quando enganadas ou coagidas. Em contraposição, as que não eram devidamente vigiadas por seu núcleo familiar sobrelevar-se-iam como criaturas cínicas, dissimuladas, volúveis e indecifráveis (ESTEVES, 1989). Isto é, um elemento de larga ambiguidade, que o corpo coletivo não conseguia encaixar nas estratificações pré-determinadas.

A ausência de adequabilidade das ditas mulheres desonestas gerou dissensos acerca do amparo legal que lhes seria conferido. Preliminarmente, elucida-se que a própria delimitação do que seria uma mulher desonesta foi motivo de dissonâncias entre os intelectuais da Primeira República. Galdino Siqueira e seus seguidores proclamavam a existência de três feitos distintos, quais sejam, a mulher honesta íntegra, a prostituta desonesta e uma categoria intermediária entre as duas anteriores; já Viveiros de Castro e seus correligionários, em posição mais radical, catalogavam como “prostituta clandestina” toda e qualquer mulher que, externamente ao casamento realizado ou esperado, procedesse com fornicção (CAULFIELD, 2000, p. 79).

Adentrando no estudo das políticas públicas empregadas às prostitutas declaradas (mulheres desonestas sem maiores debates entre os penalistas do período), vê-se que, no

---

<sup>6</sup> De acordo com o cômputo feito por Paulo Lôbo (2003, p. 179), foram precisos 462 anos para a mulher casada conquistar a plena capacidade jurídica (Estatuto da Mulher Casada – Lei nº 4.121/1962) e mais 26 anos para sedimentar a igualdade de direitos e deveres no bojo familiar (Constituição de 1988).



Brasil, foram infrutíferos os primeiros esforços da polícia e dos médicos para a regulação dos bordéis pelo próprio Estado. Em finais do século XIX, os profissionais da saúde pública já nem eram a favor da regulamentação pelo Poder Governamental nem da completa proibição. Neste contexto, os legisladores da República Café com Leite, consoante o que tinha ocorrido no ciclo monárquico, deixaram para as autoridades municipais a fiscalização da prostituição, especialmente as autoridades policiais que, face às normatizações turvas, acabavam por atuar sob ampla discricionariedade. O advogado Antônio de Evaristo Moraes, em *Ensaio de Pathologia Social* (1921), apontava que as ações moralizantes da polícia acabavam em violência e desrespeito dos direitos civis das prostitutas – isso apoiado na sua experiência de diversos *Habeas Corpus* impetrados em favor dessas mulheres.

Pois bem, ao passo que as mulheres consideradas honestas estavam protegidas pelo âmbito familiar e sua honestidade lhes dava credibilidade jurídica, as ditas desonestas se encontravam em um limbo. Existiam, portanto, não poderiam ser ignoradas. No entanto, não deveriam existir, dessa maneira, a elas foi dada atenção secundária pela máquina estatal, o que desembocava em campanhas públicas insatisfatórias e preterização em relação as mulheres honestas – sempre defendidas, tuteladas, protegidas em primeiro lugar.

Imperioso destacar que, tratando-se de mulheres solteiras, a honestidade retratava “uma condição social e um atributo moral selados por um estado fisiológico” (CAULFIELD, 2000, p. 78). Destes três pilares, a quebra do selo fisiológico era a postura mais degradante, face sua irreparabilidade. Ora, a desonra a nível social reverberava sobre os demais planos, mas, desde que conservada a virgindade, apesar de difícil, não era impossível uma renovação comportamental – o mesmo se diga da desonra moral. Entretanto, caso a desonra fosse a violação do hímen, a regeneração demonstrava-se inviável pelas leis da natureza e, em função disso, tal desonra era abominada. Veja que, embora existisse grau de importância entre os fatores que compunham a noção de honestidade feminina, todos estavam intimamente intrincados. Em virtude disso, os juristas nacionais, no final do século XIX, concordavam que a pena prevista – no Código Criminal de 1890 – para o delito de defloração se propunha a defender um princípio moral da sociedade, não uma mera película fisiológica<sup>7</sup>.

Comparando com o Código Criminal de 1830 (diploma imperial), calúnia e injúria permaneceram sendo “crimes contra a honra e a boa fama” no novo Códice, a despeito de terem as penas diminuídas (cadeia de até 2 anos ou multa). Afinal, o senso de respeito à honra

---

<sup>7</sup> Sueann Caulfield (2000, p. 77) pontifica que as divergências entre os juristas diziam respeito à terminologia empregada – “defloração”, “sedução” ou “desvirginamento” –, não a finalidade do tipo penal, qual seja, defesa de um pilar moral.

individual facilita a convivência social harmônica – aplicação da máxima jurídica na qual o direito de um indivíduo termina onde o direito do próximo se inicia. Por outro turno, as ofensivas de cunho sexual deixaram de ser classificadas como crimes contra a pessoa para se transformarem em delitos contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Dita alteração revela a compreensão da sexualidade na República dos Estados Unidos do Brasil: um bem tutelado sob o prisma da sua então função social, qual seja, a constituição e proteção da família. Não um valor agregado à pessoa individualmente considerada, para dele dispor ou barganhar, mas um valor da própria unidade familiar, cuja transgressão alardeava todos os membros.

Exemplificando, em uma família com quatro irmãs, se uma delas fugisse sem completar o rito marital com o companheiro ou fosse vítima de um estupro, tais atos atentavam contra o valor sexual da família, de modo que esta ficava maculada perante a “boa sociedade”, notadamente a sua ala feminina. Era um autêntico escândalo que aproximaria todas as mulheres da citada família à concepção de mulher desonrada/perdida. A lógica era simples: a ética voluptuosa das mulheres espelhava os ensinamentos obtidos no seio familiar, logo, o comportamento avesso de uma poderia se repetir nas demais, já que a instituição educadora fora a mesma. Ademais, a família de origem restava ultrajada, pois a intocabilidade feminina (resguardada como sinal de pureza para a formação de novo agrupamento sanguíneo e afetivo) fora tocada sem observância dos laços de conjugalidade.

Os conceitos jurídicos de mulher honesta e mulher desonesta gozavam de importância não apenas na seara penal, mas também repercutiam na esfera cível. Deveras, a Codificação Privada de 1916 elencava como causa autorizadora da deserdação a falta de honestidade da filha que vivia na casa paterna (art. 1.744, III, CC/16). Para se ter dimensão do insulto que era possuir uma herdeira “desonesta”, as outras hipóteses de deserdação circundavam comportamentos com base na violência (física ou moral), no abandono e na traição. Eram elas: i) o herdeiro houver sido autor ou cúmplice em crime de homicídio voluntário, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar (art. 1.595, I, CC/16); ii) o herdeiro que acusar caluniosamente em juízo, ou incorrer em crime contra a honra do sucessor (art. 1.595, II, CC/16); iii) o herdeiro que, por violência ou fraude, inibir o autor da herança de livremente dispor dos seus bens em testamento ou codicilo, ou lhe obstar a execução dos atos de última vontade (art. 1.595, III, CC/16); iv) ofensas físicas materializadas pelo descendente em detrimento do ascendente (art. 1.744, I, CC/16); v) injúria grave perpetrada contra o ascendente (art. 1.744, II, CC/16); vi) constatação de relações carnavais ilícitas com o padrasto

ou madrasta (art. 1744, IV, CC/16); vii) o desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade (art. 1.744, V, CC/16).

Em uma linha direta, a desonestidade feminina era equiparada ao patricídio, infração horrenda de rara aceitabilidade pelos distintos grupos sociais. De acordo com os ensinamentos de Sigmund Freud (1996), o delito de parricídio – que acompanha todas as disposições gregárias, a partir do instante em que os homens se organizam sob o formato de entidade social – é abordado enquanto um tabu, ocorrendo sua vinculação quase imediata ao elemento loucura e, por isso, penetra o senso comum, consolidando o pensamento de que não se trata de uma infração ordinária, comum. Explorando a sociedade totêmica, o autor clarifica que as vedações que primeiro tomavam força nestas comunidades eram o parricídio e o incesto, os quais sempre foram reprimidos de maneira veemente, como que tal vigorosa punição fosse responsável por afastar uma ameaça a toda coletividade (FREUD, 1996).

Se as mulheres poderiam ser retiradas da linha sucessória com fundamento na desonestidade, os homens passavam longe do âmbito de incidência desta disposição legal. A norma referia-se diretamente às mulheres, sendo interpretada *ipsis litteris* pelos juristas. Bem, a força do nome era repassada para as futuras gerações através do elo masculino, deserdá-lo era por em risco a própria higidez da instituição familiar, o que era incogitável. No máximo, os genitores poderiam anular o casamento de um filho varão menor. Isso porque a validade do matrimônio de menores de 21 anos demandava o consentimento de ambos os pais (art. 185, CC/16). Em caso de discordância, prevaleceria a vontade paterna (art. 186, CC/16) – critério puramente sexual.

Ainda no ramo do direito privado, vale anotar que, em compasso com as tradições legais canônica e imperial, o direito do livre-arbítrio na eleição do consorte foi conservado no Código de 1916. Nada obstante, tal diploma não recepcionou a concepção de divórcio, permanecendo o desquite e a separação de corpos e bens como instrumentos hábeis a lidar com a incapacidade dos pares de manter a sociedade conjugal – obviamente, por não ser um divórcio, os desquitados ou separados ficavam impossibilitados de celebrar novas núpcias. Caso a esposa não possuísse meios de prover seu sustento, bem como era exigido que não houvesse manchado a honra do marido, faria jus a receber uma pensão alimentícia deste, tanto para si quanto para a subsistência da prole. Registre-se, todavia, que, em análise de autos judiciais da época – final do século XIX e começo do século XX –, Sueann Caulfield (2000) verificou que o comportamento posterior da mulher era motivo apto a retirar-lhe o direito de pensão. Isto é, a postura desonesta da mulher após a separação conjugal, notadamente

estabelecer relações carnavais com outro(s) homem(ns), tinha o condão de jogar-lhe na miséria financeira.

Na solteirice, no casamento ou na separação, a mulher precisava conservar sua honestidade, sua índole sexual. Seu corpo era nítido recipiente das expectativas sociais e morais – os seres femininos precisavam resplandecer pureza, inocência, transparência, sutileza, recato, ignorância intelectual (de preferência) – nunca alcançando liberdade de desfrute, pelo menos, não sem o respectivo julgamento.

Passando-se à análise da vinculação simbólica da mulher aos espaços privados e do homem aos espaços públicos, Sueann Caulfield (2000), investigando os conglomerados burgueses do Rio de Janeiro no século XIX, elucida que as mulheres seriam, por vontade da natureza, constituídas para a vida doméstica, representando sua motriz moralizadora; já o ambiente público era objeto de império masculino, haja vista possuir, naturalmente, instinto sexual apurado e impulsos agressivos. Por essas justificativas, a mulher que almejasse explorar a esfera pública estaria indicando características que não lhe foram outorgadas pelas leis do meio ambiente – a conclusão era por sua impureza.

A sociedade esperava inocência, pudor, timidez, passividade, prendas domésticas e virgindade por parte das mulheres como caracteres inatos à sua feminilidade – o conjunto destas qualidades afirmava a pureza e honestidade daquelas que o conservavam. Nada obstante, a mesma sociedade pintava as mulheres como seres que não conseguiam resistir às provocações mundanas. Isto é, suscetíveis à contaminação física e moral, em virtude da fragilidade da carne e da alma. Disto adviria a necessidade de resguardá-las ao ambiente privado, como um muro necessário à manutenção da sua moralidade.

Havendo a necessidade de labutar fora do seu recinto familiar original, as mulheres eram encaradas, pelas ricas famílias empregadoras, sob a mesma lógica adversativa: trabalhadoras externas (impuras) ou trabalhadoras internas (puras). Nos dizeres de Sandra Lauderdale (1988) – a qual estudou o trabalho doméstico no Rio de Janeiro de 1860 a 1910 –, as empregadas “de casa”, comumente moças inexperientes, eram fiscalizadas e conservadas dentro do domicílio senhoril; ao passo que as empregadas “de fora”, cujo desvirginamento era subentendido, laboravam e possuíam vida social na rua. Sob a perspectiva forense, Maria de Abreu Esteves (1989) aponta que os Tribunais, entre 1900 e 1911, estavam em compasso com as interpretações da família burguesa, conjugando como elemento da honestidade feminina sua exposição aos locais públicos. Destarte, o fato de uma moça “sair sozinha” era expressão da falta de pudor, logo, indicativo do seu procedimento libidinoso.

Ambas as autoras (Sandra Lauderdale Graham e Maria de Abreu Esteves), posicionam-se pela existência de distintos pontos de vista sobre os lugares sociais. Quer dizer, as próprias trabalhadoras não compreendiam o contraste entre o plano privado e o público do mesmo modo que os juristas e os adeptos da família tradicional. Lauderdale (1988) aponta que as oposições clássicas entre segurança e perigo, valorização e degradação, limpeza e sujeira alçavam a casa senhoril enquanto abrigo inviolável e a rua como local incerto – as mulheres da classe operária, contudo, compreendia-os diferentemente, já que nas casas estavam sujeitas a abusos físicos, morais e sexuais e na rua gozavam de certa autonomia, relacionando-se com parentes e sujeitos da sua comunidade. Esteves (1989), por sua vez, argumenta que aquelas que flertavam e socializavam claramente nos espaços públicos não sabiam, como regra, a força denigrativa das saídas sozinhas na sua reputação perante a Justiça.

Enfim, as relações sexuais na República Café com Leite seguiam a mesma logística já apresentada: passividade feminina<sup>8</sup>, com a supressão de componentes relativos à excitação sexual e condutas instigadas somente pela arrebatadora promessa de casamento; e ativismo masculino, forjado na afoiteza dos machos, na sua aptidão para dominar, inclusive, na seara das relações íntimas (CAULFIELD, 2000, p. 236-237). Mais uma vez, a sedimentação de comportamentos próprios ao setor feminino e ao setor masculino – *in casu*, relativamente à conjunção carnal e demais atos libidinosos – reverberam as separações sociais com fulcro no gênero.

Todo esse aparato histórico sobre os laços de dominação e, especificamente, como se desenrolavam na esfera da República dos Estados Unidos do Brasil, apresenta-se imprescindível para o escrutínio da legislação penal pertinente à defesa da sexualidade. Primeiramente, porque as divisões sexualizantes presentes na sociedade influenciam a guarida concedida pelo ordenamento jurídico ao bem sexual feminino. Outrossim, tendo em vista que o texto comparará a tutela penal sobre a sexualidade das mulheres nos Códigos Penais de 1890 e 1940, era necessário estudar as engrenagens sociais brasileiras na Primeira República, uma vez que o Código de 1890 foi publicado sob seus influxos.

---

<sup>8</sup> Conectando a passividade feminina com o crime de defloração, Caulfield (2000, p. 236) declara: “Embora possa parecer provável que a excitação sexual e o prazer influenciassem muito na decisão das jovens de fazer sexo com o namorado, antes dos anos de 1920, Esteves encontrou apenas evidências esparsas e indiretas dessas sensações em sua análise dos processos de defloração na virada do século. Ela não encontrou processos nos quais as moças reconheciam abertamente a excitação sexual ou se consideram parceiras “ativas”. Seu estudo corrobora as observações de juizes como Eurico Cruz, que, escandalizado com a audácia das “moças modernas” dos anos 20, declarou que o atrevimento das jovens e suas confissões sobre excitação física eram sem precedentes”.

### 3 A TUTELA PENAL SOBRE O BEM SEXUAL

O Direito Penal não proíbe todas as condutas que atacam bens jurídicos, nem tampouco todos os bens jurídicos são por ele tutelados. Em verdade, este ramo do Direito presta-se apenas a reprimir as ações mais lesivas contra os bens jurídicos mais relevantes, disto se retira seu caráter fragmentário, posto que, de todo o espectro de comportamentos vedados e bens protegidos pelo arcabouço jurídico, o Direito Penal somente se responsabiliza por uma parte, fragmentos que ostentam grande importância social (MUÑOZ CONDE, 1975, p. 71-72). Sabendo que o bem sexual é amparado pela esfera penal, conclui-se por sua relevância e necessidade ao convívio comunitário.

#### 3.1 O CÓDIGO PENAL DE 1890

O Código Penal de 11 de outubro de 1890, Decreto nº 847, foi a primeira codificação de direito do período republicano brasileiro, antecedendo em cerca de um ano a Constituição de 1891. Quando da sua feitura, duas correntes do pensamento disputaram a posição de filosofia mestra, quais sejam, a Escola Liberal Clássica e a Criminologia Positivista. Tal embate refletia a polaridade discursiva que ocorria nos centros acadêmicos do Velho Mundo. Deveras, no paradigma euro-ocidental, Alessandro Baratta (2011), ao trabalhar a Criminologia em seus vários desdobramentos, aponta que a Escola Liberal Clássica dominou o século XVIII e a primeira metade do século XIX – depois, entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, a prevalência foi da denominada Criminologia de cunho Positivista. O estudo de uma exige a análise da outra, uma vez que a passagem argumentativa dentro do mesmo campo de conhecimento, normalmente, lastreia-se na dialética. Veja-se.

A política do liberalismo clássico constituía o âmago do Estado de Direito: o fim do *Ancien Régime* foi, sobretudo, sacramentado pelo discurso liberal, o qual afirmava que as pessoas nasceram livres e livres deveriam permanecer à revelia dos gostos e desmandos de um único indivíduo, o rei. Contudo, o livre arbítrio desenfreado podia ser pernicioso para a convivência, o que deixou latente a necessidade de um mitigador para a harmonia social subsistir. Nasceu, então, o pacto social – documento fictício através do qual as pessoas (supostamente) expressaram sua vontade de compor um Estado em que o respeito ao/às direitos/liberdades era elemento central, mas também concederam parcela dessas liberdades para o Governo gerir em prol do bem comum, desde a administração mais adequada até a repressão de cada ato criminoso.

O senso de liberdade fundamentava todas as áreas, diferente não era com a penal. Aqui, então, o delito passou a ser compreendido como fenômeno jurídico (transgressão do direito e do pacto social) surgido em função da livre volição dos indivíduos. O foco foi o crime e não o criminoso. Inexistente, desta maneira, a procura incessante pelas causas da criminalidade – razões psicológicas, biológicas ou sociais que particularizam o delinquente de um indivíduo reputado normal –, o que teve como resultado lógico a nivelação da responsabilidade moral de todos aqueles que praticavam uma infração.

A pena foi edificada como um dissuasivo à criminalidade, estabelecida para certas condutas contra as quais a sociedade deveria ser protegida. Ressalte-se que as restrições à aplicação das sanções penais, e mesmo ao *jus puniendi* estatal, ficavam por conta da utilidade ou necessidade das mesmas e pela minuciosa observância da legalidade, princípio basilar do Estado de Direito. Como bem sintetiza Alessandro Baratta:

(...) as escolas liberais clássicas se situavam como uma instância crítica em face da prática penal e penitenciária do ancien régime, e objetivavam substituí-la por uma política criminal inspirada em princípios radicalmente diferentes (princípio de humanidade, princípio de legalidade, princípio de utilidade) (BARATTA, 2014, p. 31).

Por considerar o delito na máxima de ente jurídico, a Corrente Liberal Clássica abstraía-o da conjectura ontológica que o conectava a todo traço biopsicológico e toda a história pessoal do delinquente, bem como ao ambiente natural e social no qual estava inserido. Tínhamos, assim, duas “separações”, uma relativa ao próprio indivíduo e outra ao universo que integrava. A primeira nos conduzia à dilação de que todos as pessoas eram iguais por natureza, independentemente de características físicas, psíquicas ou comunitárias; a segunda à conclusão de que o ambiente não era motivo determinante do ato criminoso.

Disto, percebe-se que a principiologia do Liberalismo Clássico Penal emergiu para aquebrantar todos os pilares do sistema colonial despótico. Destarte, para lidar com o poder arbitrário do Estado sobre os sujeitos, pautado na afirmação de que o soberano era o preposto dos desejos divinos na Terra, elevou-se o Princípio da Legalidade. Contra a retaliação demasiada ou com lastro na vingança, por vezes perpetrada ao arbítrio dos particulares, desenvolveram-se os Princípios da Humanidade e da Utilidade da Pena. Enfrentando as diferenças postas pelas estratificações de sujeitos jurídicos, as quais perfaziam o alicerce das prerrogativas aristocráticas, consolidou-se o Princípio da Igualdade. Enfim, defrontando a confusão da lei com a moralidade, ocorrida graças a intrínseca ligação entre o Poder Estatal e

a Igreja, invocou-se o Princípio da Secularização e o próprio Princípio da Legalidade. (CAULFIELD, 2000, p. 58)

A Escola Positivista, por seu turno, surgiu como reação àquelas abstrações (a abstração da igualdade entre as pessoas e a abstração da irrelevância do ambiente de convívio do delinquente), frutos de uma Escola pautada em teorias essencialmente metafísicas. Agora o delito, ainda entendido enquanto fenômeno jurídico, seria também ponderado sob o prisma da totalidade social e natural de que decorre. Esclareça-se: em face do contexto de assunção da ciência no qual se encontrava, a Escola Positivista não se satisfazia com uma justificação baseada apenas na “tese indemonstrável de uma causação espontânea mediante um ato livre de vontade” (BARATTA, 2014, p. 38), era preciso encontrar as circunstâncias que levavam alguém a cometer um delito. Ora, se a Escola Penal Clássica contentava-se com uma sistemática apriorística – o que era aceitável para seu período histórico, demarcado pelo racionalismo abstrato da metafísica –, a nova Escola Penal não poderia se dar tal luxo, devendo seguir o método científico (pautado no empirismo – o qual elucidava que toda sapiência se restringia aos dados da experiência sensível – e no materialismo – conforme o qual, no Universo, apenas se admite a busca pela matéria, excluídos quaisquer desdobramentos espirituais) para gozar de prestígio no novo âmbito intelectual.

Dessa necessidade (de observar-se o cientificismo) decorre a adesão da disciplina jurídica criminal ao ensinamento de Auguste Comte, o Positivismo. Este perfez-se em dois planos: doutrina e método. Enquanto doutrina, expunha-se como conteúdo geral da dinâmica e da mecânica do universo, não somente como norma por intermédio da qual a ciência consegue descobrir e antever; já como método, estava baseado na asserção inexorável dos fatos de experiência enquanto alicerce da construção teórica. Assim, deixava-se para trás a procura pela inatingível determinação das causas (a essência das coisas/ o plano metafísico) para privilegiar a busca das leis, ou seja, das correlações permanentes que estão presentes entre os fenômenos. Reveladas, as leis naturais corporificariam a noção geral de um fato particular rigorosamente investigado.

Partindo desse ponto, consoante o que assinala João Ribeiro (1994), Comte assegurava que a ciência era tão somente a coordenação lógica do bom senso, persuadindo-nos de nosso papel como plateia nos fenômenos exteriores, os quais são autônomos a nós e sobre os quais nada podemos fazer a não ser nos subjugarmos às suas leis (determinismo). O filósofo de Montpellier, desta maneira, sugeriu pioneiramente a utilização de novas técnicas na análise científica dos fatos sociais, tendo relegado ao ostracismo o direito natural, o pacto social, os dogmas teológicos e principalmente as interpretações metafísicas.



Vários foram os expoentes do Positivismo Criminológico, entre eles, citam-se Cesare Lombroso e Enrico Ferri (da academia italiana); Franz von Liszt (do Direito Alemão); Gabriel Tarde e Alexandre Lacassagne (da escola de sociologia criminal francesa). Destes, o de maior representatividade foi, sem sobra de dúvida, Cesare Lombroso, o qual, em sua obra prima *L'uomo delinquente*, construiu o crime como um fenômeno natural, tal e qual o nascimento e a morte, pautado em causas biológicas. Isto implica no reconhecimento da transmissibilidade genética da delinquência (sucessão hereditária), assim como na concepção de que o crime conglomerava uma patologia, devendo os criminosos ser tratados.

Doença e Tratamento foram conceitos, inicialmente, desenvolvidos no bojo da Medicina – respectivamente, para explicar fenômenos corpóreos ou psicológicos maléficos e para ilustrar um modo de proceder retaliativo a tais fenômenos. Conclamar que um criminoso estava contaminado por uma patologia e precisava ser tratado aproximava-o do campo de atuação daquela ciência. Sob o palio da Criminologia Positivista houve, pois, ampla interseção entre a Disciplina Jurídica e a Disciplina Médica.

Abordando os indivíduos contaminados pelo germen delituoso, Lombroso (2010) denominou seu paradigma absoluto de delinquência de “criminoso nato” ou “indivíduo atávico” – aquele que fugia completamente dos padrões genéticos erigidos como modelo para uma natureza não delinquente. Perceba: considerando o fato gerador do crime um motivo biológico, o sujeito não poderia fugir do que a genética lhe trouxe como destino inevitável. Estava, pois, determinado a ser um criminoso – determinismo natural. Face a esse entendimento, impossível conceber a punição de alguém sem capacidade de gerir suas ações pela totalidade que o abarcava – o delinquente nato – da mesma maneira que alguém que não estava subjugado por essa totalidade – o indivíduo normal. A falta do livre arbítrio mudava completamente as interpretações clássicas do direito criminal. Destarte, a sanção era vislumbrada enquanto uma reprimenda à atitude deliberada do indivíduo de transgredir a lei; inexistindo o fator “deliberação” por parte do criminoso, o que fundamentaria sua punição?

A pena assumiu, então, duas finalidades: o fito corretivo e o fito de defesa social. Naquele, reinou o substrato normalizador das práticas médicas e jurídicas. Com efeito, as técnicas científicas acabaram por definir um padrão biológico, psíquico e social para a humanidade (o dito “homem médio”). E todos que fugissem do molde (“homens anormais”) deveriam passar pelo processo de adequação – a ortopedia social se fez mais viva que nunca (FOUCAULT, 1987). Imperioso perceber que o afastamento em relação ao paradigma científico poderia se dar em diferentes graus, daí a utilização dos mesmos critérios psíquicos, fisiológicos e sociológicos para a rotulação dos transviados e modulação da reprimenda. No

que concerne ao fim de defesa social, pairou a noção de que o delinquente não possuiria responsabilidade moral pelas suas ações e, portanto, o substrato retributivo (jurídico e ético) da pena estaria esvaziado, precisando a sociedade defender-se/prevenir-se da inevitabilidade criminal, seja pela regeneração, normalização ou mesmo eliminação. Note que a pena não cessaria enquanto o sujeito não fosse corrigido/curado.

A Escola ora trabalhada centrou-se, portanto, no autor do delito. Ele seria o objeto de estudo para indicar anormalidades (desvios do padrão), as quais eram entendidas como dados explicativos da própria criminalidade. Nas palavras de Rebeca Fernandes Dias:

Os pilares reconfigurados desta nova escola de direito penal serão não mais o sujeito de direito autônomo e racional, mas o homem criminoso, determinado por estigmas que o tornam perigoso; não mais o direito legalista e abstrato, mas um direito que se concretiza em práticas normalizadoras – um direito, portanto, atravessado pela NORMA. (...) Na verdade, uma das diferenças centrais entre as duas escolas é o objeto de análise: enquanto a escola clássica estudou o crime (entidade jurídica abstrata) e é este que busca censurar, a nova escola tem como foco o criminoso e é este e não o seu ato que deverá ser corrigido. (...) Desloca-se do paradigma do contrato para o paradigma do organismo. A sociedade é um organismo, o organismo social, e o homem, também organismos biológicos, produtos da evolução, suas células. Para que esse organismo funcione de maneira saudável, é necessário curar, tratar ou eliminar suas células doentes (DIAS, 2012, p. 177).

No contexto tupiniquim, Sueann Caulfield (2000) esclarece que os juristas brasileiros não foram atraídos pelos sistemas classificatórios dos criminalistas positivistas europeus – classificação dos delinquentes e especificação das punições consoante as particularidades de cada um –, mas pela utilização da ciência moderna e do método empírico que estes faziam para contestar os preceitos da Escola Clássica, concebidos enquanto “utópicos” para a realidade nacional. Continua a autora: “Os juristas brasileiros, ansiosos por promover o aperfeiçoamento social e racial da população, viam no direito positivo uma justificativa e um método para intervir no desenvolvimento físico e moral da nação” (CAULFIELD, 2000, p. 71). Trocando em miúdos: os enunciados da Escola Penal Positivista serviriam para transformar a degeneração cultural e física da grande massa, a qual era alardeada pelos intelectuais como item de extrema preocupação e de imediata intervenção, sob o risco de acorrentar o Brasil em uma permanente inferioridade.

Em finais do século XIX, pensadores de grande destaque político e jurídico ajustaram *L'uomo delinquente* (de Cesare Lombroso) e outras obras de criminalistas europeus seguidores do racismo a análises sobre a população brasileira. Como resultado, inferiram que os indivíduos de raça negra e os indígenas não gozavam de juízo, muito menos de livre arbítrio, cuja consequência era a impossibilidade de responderem plenamente por suas

posturas delituosas – o que demandaria, via de sequela, todo um tratamento jurídico diferenciado por parte do Ente Governamental. Isto é, negros e índios, por sua degeneração, deveriam ser objeto de aprimoramento moral: causa e efeito. No meio desses pensadores, ganhou notoriedade Nina Rodrigues, precursor da Medicina Legal e da Antropologia no Brasil, que, ao trabalhar a supremacia do branco sobre o negro, escreveu:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e, assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. É esta, para um brasileiro patriota, a evocação dolorosa do contraste maravilhoso entre a exuberante civilização canadense e norte-americana e o barbarismo guerrilheiro da América Central. E essa visão nos libertará, estou certo, da insânia de que um sentimentalismo doentio imprevidente já pensou em nos querer contaminar. Não se pode qualificar de outro modo a pretensão de atrair para o Brasil a imigração dos negros americanos (...) Se, por extrema infelicidade nossa, semelhante aberração de um sentimentalismo criminoso pudesse ser, algum dia, outra coisa do que aquilo que por felicidade realmente é - uma utopia a todos os respeito, sem possibilidade de execução prática - no préstimo de um protesto contra a premeditação desse atentado contra a nossa nacionalidade, encerrariam os presentes estudos a maior recompensa que ao autor fora lícito esperar, quaisquer que pudessem ser os dissabores dele decorrentes (RODRIGUES, 1903, p. 8).

Imperioso realçar que, em se tratando de Brasil dos anos 1890 a 1940, um dos grandes expoentes contextuais era a abolição. Veja-se: quando a escravidão era institucionalizada, a inferioridade do negro estava jurídica, política e economicamente legitimada pelo próprio Estado; a abolição, no entanto, quebrou com essa engrenagem legitimante. A continuação do debate racial demandou, portanto, outro mecanismo que estabelecesse a desvantagem evolucionária do negro. Foi nessa conjectura que a fala criminológica ganhou espaço, haja vista apoiar sua ratificação na ciência:

Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante, foi necessário, ou conveniente, emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos. (...).

No entanto, os destinos de um povo não podem estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência, que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não a pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas (RODRIGUES, 1977, p. 3-4).

Nada obstante a adesão de muitos estudiosos brasileiros aos preceitos da Criminologia Positivista, o Código Criminal de 1890 foi formatado ao molde das ideias penais clássicas. A propósito, anote-se que, escrito e aprovado ligeiramente, recebeu inúmeras críticas da doutrina especializada (João Vieira Araújo, Aureliano Leal, entre outros), a qual o classificou como “impreciso”, “obsoleto”, “cheio de brechas”, “com má qualidade redacional”. De qualquer modo, perdurou até o ano de 1940, produzindo efeitos jurídicos.

Pois bem, assentar que o Código de 1890 recepcionou muitas premissas clássicas calha ao presente estudo sob o seguinte enfoque: os crimes de ordem sexual foram interpretados como manifestação volitiva dos delinquentes, afastando-se a ideia de uma predeterminação natural. Disto, verifica-se que as punições para os delitos sexuais pautavam-se na mitigação do *status libertatis*, não na utilização de práticas médicas para normalizar os sujeitos criminosos.

Partindo para a análise da tutela sobre o bem sexual nesta codificação criminal, verifica-se que, consoante relatado alhures, as ofensas de caráter lascivo foram classificadas enquanto crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Deveras, no Livro II, o Título VIII, sob o nome “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor”, conjugava cinco capítulos, quatro destinados à defesa do bem sexual concretamente considerado, quer dizer, a afronta atingia um indivíduo em particular (Capítulo I – Da Violência Carnal; Capítulo II – Do Rapto; Capítulo III – Do Lenocínio; Capítulo IV – Do Adultério ou Infidelidade Conjugal); e um destinado à defesa do bem sexual abstratamente considerado, ou seja, a afronta escandalizava a sociedade como um todo, não exclusivamente um sujeito (Capítulo V - Do Ultraje Público ao Pudor).

Para os desatentos das nuances sociais (e seus respectivos influxos sobre o arcabouço jurídico), poderia gerar espanto o fato de a lesão ser perpetrada contra uma pessoa, mas o crime ser capitulado como desaforo à segurança da honra e honestidade das famílias. Para aqueles, todavia, que observaram o contexto sociopolítico da época – última década do século XIX –, perfaz-se nítido o posicionamento legal: a sexualidade como princípio moral para a constituição e conservação da família. Assim sendo, a proteção do bem sexual era pensada e desenvolvida em torno do núcleo familiar, como única função possível. Era uma conjectura distinta da consolidada pelo Código Criminal de 1830, o qual rotulava as ofensas sexuais enquanto crimes contra a pessoa. Confrontando o Códex Imperial e o Códex Republicano, poder-se-ia falar em “publicização direcionada” da sexualidade, haja vista que ela foi desagregada da esfera jurídica particular de um indivíduo para pertencer à órbita jurídica das

famílias, nicho específico da sociedade. Em outros termos, a sexualidade movimentou-se do plano estritamente privado para um plano mais amplo da comunidade, a família.

Imperativo atinar que não era qualquer aspecto da família que uma lesão sexual afetava, mas sim sua honestidade e sua honra. Estas, por sua vez, estavam umbilicalmente vinculadas à honestidade e à honra da mulher, cuja aferição reclamava exame do comportamento libidinoso pretérito da mesma. Dizia-se honesta a mulher criada e protegida no seio familiar, que não circulava sozinha em ambientes públicos e, sobretudo, que não tinha relações carnavais fora do matrimônio (se solteira, preservar-se-ia virgem; se casada, preservar-se-ia fiel; se separada, preservar-se-ia sozinha). Destarte, o Código Penal de 1890, ao tratar dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias, trabalhava com a noção de mulher honesta e com as implicações da honestidade feminina (em nenhum momento, a honestidade do homem emergia como elemento significativo para a caracterização ou cominação da penalidade pela injúria sexual perpetrada). Vejam-se alguns exemplos.

Explicitamente, o art. 268 do Código Penal de 1890 dispunha: “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena de prisão celular por um a seis annos”. O parágrafo primeiro do mesmo dispositivo, por outro lado, determinava que, caso a estuprada fosse mulher pública ou prostituta, a pena seria de prisão celular por seis meses a dois annos. Tomando por base a pena máxima em abstrato de ambas as hipóteses, chegava-se a uma diferença drástica de 4 annos na reprimenda do estuprador. Cristalina, pois, a distinção na tutela do bem sexual das mulheres classificadas honestas e das mulheres taxadas desonestas. Verdade seja dita, foram muitos os especialistas que se insurgiram contra qualquer punição pelo abuso sexual de prostitutas, afinal, a sexualidade era penalmente salvaguardada em prol das famílias – mulheres da vida não se enquadravam no conceito, por conseguinte, deveriam ser relegadas às nocividades do caminho escolhido:

Souza Lima, por exemplo, simplesmente lembrava a todos que o estupro era um crime contra a honra da família; as prostitutas, portanto, deveriam ser excluídas da proteção da lei. Viveiros de Castro, baseando-se nos princípios da escola positivista, argumentou que punir o estupro de uma prostituta era “um absurdo, um contra-senso jurídico”, porque “tal fato não revela um caráter temível, perigoso da parte do delinquente, não causa mal irreparável à vítima, não abala os interesses da defesa social” (CAULFIELD, 2000, p. 81).

A seu turno, o art. 267 do Código de 1890, seguindo a codificação anterior, firmou o defloramento como um crime sexual, *verbi gratia*, “Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude: Pena de prisão celular por um a quatro annos”. Ora, deflorar era um termo jurídico (e mesmo social) para explicitar a intenção de

desvirginamento, o qual era qualificado pelo rompimento da membrana fisiológica feminina, logo, uma condição material e não moral. Sendo a manutenção do hímen lastro indicativo da honestidade para as moças solteiras, conclui-se que a noção de mulher honesta expressava o núcleo da norma, imprescindível para a tipificação da conduta fática como defloramento – não era possível deflorar uma mulher desonesta, pois esta não seria mais virgem. Viveiros de Castro (1932) argumentava que defloramento por engano ou defloramento por sedução deveriam ser interpretados enquanto delitos no cenário de uma promessa de núpcias não efetivada; já por fraude dependia do convencimento da mulher de que o deflorador seria seu legítimo esposo, quando que, na realidade, não o seria.

Ainda no bojo deste crime sexual, vale a percepção de Sueann Caulfield (2000) de como os dilemas práticos originados pelo vocábulo “defloramento” – como identificar a idade da mulher violada se os registros de nascimento não eram feitos ou feitos a destempo? Como identificar o desvirginamento, levando em consideração a existência do hímen complacente e a possibilidade de ruptura por outros meios que não a penetração? – incitaram discussões profundas acerca da relevância da filologia, das provas médicas no Direito Penal, das tradições populares e acerca da ligação entre o princípio imaterial da virtude moral e a histórica celebração da virgindade física.

Uma vez deflorada, a mulher não mais poderia voltar ao *status quo ante*: o dano físico e moral eram irreparáveis. Com lastro neste pensamento, muitos juristas intercediam pela elevação da pena de defloramento, qual deveria ser, inclusive, mais alta que a de estupro. Sob o mesmo argumento de irreparabilidade da lesão, os penalistas, quase unanimemente, davam suporte e aplaudiam a medida de absolver os defloradores e estupradores que contraíssem matrimônio com suas vítimas. A lógica era simples: entendia-se que o estabelecimento da sociedade conjugal reconfigurava a honra da vítima e de sua família (“reparação do mal”). Tal medida estava prevista no parágrafo único do art. 276 do Código Penal de 1890, *in verbis*: “Não haverá lugar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior”. Veja que, para o criminoso, as opções eram o aprisionamento ou o casamento – isto, contudo, não se afigurava, para os criminalistas brasileiros de então, um mitigador do Princípio do Livre Arbítrio na escolha do cônjuge.

Em análise mais íntima da intenção legal, averigua-se que a medida era uma forma de evitar a deturpação do *locus* da mulher, qual seja, a família. Ela nascia e vivia em um núcleo familiar, até o momento em que formaria o seu próprio, pelo casamento. O defloramento,

contudo, poderia alterar este curso, jogando a mulher no limbo da desonestidade. Então, a medida de perdão era conclamada para fomentar o matrimônio, restaurando o caminho já conhecido. Não parecia importante que a mulher fosse obrigada a conviver, dever obediência, ser fiel e respeitar quem lhe submeteu a vontade, causando sofrimento físico ou psíquico, de ordem pública ou privada.

Ademais, defloração e estupro da mulher honesta ensejavam, para a vítima, o direito de ser dotada. Quer dizer, na sentença condenatória criminal, o juiz fixava a obrigação compensatória pecuniária em favor da ofendida (art. 276, *caput*, do Código Penal de 1890). Esta obrigação não era vislumbrada como degradante ou desmoralizante – espécie de pagamento pelo “favor sexual” –, mas sim, uma providência justa e necessária pelos danos produzidos na honra da família. Chama-se a atenção para a indispensabilidade da honestidade feminina: apenas as mulheres conclamadas honestas, quando violentadas, gozariam do benefício financeiro.

Outra ofensa sexual decorria do crime de rapto. Nos dizeres do art. 270, *caput*, do Código de 1890, rapto é a conduta de tirar mulher honesta – maior ou menor de idade, casada, viúva ou solteira – do lar doméstico para fins libidinosos, seja atraindo-a por sedução ou emboscada, ou coagindo-a por violência, não se constatando a satisfação dos gostos carnavais. Mais uma vez, a honestidade da mulher era elemento prejudicial para a configuração do tipo. Imperioso destacar que caso o rapto não implicasse atentado ao pudor e honestidade da raptada, com a respectiva liberdade da mesma – a partir da devolução ao ambiente familiar ou colocação em lugar seguro e à disposição da família –, a pena seria reduzida (art. 271, *caput*, do Código Penal de 1890). Comparando os dois dispositivos, a redução da sanção penal era vantajosa: na primeira hipótese, o rapto era reprimido com pena de prisão de um a quatro anos; na segunda, entretanto, com pena de prisão de seis meses a um ano.

No âmbito do casamento, vale anotar a concordância dos juristas no sentido de que a relação carnal forçada pelo marido não se afigurava como estupro, uma vez que constava entre os “direitos conjugais” do mesmo. Outrossim, o adultério perfazia um crime sexual, não deixando dúvidas de que a tutela penal se prestava à segurança da honra e honestidade das famílias. Frise-se, todavia, as diferenças para a sua punição, caso realizado pela ala feminina ou pela ala masculina. Com efeito, as esposas infiéis seriam punidas com prisão de um a três anos (art. 279, *caput*, do Código Penal de 1890); ao passo que os maridos adúlteros apenas poderiam ser repreendidos, com a mesma pena, se possuíssem concubina teúda e manteúda (art. 279, §1º, do Código Penal de 1890). O desequilíbrio da legislação penal não se coadunaria com o dever de “fidelidade recíproca” sedimentado pela lei civil

posterior (art. 231, I, do Código Civil de 1916); porém, tal desigualdade era extremamente comum nos ordenamentos jurídicos de cunho *civil law* (origem no Direito Romano). Exemplificando, as leis italiana e francesa também penalizavam o adultério do cônjuge feminino de modo mais rigoroso que o do esposo, sendo, aliás, mais coniventes com este que o sistema legal brasileiro – apenas eram punidos se conservassem concubina “no domicílio conjugal” ou “de modo notório” (CASTRO, 1932). A justificativa, para tanto, era a possibilidade da esposa infiel gerar filhos ilegítimos no seio da família, sem o conhecimento do consorte – o que não ocorria na relação adúltera inversa.

A traição por parte da esposa era uma verdadeira quimera social, abolida, escoraçada, maldita e, em casos extremos (contudo, não raros), confrontada com o assassinato. Do ponto de vista jurídico, o Código Criminal de 1890 não previu o direito tradicional do homem de salvar a honra familiar através do homicídio da mulher adúltera. A despeito disso, os enunciados doutrinários, tanto da Escola Liberal Clássica quanto da Criminologia Positivista, abriam brechas que viabilizavam a perpetuação desta conduta:

Por um lado, a atenuante da legítima defesa “da própria pessoa” (art. 42, par. 3), apoiada por ambas as doutrinas, podia ser interpretada para incluir a “defesa da honra”, já que esta era considerada não somente um patrimônio essencial, mas parte da “personalidade humana”.

Por outro lado, uma inovação da escola positivista podia não somente atenuar a pena, mas eliminar a responsabilidade penal daqueles que matavam por ciúmes. Esse recurso foi consagrado a partir do trabalho de Evaristo Moraes – o mesmo advogado que defendeu as prostitutas contra a perseguição e os despejos efetuados pela Polícia – em favor de infames assassinos de mulheres na virada do século. Partindo do conceito de “criminoso passionais” de Enrico Ferri, famoso jurista da escola positiva italiana, Moraes argumentava que o temperamento idealista de algumas pessoas as fazia perder a razão quando decepcionadas ou provocadas por uma forte emoção. Nem Moraes nem Ferri, ambos militantes socialistas, viam qualquer contradição entre seu compromisso com a justiça social e a defesa de assassinos de mulheres. Eles achavam que essa defesa era humanitária, dado que as ações desses homens haviam sido provocadas por uma reação psicológica que fugia ao controle racional. Além disso, as paixões que inspiravam esses criminosos – o amor e a honra – eram socialmente úteis. Ao mesmo tempo, era pouco provável que os criminosos passionais repetissem o mesmo tipo de crime e, portanto, não era necessário proteger a sociedade contra eles. Sua condição talvez justificasse uma atenção psiquiátrica, mas não a prisão. [...]

Os mestres da escola clássica, como Carrara, buscando justificar a condescendência com os homens que assassinavam a esposa adúltera, suspenderam a atribuição do livre-arbítrio e, por conseguinte, da responsabilidade criminal, para aqueles que estivessem sofrendo de uma “paixão cega” que os fizesse perder a razão. Seguindo esta lógica, o código penal brasileiro perdoava aqueles que agiam “em estado de completa privação dos sentidos” (CAULFIELD, 2000, p. 84).

Nas três primeiras décadas do século XX, enquanto os criminalistas clássicos e positivistas se debruçavam sobre a pertinência dos aspectos psicológicos para a designação das paixões incontroláveis, Sueann Caulfield (2000) continua explicando que houve alarmante



proliferação dos episódios de violência doméstica na então capital nacional, o Rio de Janeiro. Com efeito, a grande massa populacional não encarava os julgamentos que inocentavam os homens assassinos de companheiras ou esposas enquanto sucesso das proposições criminológicas modernas, mas sim enquanto indício da persistência do legado patriarcal, pelo qual a honra masculina era apurada pela lealdade sexual da mulher e, quando aquela era transgredida, a justiça penal permitia ao homem tutelá-la através da violência. Convicto, assim, da absolvição ou, pelo menos, redução da reprimenda penal, o setor masculino da sociedade (seja a alta, a média ou a baixa) não costumava titubear na punição da mulher infiel.

Em verdade, o ímpeto de absolver os assassinos de mulheres foi uma torrente marcante em todo o Brasil de inícios do século XX, notadamente ao longo das décadas de 1920 e 1930 (BLAY, 2008). Os argumentos dos advogados, para esses clientes-homicidas, giravam em torno do merecimento das mulheres violentadas, afinal, eram adúlteras, prevaricadoras dos afazeres domésticos ou almejavam se separar de seus cônjuges (CÔRREA, 1983). Além disso, recorria-se para o lado afetivo, indicando o amor como combustível para a conduta criminosa: “eu a amava, não poderia viver sem ela”; “eu a amava, não aguentei a traição”; entre outros. Constatava-se, pois, que a defesa traçada pelos bacharéis não se apresentava com lastro em conhecimentos técnicos – a defesa técnica era, na realidade, apelativa aos sentimentos conservadores da sociedade.

Dado o elevado número de mortes de mulheres, várias feministas encabeçaram campanhas contra os “crimes de paixão”. Menciona-se, por exemplo, Lola Oliveira (1932) e Maria Lacerda Moura (1933). No mesmo sentido, uma ala da Promotoria Pública atuou, nos processos criminais e fora deles, refutando a tese dos “crimes passionais”, no intuito de educar a sociedade e modificá-la: Roberto Lyra, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Carlos Sussekund de Mendonça, Nelson Hungria e Lourenço de Mattos Borges. Apesar destes esforços – que levaram muito uxoricidas à cadeia –, durante a década de 1940, mais uma vez, ganhou força o amor/a paixão como base justificadora do assassinato de mulheres.

De forma sintética, o imaginário social brasileiro, no final do século XIX e começo do século XX, ecoava pensamentos e práticas retrógrados, os quais restavam amparados pelo arcabouço jurídico, embora por fundamentos diversos. O que, francamente, não gerava modificação dos efeitos práticos, permanecendo a mulher objeto das conclusões masculinas – benéficas ou maléficas – sobre honra, fidelidade e subserviência.

### 3.2 O CÓDIGO PENAL DE 1940

Com míseros três anos da promulgação da primeira compilação criminal republicana, já se entreviam projetos e recomendações para a feitura de um novo códex – alude-se, a título exemplificativo, a proposta de código penal oferecida por João Vieira de Araújo em 1893. Nos anos seguintes, mais críticas foram lançadas: Aurelino Leal, em *Germens do crime* (1896), aponta a existência, nas leis penais, de lacunas graves, verdadeiras válvulas abertas à impunidade e à disseminação do crime no meio comunitário; a antropologia criminal de Raymundo Nina Rodrigues – notadamente a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, datada de 1894 – vocifera a relevância da etiquetização racial para fins penais, o que não era considerado pelo atual código; Esmeraldino Bandeira, em 1910, ao fazer a explanação inicial do relatório ministerial da pasta da Justiça, prescreve o atraso do Código de 1890. Frise-se que todos estes intelectuais seguiam os ensinamentos da Escola Positivista, desta maneira, o *locus* discursivo era bem explícito: o cientificismo positivo sobrepujando a metafísica do Liberalismo Penal Clássico.

Malgrado as análises pejorativas, apenas em 1938, o professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Alcântara Machado, por solicitação de Francisco Campos – então Ministro da Justiça de Getúlio Vargas –, elaborou um projeto que viria, de fato, a ser avaliado por comissão revisora. Posteriormente, tal projeto desembocou no Código Penal de 1940, outorgado em 7 de dezembro no mesmo ano (Decreto-Lei nº 2848).

Interessante atinar para o período histórico vivenciado: o Estado Novo. Fruto de mais um golpe político de Vargas, caracterizava-se pela concentração de poderes, mitigação de liberdades individuais e repúdio às ondas comunistas. Nessa toada, o convite feito a Alcântara Machado representa uma reaproximação do novo governo – Estado Novo – com a bancada paulista (SONTAG, 2007). Ora, nos jogos políticos, o conglomerado paulista possuía grande destaque e força persuasiva sobre os demais. Assim, nada melhor, para Vargas, que atrair Alcântara Machado para as esferas do seu governo, uma vez que este era partidário de Washington Luís, um dos tribunos do movimento constitucionalista de 1932 e eminente representante dos interesses da classe paulista. Ademais, dito avizinhamento era algo prenunciado, pois, acima das diferenciações políticas, os grupos hegemônicos da época estavam voltados ao enfrentamento da ameaça comunista – ponto comum com a Administração Central.

Para a real compreensão da importância do Estado Novo no contexto de feitura e aprovação de um novo Código Penal, faz-se preciso descer às minúcias do poder varguista e

das repercussões jurídicas da nova ordem instaurada. Evidentemente, o Golpe de 1937, como qualquer marco histórico, tem por trás todo um cenário de adequação. Destarte, foi o estopim de um processo de repressão e fechamento, que perpassou a Lei de Segurança Nacional (1935), a decretação de estado de guerra face a “Intentona Comunista”, os repetidos estados de emergência, a ampliação dos poderes do Executivo e, por último, o engodo denominado “Plano Cohen”. Tudo isso com a anuência do Congresso Nacional:

Por sucessivas concessões do Legislativo, a pedidos e pressões do Executivo, o Brasil viveu em estado de emergência logo equiparado a estado de guerra, de novembro de 1935 a junho de 1937. O consentimento a tais medidas implicava na convicção mais ou menos generalizada [...] de que o fortalecimento do Executivo era a condição de estabilidade e ordem (SOLA, 1990, p. 261).

Em 10 de novembro de 1937, os militares sitiaram o Congresso Nacional e uma Nova Constituição foi imediatamente outorgada – o que indicou pretensões e engajamentos muito anteriores. No mesmo dia, pela noite, através do programa “A Hora do Brasil” da Rádio Guanabara, Getúlio se proclamava, para todos os brasileiros, o único com capacidade de conservar a estabilidade nacional, atacando os partidos políticos por não observarem as vontades da Nação, mas sim, atuarem sob o palio de interesses particulares ou regionalizados. Consequência deste discurso ou não, fato era que Vargas contava com o apoio popular – o povo vislumbrava o golpe enquanto uma medida de saneamento político (D’ARAÚJO, 2000).

Foi neste momento que se delineou a figura do gestor público como um pai da nação: tal qual o patriarca familiar deveria ser afetuoso na proporção certa e, com as ferramentas viáveis, manter a união do núcleo, o chefe do Executivo deveria ser carismático com as massas e zeloso no trato da coisa comum, mas com “mão forte” para guiar o destino da nação. A valer, Getúlio Vargas angariava personificar o próprio Estado. Como qualquer ditador, seria a figura sobre a qual se concentrariam todos os poderes, o caminho pelo qual todas as medidas percorriam, a pessoa a quem todos os funcionários públicos (e, também, particulares) deveriam agradar. Sob tal conjectura, não se demonstrava apazível o empoderamento das instituições democráticas, mormente o parlamento e os partidos políticos. A estratégia, pois, foi lhes imputar a culpa pelas mazelas sociopolíticas e pelo afastamento do governo em relação ao povo. Logo em seguida, veio o Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, o qual jogou todos os partidos políticos na ilegalidade – em termos precisos, promoveu a dissolução das ligas políticas representativas da sociedade civil.

Consoante o historiador Luciano Martins (2007), sem as correntes procedimentais impostas pelo Legislativo, a reestruturação da máquina estatal se deu em três planos, os quais

propiciaram a hipertrofia do Poder Executivo: 1) formação de comissões técnicas; 2) reaparelhamento das forças armadas; e 3) enquadramento, por intermédio das leis sindicais e da Pasta do Trabalho, dos meios de representação. No âmbito do primeiro plano é que ganham relevo as análises aqui desenvolvidas. De fato, a maior parte das leis e codificações estadonovistas foram materializadas pelo trabalho das comissões técnicas, as quais estavam vinculadas ao Executivo, por meio de órgãos como o Ministério da Justiça.

As comissões – voltadas a diferentes áreas e compostas por pessoas dotadas de formação acadêmica ou outro meio educativo que lhes conferisse conhecimento especializado – perfaziam uma das frentes estatais pela modernização das instituições a partir de uma racionalidade administrativa. Isto é, almejava-se a remodelação dos órgãos e serviços públicos com fulcro na técnica. Sobre as reais consequências deste intento governamental, vale colacionar a conclusão de Maria Celina D’Araújo (2000) pelo entrelaçamento do novo padrão com o velho: houve, efetivamente, uma reforma administrativa tecnicizante, contudo, esta não suprimiu o clientelismo, tão característico da República Café com Leite e tão criticado pelos varguistas.

No lastro desta modernização pautada em critérios técnicos, operou-se a tecnicização da própria legislação. Especificamente na seara penal, os debates que orientaram a reforma (1938-1940) ocorreram justamente no momento em que se recepcionava o tecnicismo jurídico-penal no Brasil – passava-se pelo processo de apropriação de tal enunciado. Embora as origens do tecnicismo jurídico-penal se projetem na Alemanha de finais do século XIX, sua repercussão em terras brasileiras se deu apenas no século XX, através da atuação de penalistas italianos, como, por exemplo, Arturo Rocco.

Acerca da presença do tecnicismo jurídico penal na Codificação de 1940, imperioso anotar a lição de Ricardo Sontag:

A especificidade histórica da objetivação técnica do código penal de 1940 se completa com a elaboração do destinatário imaginado para aquele texto. Como objeto técnico, ele se destina, na verdade, como texto, aos próprios juristas como comunidade de especialistas. E é o tecnicismo jurídico que levará essa especialização ao seu mais alto grau, construindo a identidade do penalista plenamente calcada na leitura do código, que definiria o que deveria ser um jurista, distinguindo-o, também, de todas as outras figuras, como o médico, que ainda se misturava na figura do criminólogo positivista. A radicalização, portanto, da definição do destinatário como uma comunidade de especialistas se dá justamente porque o tecnicismo procura “purificar” a identidade do penalista de tudo aquilo que não fosse plenamente jurídico. E, nessa construção, é o código, o texto legislativo, que é colocado no centro dessa elaboração identitária (SONTAG, 2007, p. 48).

Ora, um dos elementos chaves do tecnicismo é transformar a lei positiva estatal em objeto privativo de análise da ciência criminal em sentido estrito. Em razão disso, essa proposição se inclinava contra os ensinamentos da Criminologia Positivista, uma vez que os positivistas não se vislumbravam enquanto juristas “purificados” (tecnicizados), apesar de já participarem, na posição de *experts*, da objetivação técnica do códex. Destarte, o penalista alardeado pelo Positivismo Criminológico deveria aglutinar os conhecimentos de um jurista, um pouco médico, psicólogo e sociólogo – uma identidade alargada, onde a ciência penal, a criminologia e a política criminal consubstanciariam, na verdade, uma sociologia criminal. O tecnicismo, por outro lado, propugnava um penalista em sentido exclusivamente “jurídico”: articular-se-ia a objetividade técnica do código com um público juridicamente tecnicizado.

Frise-se que a luta do tecnicismo em desfavor da multidisciplinariedade, segundo Ricardo Sontag (2007, p. 50), expressa uma guinada epistemológica, uma transformação político-cultural e, também, uma cruzada entre âmbitos profissionais. A guinada epistemológica pode ser entendida a partir da alteração dos métodos e dos objetos pertinentes à ciência penal. Por outro lado, a transformação político-cultural diz respeito à figura e atuação do penalista, o qual ocupou o lugar de destinatário do código e das normas penais de uma forma geral. Por fim, a consolidação de um âmbito estritamente jurídico demonstra a intenção de enxotar os influxos e as influências de outras áreas do saber, notadamente as ciências médicas.

Para os que entendem que, no Código de 1940, houve triunfo dos enunciados da Criminologia Positivista, vale colacionar alguns argumentos refratários. Em primeiro lugar, os membros da comissão revisora, salvo Roberto Lyra, eram adeptos do tecnicismo, bem como o então Ministro da Justiça, Francisco Campos. Assim sendo, apesar de o próprio autor do projeto, Alcântara Machado, ser positivista, a comissão, que promoveu diversas mudanças no texto, seguiu as premissas do tecnicismo. Outro ponto é que a medida de segurança, maior indício criminológico positivista no Código de 1940, apresenta-se como mero complemento da sanção penal e, nas hipóteses de inimputabilidade, afigura-se um sub-rogado desta última. Logo, a medida de segurança não substitui o sistema tradicional de penalidades (prisão, multa, entre outras), podendo se falar, no máximo, em influências residuais da doutrina criminológica positiva. Por todo o exposto, posiciona-se, aqui, pela prevalência do tecnicismo jurídico-penal no Código de 1940.

Aliada à existência de um grande corpo técnico à disposição da Administração Central, saliente-se a liberdade legiferante, concedida ao Poder Executivo pela Carta de 1937. Com efeito, a este Poder foi outorgada a possibilidade de legislar por meio de decretos-leis,

cuja força era de lei ordinária. Nesse sentido, o art. 12 da Constituição de 1937 dispunha que o Parlamento poderia autorizar o Presidente da República a expedir decretos-leis, o que faria nos limites da autorização. De outra banda, o art. 13 permitia ao Presidente da República, no período de recesso parlamentar ou de diluição da Câmara dos Deputados, e consoante as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sobre as matérias de competência da União, ressalvadas algumas temáticas específicas, como modificações da Constituição e legislação eleitoral. Quanto à organização da Administração Federal e estruturação das forças armadas, o Chefe do Executivo gozava de ampla licença para expedir decretos-leis, apenas tolhido pelas moderações constitucionais e pela capacidade orçamentária (art. 14 da Constituição de 1937).

Não deve surpreender, portanto, que tantas compilações legais foram editadas nesta época, *verbi gratia*, o Código de Processo Civil – Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939; o Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941; a Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei nº 5.422, de 1º de maio de 1943; o ora investigado Código Penal de 1940 – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Desses quatro documentos legislativos, apenas o primeiro já foi revogado, enquanto os três seguintes continuam vigentes ainda nos dias de hoje.

Pois bem, esmiuçados os discursos teóricos desenvolvidos no bojo da reforma penal e as características fundantes do Estado Novo, passa-se ao exame da tutela penal sobre o bem sexual na nova codificação. Desde já, deve ser elucidado que o tratamento jurídico penal dado ao bem sexual foi um até 2009; depois, a conotação e a interpretação empregadas foram outras. O marco divisor de águas foi a Lei nº 12.015, promulgada em 7 de agosto de 2009. Registre-se que outras mudanças legislativas ocorreram ao logo dos anos, porém, a mutação promovida pela Lei nº 12.015 foi uma verdadeira substituição paradigmática.

Quando da outorga do Novo Código Penal, a tutela sobre o bem sexual estava compactada no Título VI (Parte Especial) desse diploma, sob a denominação “Dos Crimes Contra os Costumes”. Seis capítulos lhe integravam, eram eles: Capítulo I – “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual”; Capítulo II – “Da Sedução e Da Corrupção de Menores”; Capítulo III – “Do Rapto”; Capítulo IV – “Disposições Gerais”; Capítulo V – “Do Lenocínio e Do Tráfico de Mulheres”; Capítulo VI – “Do Ultraje Público ao Pudor”. Da simples leitura dos cabeçalhos, verifica-se que muitas terminologias foram preservadas, *verbi gratia*, sedução, rapto, lenocínio e ultraje público ao Pudor. Examinar-se-á qual o grau de semelhança com os tipos penais do Código de 1890 e eventuais diferenças entre este e a nova Codificação.

Em primeiro lugar, saliente-se a alteração da alcunha do Título pertinente à tutela sexual, de “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje

Publico ao Pudor” para “Dos Crimes Contra os Costumes”. Trata-se de deslocamento axiológico: o cerne da proteção já não era mais a família, porém o modo como os indivíduos deveriam se comportar sexualmente ante a sociedade. Quer dizer, a sexualidade seria salvaguarda em prol da moralidade pública, deixando para trás uma conjectura a qual era custodiada em função da preservação familiar. Pode-se apontar como um dos motivos ensejadores de tal mudança a secularização estatal. Ora, desde a quebra do *Ancien Régime*, as nações ocidentais buscaram uma separação definitiva entre o Estado e a Igreja. Isto é, entre valores “puramente” agregados à natureza humana e, por isso, tuteláveis pela via público-estatal e valores capitaneados por crenças pessoais. Dita separação passou por progressos e retrocessos ao longo dos anos e, no século XIX, ganhou muita força sob a perspectiva do cientificismo metódico, opositor das premissas metafísicas. No século XX, enfim, o tecnicismo elevou a secularização a um novo patamar, reclamando a adoção, por parte do Poder Público, de critérios e posturas objetivas. Disto se pode compreender a opção legislativa pela moralidade pública, construída objetivamente para representar as expectativas do seio comunitário, em lugar da família, a qual está embebida de nuances subjetivas (diferentes arranjos familiares; diferentes objetivos familiares). Com isto, entretanto, não se quer dizer que a família foi relegada do arcabouço jurídico: ela seguiu sendo tutelada, todavia, não mais pelo olhar da sexualidade.

No que tange ao Capítulo I, vale frisar que o bem sexual foi tratado na esteira da liberdade sexual. Exprimia, portanto, a noção de que o ato sexual ofensivo violava uma liberdade individual, embora fosse reprimido em favor da moralidade pública. Aqui, tinham-se os tipos estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude. Destes quatro, três faziam referência expressa à mulher e dois referência expressa à mulher honesta. Destarte, estupro era descrito como o constrangimento, através de violência ou grave ameaça, da mulher para a prática de conjunção carnal (art. 213 do Código Penal de 1940) – a alusão exclusiva ao sexo feminino delineia, indubitavelmente, quem eram as maiores vítimas deste crime. Cotejando com o Código de 1890, abandonou-se a necessidade da mulher ser “honestas” para fins de configuração do estupro. Nada obstante, continuava-se entendendo que o coito forçado, dentro das relações conjugais, não delineava uma conduta penalmente relevante:

Questiona-se sobre se o marido pode ser, ou não, considerado réu do estupro, quando, mediante violência, constrange a esposa à prestação sexual. A solução justa é no sentido negativo. O estupro pressupõe cópula ilícita (fora do casamento). A Cópula *intra matrimonium* é recíproco dever dos cônjuges. O próprio *Codex Juris Canonici* reconhece-o explicitamente [...]. O marido violentador, salvo excesso

inescusável, ficará isento até mesmo da pena correspondente à violência física em si mesma (excluído o crime de *exercício arbitrário das próprias razões*, porque a prestação corpórea não é exigível judicialmente), pois é lícita a violência necessária para o *exercício regular de um direito* (HUNGRIA, 1956, p. 124-125) [grifos do autor]

Para contrabalancear a exclusão da honestidade feminina no campo do estupro, o legislador criou mais dois delitos que só se concretizavam quando tal estivesse presente. A conduta de ter conjunção carnal com mulher honesta, valendo-se o infrator de meios fraudulentos, era enquadrada como crime de posse sexual mediante fraude (art. 215 do Código Penal de 1940) – perceba que a concepção de mulher honesta era elemento nuclear do tipo, imprescindível para a subsunção da conduta. Por outra parte, o ato de induzir mulher honesta, mediante fraude, para praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso distinto da conjunção carnal, era definido como crime de atentado ao pudor mediante fraude (art. 216 do Código Penal de 1940) – mais uma vez, o conceito de mulher honesta emerge como elemento do tipo. Nessa linha de raciocínio, os crimes de posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude não teriam como possíveis ofendidas as prostitutas e “mulheres da vida”, uma vez que estas não gozavam da suposta “honestidade”.

Adentrando no estudo da sedução, a qual estava listada no Capítulo II, juntamente com o crime de corrupção de menores, o art. 217 do Código Penal de 1940 dispunha: “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena - reclusão, de dois a quatro anos”. Depreende-se que a sedução só poderia ser caracterizada quando a ofendida fosse mulher virgem, ou seja, mulher solteira, entre quatorze e dezoito anos, honesta. Com efeito, o proceder voluptuoso da mulher – fosse solteira, casada ou separada – era o principal parâmetro para a configuração de sua honestidade. No caso particular das solteiras, a manutenção do hímen era o vestígio mais forte. Relevante atinar que, em comparação ao Código Penal de 1890, a sedução deixou de ser meio para o defloramento e passou a constituir, sozinha, um tipo penal novo.

De outra banda, o Capítulo III abordava o crime de rapto e suas respectivas matizes. Deveras, tinha-se o rapto violento ou mediante fraude; o rapto consensual; causa de diminuição de pena no crime de rapto; e o concurso entre o crime de rapto e outro. Será analisado o delito de rapto violento ou mediante fraude. Nos dizeres do art. 219 do Código Penal de 1940: “Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso: Pena - reclusão, de dois a quatro anos”. Novamente, a honestidade feminina era caractere fundamental do tipo, assim como ocorria com o rapto previsto no Código de 1890.



Frise-se que, caso o rapto tivesse por finalidade o casamento, a pena seria diminuída em um terço; já se a mulher honesta fosse devolvida à família sem subjugação a ato libidinoso, diminuir-se-ia a pena em metade (art. 221 do Código Penal de 1940). Ora, a sexualidade poderia não ser mais protegida, essencialmente, em prol da família, mas a força do matrimônio ainda era vívida.

O Capítulo que versava sobre ultraje público ao pudor, por sua vez, foi subdividido em dois crimes, quais sejam, ato obsceno (art. 233 do Código Penal de 1940) e escrito ou objeto obsceno (art. 234 do Código Penal de 1940). Aquele sucedia quando se praticava ato obsceno em logradouro público, aberto ou exposto ao público. Já este decorria da distribuição ou exposição pública de desenho, pintura, estampa, escrito ou qualquer outro objeto obsceno. Apesar da maior especificidade no Código de 1940, o ultraje público continuou expressando uma ofensa que escandalizava a sociedade como um todo.

Por fim, duas observações. O crime de adultério, trabalhado pelo Código Penal de 1890 no mesmo Título que os demais crimes sexuais (“Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Publico ao Pudor”), foi transportado, no Código de 1940, para o Título que tratava sobre os Crimes Contra a Família – não estava, pois, agrupado com os demais delitos sexuais no Título VI (“Dos Crimes Contra os Costumes”). Sequela da modificação dos valores que orientavam a tutela penal em cima da sexualidade. Não é demais anotar que o crime de adultério deixou de fazer expressa remissão ao sexo infiel. Fosse mulher ou fosse homem, com traição perpetrada uma única vez ou de modo reiterado, a pena seria a mesma, detenção de quinze dias a seis meses (art. 240 do Código Penal de 1940). Em segundo lugar, a ação penal, para os delitos de estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, sedução e rapto, processar-se-iam mediante queixa (art. 225 do Código Penal de 1940). A ordem jurídica optou, pois, por deixar ao arbítrio da pessoa lesada a provocação do *jus puniendi* estatal. Era o particular, por seu juízo de conveniência e oportunidade, que quedaria inerte ou incitaria o Estado a punir o infrator.

Neste quadro, onde a honestidade e desonestidade feminina ainda faziam ato de presença, fica fácil constatar porque a “legítima defesa da honra masculina” permaneceu como justificativa para os “crimes de paixão”. Com efeito, se a honestidade feminina ainda era concepção de relevantes reflexos jurídicos no Novo Código Penal, os advogados continuavam explorando-a para fins de inocentar os uxoricidas.

Segundo elucida Eva Altermam Blay (2008), nos anos de 1940 e nas décadas seguintes, fora ampliado o terreno de aceitação dos crimes passionais – delitos cometidos ao

comando da “forte emoção” –, passando-se, inclusive, a ensinar o caminho procedimental exitoso para o bacharel empenhado em defender clientes que apontavam como motivo da morte o “amor”. Em seu livro, *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos* (2008), a autora alude que a didática modelo para defender os homicidas “por amor” se encontra na obra de Evandro Lins e Silva, *A defesa tem a palavra* (1991) – o jurista construiu os passos necessários para a defesa de um assassino, ainda que confesso, tomando por pilar a defesa que ele mesmo conduzira em favor de Doca Street, autor do homicídio de Angela Diniz em 1976, auge da ditadura militar. Veja-se este caso paradigmático.

Doca Street, após três meses de convívio, veio a matar Angela Diniz. A confissão foi feita alguns dias depois do episódio fatídico. A Promotoria, ajudada pelo advogado Evaristo Moraes, contratado pela família da vítima, alegava que Diniz não mais tolerava o companheiro, caracterizado como agressivo, violento, ciumento e sem finanças próprias – sustentado, pois, pela própria vítima. Depois de várias tentativas de ruptura, Angela mais uma vez expulsou Doca de sua casa, localizada em Cabo Frio-RJ, no que levou o acusado a retirar-se com seus objetos pessoais. Nada obstante, a saída representou mero subterfúgio, já que Doca, instantes depois, retornou à casa munido de uma Bereta. Esta, então, foi a ferramenta utilizada para matar a companheira, a qual foi alvejada com inúmeros disparos, principalmente na região da face e cabeça. A reputação de Doca, segundo a Promotoria, envolvia vários relacionamentos, filhos dentro e fora do matrimônio, ausência de residência ou trabalho fixo.

Pois bem, Evandro Lins (1991) preocupou-se em desconstituir o quadro pintado pela Procuradoria e, em seguida, elevar Doca ao patamar de pessoa idônea, bom pai, bom marido, com residência fixa e trabalhador de grande valor. Para isto, utilizou-se de duas estratégias capitais. Primeiramente, consolidar o excelente caráter do assassino – valendo-se de relatos de pessoas com elevada posição econômica e social; fixando o domicílio do autor na casa da mãe; apontando a vítima como o único amor do ofensor; utilizando a literatura para explicitar a profundidade do desespero/desvario promovido pela rejeição da “mulher amada”. A segunda estratégia consistia em apresentar ao Júri a natureza subversiva da vítima, assentando-a como principal causadora do ato criminoso – denegria-se a ofendida, reputando-lhe condutas negativas para assustar o setor conservador da sociedade. Em verdade, a partir dos ensinamentos da vitimologia, deflagrava-se o poder pernicioso da *femme fatale*.

Qualquer semelhança com discursos da atualidade não é, pois, mera coincidência, mas fruto de uma herança histórica de deturpação da imagem feminina em prol da purificação masculina. O objetivo era e continua sendo ilustrar um cenário no qual a mulher tenha

instrumentalizado o crime. Isto é, ela implantou na mão do assassino a arma para lhe matar ou incitou no infrator a vontade de assediá-la, estupra-la, desrespeitá-la. É o clássico exemplo da mulher que estava de minissaia e, por isso, mereceria a violação do seu corpo – através de sua ousadia comportamental, teria despertado no homem alheio o interesse/ a curiosidade por aquilo que estava meio exposto. A meia exibição seria, portanto, atrativo para a obtenção do corpo todo.

Sob o patrocínio de Evandro Lins e Silva, Doca Street veio a ser condenado a dois anos de detenção, com direito a *sursis*. Todavia, contrariando as expectativas do mencionado advogado (1991, p. 295), seguiu-se uma grandiosa pressão popular. Deveras, o caso teve grande repercussão social e midiática – esta última, não apenas nos meios de telecomunicações brasileiros, mas também nos meios estrangeiros. Coerente com as manifestações populares, a Promotoria apelou. Em virtude do recurso, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro anulou o julgamento e encaminhou Doca para novo Júri. Na opinião de Lins e Silva – o qual foi substituído nos autos processuais por Humberto Telles, ante alegação de problemas clínicos –, o ambiente instaurado para a nova sessão era de prevenções, tendo sido organizado um instrumental odioso de influências, cuja consequência era um clima de terror publicitário que obstava a efetivação de um julgamento imparcial (1991, p. 330).

A extraordinária atenção concedida ao caso Diniz-Street foi fruto das mobilizações feministas:

O clima que envolveu este crime e seu julgamento resultou do forte movimento feminista que acompanhava os acontecimentos, disposto a pesar na condenação de Doca. Em 1979, o movimento feminista – semelhante ao dos anos 20 – não admitia mais que se matasse “por amor” ou que a honra do homem estivesse no comportamento sexual da mulher. Cunhou-se o lema: “*Quem ama não mata*”, que se via escrito por todos os lados, nos muros, na imprensa, em faixas, em cartazes, em passeatas. A frase entrou para a linguagem dos crimes contra a mulher. Este julgamento marcou o início de mudança na perspectiva com que as mulheres eram tratadas.

Na imprensa, acirrou-se a polêmica *contra* os Direitos Humanos das mulheres. Os jornalistas Paulo Francis e Tristão de Athayde se mostraram indignados contra as feministas e suas manifestações públicas que, segundo eles, pré-condenaram o réu. Irritaram-se com a repercussão que transformou uma “briga entre amantes em acontecimento nacional”. Referiam-se ao “incidente” como se a vítima estivesse viva (BLAY, 2008, p. 46).

No meio de tantas matérias publicadas na época, frise-se o artigo de Carlos Heitor Cony para a revista *Fatos e Fotos – Gente*, do qual se retiraram os seguintes trechos:

Eu vi o corpo da moça estendido no mármore da delegacia de Cabo Frio. Parecia ao mesmo tempo uma criança e boneca enorme quebrada... Mas, desde o momento em que vi o seu cadáver, tive imensa pena, não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino, que aquele instante eu não sabia quem era. [...]

Ela sabia. Sabia, por exemplo, que um dia um de seus amantes seria mais homem do que os outros e lhe daria o castigo – ou a vingança – que ela buscava, inconscientemente, ao longo de sua estranha aventura feita de amor, delírio e vazio (CONY, 1979).

As conclusões de Cony revelam posturas argumentativas ainda creditadas por parte significativa da sociedade brasileira no fim da década de 1970. São elas: a dupla moralidade sexual – o sexo para os homens perfazia uma experiência carnal, para as mulheres, no entanto, deveria representar uma transcendência amorosa, não podendo, pois, se valerem do sexo sem o amor; a paixão cega e o ciúme atroz como razões bastantes para transformar o mais cordial dos homens em um exímio assassino; a mulher como posse eterna do indivíduo masculino, em relação ao qual, certa vez, cultivara algum relacionamento; o resultado fatal e merecido, pela ruptura dos elos afetivos construídos, era a morte da “mulher infiel”.

Apesar dos embates discursivos, tanto na mídia quanto nas ruas, Doca Street, no segundo julgamento, o qual sucedeu em 1981, foi condenado a cumprir a pena de homicídio. Esta sentença condenatória foi o preâmbulo de um novo pensamento quanto à igualdade de gênero nas relações sociais: início da alteração dos veredictos nos delitos perpetrados sob a alegação de “legítima defesa da honra” (BLAY, 2008, P. 48). Ora, tal instituto, que não estava expressamente previsto no Código de 1890, igualmente não constava no Código Penal de 1940, sendo rebento do trabalho oratório e doutrinário dos penalistas. Cabia, pois, à sociedade questionar a validade desta figura, retaliando o comportamento sexual da mulher enquanto parâmetro da honra masculina e, via de consequência, justificativa para sua mortalidade.

Inicialmente (e continuamente) questionada pelo movimento feminista, a “legítima defesa da honra masculina” passou também a ser questionada pela opinião pública geral. Destarte, nos anos seguintes ao caso Diniz-Street, debateu-se acentuadamente o direito masculino de vida e morte sobre as mulheres, passando-se a negá-lo. Não mais se concordava, prontamente, com o assassinato de mulheres em virtude de suposta ofensa verbal ou comportamental realizada por elas. Claro que a mudança não se deu de forma homogênea, havendo setores da sociedade que resistiram aos avanços no campo da liberdade sexual feminina. Na realidade, a resposta destes setores consistia na radicalização de suas premissas, no afã de preservar a ordem pretérita. Assim dito, faz-se compreensível o fato de que, a despeito das transformações implementadas, o assassinato e a violência sexual contra as mulheres continuaram sendo episódios corriqueiros na realidade brasileira.

Debaixo de avanços e retrocessos, no ano de 2009, promulgou-se a Lei nº 12.015, responsável por um novo olhar sobre o bem sexual. Com efeito, o Título VI (Parte Especial) do Código Penal de 1940, devido à nova redação concedida pela lei retro citada, passou a arrolar os denominados Crimes Contra a Dignidade Sexual – em lugar dos anteriormente cognominados Crimes Contra os Costumes:

O nome dado a um Título ou mesmo a um Capítulo do Código Penal tem o condão de influenciar na análise de cada figura típica nele contida, pois que, por meio de uma interpretação sistêmica ou mesmo de uma interpretação teleológica, em que se busca a finalidade da proteção legal, pode-se concluir a respeito do bem que se quer proteger, conduzindo, assim, o intérprete, que não poderá fugir às orientações nele contidas. A título de exemplo, veja-se o que ocorre com o crime de estupro, que se encontra no capítulo relativo aos crimes contra a liberdade sexual. Aqui, como se percebe, a finalidade do tipo penal é a efetiva proteção da liberdade sexual da vítima e, num sentido mais amplo, a sua dignidade sexual (Título VI) (GRECO, 2014, p. 693).

Se no Código de 1890 a tutela era feita em prol da família e no Código de 1940 (texto original) a guarda jurídica vislumbra a moralidade pública, após 2009 o foco da proteção penal se tornou a própria dignidade sexual da pessoa lesionada. A modificação é paradigmática, uma vez que expressa o novo valor que orienta a tutela do bem sexual, qual seja, a dignidade da pessoa humana. De fato, a dignidade sexual é um dos desdobramentos da dignidade da pessoa humana. Diz-se digna a vida que permite a realização dos sujeitos, resguardando-os de atos cruéis e lhes outorgando possibilidades mínimas de existência. Nas palavras de Ingo Wolfgang Sarlet:

Dignidade é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2012, p. 60).

A utilização do corpo, em seu aspecto sensual, contra a vontade do indivíduo, pode ser enquadrada enquanto um ato degradante, que lhe retira dignidade, posto que há violação de direitos e garantias fundamentais (direito à liberdade, locomotiva e de expressão; direito à igualdade; direito à segurança; garantia de não ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei; entre outros – art. 5º da Constituição Federal de 1988) e, também, existe a desconsideração da pessoa como sujeito merecedor de respeito.

Além de nova denominação, o Título VI (Parte Especial) passou por alterações outras, que explicitam as novas preocupações sociais. Em vez de se afligir com a conservação da virgindade feminina, cuidado estampado no crime de sedução, o legislador agora necessitava defrontar-se com novas problemáticas, *exempli gratia*, a exploração sexual de crianças e adolescentes. Antes de adentrar, propriamente, na nova conjectura propiciada pela Lei 12.015 (exame dos tipos penais), vale salientar que mutações substanciais ocorreram já nos anos de 2001 e 2005.

Efetivamente, em 15 de maio de 2001, Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República Federativa do Brasil, promulgou a Lei nº 10.224, pela qual acrescentou-se o art. 216-A ao Código Penal de 1940. Tal dispositivo capitulou o delito de assédio sexual, o qual pune – com detenção de 1 a 2 anos – a conduta de constranger qualquer pessoa, mulher ou homem, com a intenção de alcançar vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o autor da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inatos ao exercício de emprego, cargo ou função. Procurou-se, pois, resguardar os indivíduos, notadamente do sexo feminino, da intimidação sexual no ambiente de trabalho: fosse para fins de conseguir ou de manter o posto. Com efeito, o critério fundamental na escolha e preservação dos empregados deve ser apenas sua qualificação pessoal e profissional, não sua subjugação aos desejos voluptuosos do empregador.

A prescrição penal do comportamento assediante perfaz um esforço legislativo no sentido de romper o ciclo vicioso estabelecido em várias carreiras profissionais, marcadamente na indústria da moda e na indústria midiática. O amplamente conhecido “teste do sofá” é um instrumento de intimidação sexual sobre atrizes e modelos para que estas possam desfilarem ou alcançar papéis de destaque – de personagem principal ou coadjuvante, no cinema, no teatro, nas novelas ou nos seriados. Em suma, como pré requisito ao trabalho, vem o favorecimento sexual. Ou a pessoa se submete ou não trabalha. Há, pois, verdadeira dilapidação das opções para se laborar sem amarras de cunho sexual. Registre-se que a concentração do assédio nestas áreas não é à toa, afinal, são nelas que se aglutinam as maiores “beldades” (consoante o padrão estabelecido).

Já no dia 28 de março de 2005, a Lei nº 11.106 foi promulgada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Em função dela, do crime de posse sexual mediante fraude (art. 215 do Código Penal de 1940) e do crime de atentado ao pudor mediante fraude (art. 216 do Código Penal de 1940) foi subtraída a noção de mulher honesta. Não mais seria elemento destes tipos a honestidade feminina. O art. 215 passou a vigorar com a seguinte redação: “Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude”. O art. 216, por seu turno,

dispunha: “Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

A Lei nº 11.106/2005 promoveu, ainda, a revogação do crime de sedução (art. 217, Código Penal de 1940); a revogação integral do Capítulo III, o qual tratava do rapto (arts. 219 a 222, Código Penal de 1940); e, por fim, a revogação do crime de adultério (art. 240, Código Penal de 1940). Os delitos de sedução e rapto trabalhavam, abertamente, com o conceito de honestidade feminina, suas revogações demonstram o intuito legislativo de deixar no passado tal classificação jurídica, bem como, legar à mulher a livre disposição da sua virgindade – obviamente, a livre disposição consentida, sob pena de restar configurado o crime de estupro. No que tange ao crime de adultério, constata-se que a fidelidade do cônjuge, homem ou mulher, perdeu, como item de coerção, a tutela na via penal. Sendo o Direito Penal guiado pelo Princípio da Intervenção Mínima – consoante o qual, afigura-se legítima a interferência penal somente quando a criminalização de um fato consiste meio indispensável para a defesa de determinado bem ou interesse, não podendo ser salvaguardado por outros ramos do Direito (GRECO, 2017) –, a exclusão do crime de adultério do arcabouço jurídico evidencia que a lealdade sexual não é mais vislumbrada enquanto um valor cuja transgressão reveste-se de significativa lesividade para a comunidade.

Tornando ao escrutínio dos influxos ocasionados pela Lei nº 12.015/2009 na tutela penal do bem sexual, verifica-se que o Título VI do Código de 1940 passou a contar com sete capítulos, alguns com a denominação alterada e outros com a mesma designação. São eles: Capítulo I – Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual; Capítulo II – Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável; Capítulo III – Do Rapto (revogado pela Lei nº 11.106/2005); Capítulo IV – Disposições Gerais; Capítulo V – Do Lenocínio e Do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual; Capítulo VI – Do Ultraje Público ao Pudor; Capítulo VII – Disposições Gerais. Vejam-se as peculiaridades atinentes ao estudo aqui desenvolvido.

Na esfera dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, operou-se a unificação das figuras estupro e atentado violento ao pudor em um único tipo penal, o qual foi cognominado de estupro (art. 213, Código Penal de 1940). A redação atual é: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos”. O objetivo almejado, com tal unificação, era dirimir as controvérsias existentes no bojo destes tipos e, igualmente, fixar maior segurança na aplicação de institutos criminais, como a possibilidade de continuidade delitiva. Conforme esclarece Rogério Greco:

Ao que parece, o legislador se rendeu ao fato de que a mídia, bem como a população em geral, usualmente denominava de “estupro” o que, na vigência da legislação anterior, seria concebido por atentado ao pudor, a exemplo do fato de um homem ser violentado sexualmente. Agora, como veremos mais adiante, não importa se o sujeito passivo é do sexo feminino, ou mesmo do sexo masculino que, se houver o constrangimento com a finalidade prevista no tipo penal do art. 214 do diploma repressivo, estaremos diante do crime de estupro. Em alguns países da Europa, tal como ocorre na Espanha, esse delito é chamado de abuso sexual (GRECO, 2014, p. 696).

Ainda discutindo o delito de estupro, imperioso salientar que, hodiernamente, não tem mais lugar a justificativa do “débito conjugal” enquanto causa exoneradora para a prática de fornicação involuntária na constância do casamento. Embora o Código Civil de 2002 prossiga prevendo a vida em comum como dever de ambos os cônjuges (art. 1.566, II), o esposo apenas poderá relacionar-se sexualmente com sua parceira quando presente a anuência desta. Ora, o descumprimento das obrigações conjugais, por qualquer um dos consortes, pode ser retaliado de diferentes modos, inclusive, pelo divórcio. Assim, deixaram de existir razões jurídicas para se admitir a utilização da violência ou da ameaça para fins libidinosos – coito vaginal ou outras práticas sexuais.

Ademais, a Lei nº 12.015/2009, no que concerne aos Crimes Contra a Liberdade Sexual, revogou o delito de atentado ao pudor mediante fraude (art. 216, Código Penal de 1940) e alterou o nome juris e os elementos do delito de posse sexual mediante fraude (art. 215, Código Penal de 1940). Este último passou a se chamar violação sexual mediante fraude, ocorrendo quando da conjunção carnal ou da prática de outro ato libidinoso, mediante fraude ou outro meio que iniba ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. Veja que o tipo comentado prenuncia as condutas que se encontravam no revogado art. 216 do Código Penal. Em função disto, Greco (2014, p. 730) afirma que “a nova figura é uma fusão dos já não mais existentes delitos de posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude, com a inclusão de novos elementos”. Frise-se que a violação sexual mediante fraude pode ter por vítima tanto uma mulher quanto um homem, diferentemente do que ocorria sob o palio da posse sexual mediante fraude, cujo sujeito passivo precisava ser uma pessoa do sexo feminino.

O Capítulo II, que tinha por rubrica “Da Sedução e Da Corrupção de Menores”, passou a ser denominado “Dos Crimes Sexuais Contra Vulneráveis”. O cerne da proteção penal deixou de ser a virgindade feminina para se tornar a proteção da sexualidade do menor – notadamente, a pessoa menor de 14 anos de idade. Com efeito, o crime de sedução foi revogado pela Lei 11.106/2005, mas a mudança da denominação do Capítulo só ocorreu em



2009. Anote-se que, em virtude da investigada Lei nº 12.015/2009, foram incluídos, no Capítulo II, os seguintes delitos: estupro de vulnerável (art. 217-A); satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A); e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (art. 218-B) – cuja atual nome juris é favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Por seu lado, o Capítulo III, como já explanado, foi revogado pela Lei nº 11.106/2005. Quanto ao Capítulo IV, que fixa disposições gerais, imperioso realçar que a ação penal relativa aos crimes de estupro, violação sexual mediante fraude e assédio sexual, ganhou caráter público, condicionado à representação (art. 225, caput, Código Penal de 1940). Quer dizer, nestes crimes, o início da *persecutio criminis in judicio* se dá através da ação penal de iniciativa pública, requisitando-se a manifestação de interesse do ofendido por intermédio de representação. Sendo, no entanto, a vítima menor de 18 anos de idade ou pessoa vulnerável, a ação penal será pública incondicionada (art. 225, parágrafo único, do Código Penal de 1940). Ou seja, processar-se-á independentemente da manifestação de vontade do lesado.

Trata-se de enaltecimento da dignidade sexual na ordem jurídica. Destarte, quando o substrato axiológico da tutela penal sobre a sexualidade era a proteção da moralidade pública, as ações penais tinham natureza privada, isto é, processavam-se mediante queixa (iniciativa do particular). Agora, quando o valor fundante é a dignidade sexual, as ações penais se processam por iniciativa pública, seja de modo condicionado ou incondicionado. A importância é tal que se atribuiu à máquina pública (por meio do Ministério Público – art. 129, I, da CRFB/88) o dever de iniciar o processo repressivo penal.

Para encerrar a análise dos atuais dispositivos penais alusivos à sexualidade, dois apontamentos. Primeiro, averigua-se que o Capítulo que aborda o ultraje público ao pudor (VI) permaneceu sendo constituído por dois crimes: ato obsceno (art. 233, Código Penal de 1940) e escrito ou objeto obsceno (art. 234, Código Penal de 1940) – sem modificações. Já o introduzido Capítulo VII (Das Disposições Gerais) trouxe importante regra procedimental: os processos em que se apurem crimes contra a dignidade sexual devem correr em segredo de justiça. Deveras, as práticas sexuais, por construção cultural, desenvolvem-se na intimidade dos indivíduos. Assim sendo, embora fruto de violência ou ameaça, o ato sexual continua vislumbrado como algo que pertence à intimidade das pessoas. Conferir sigilo aos processos que averiguem os delitos sexuais é, pois, resguardar a intimidade da vítima.

Frente a todo o exposto, cristalino que o quadro jurídico-penal, no que tange ao paradigma da sexualidade, sofreu drásticas alterações ao longo dos anos. As últimas,

introduzidas pela Lei nº 12.015/2009, possuem índole revolucionária, posto que colocaram o bem sexual sob a égide da dignidade sexual, a qual é segmento da dignidade da pessoa humana, macro princípio de todo o arcabouço jurídico brasileiro. De fato, a República Federativa do Brasil, composta pela unidade indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, afigura-se um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamento, entre outros, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988).

Sendo certo que várias leis foram editadas e as já vigentes foram objeto de reinterpretação para consolidar uma nova ordem sexualizante – outro olhar sobre o bem sexual feminino, imputando-lhe novos direitos, alargando a esfera de proteção, retirando-lhe deveres arcaicos e jogando no ostracismo jurídico o mérito de determinados estereótipos sociais –, cabe agora analisar a efetividade da legislação corrente.

## 4 O DIREITO E A SOCIEDADE

Os anseios por paz, progresso e bem comum conduzem a sociedade à criação de um organismo responsável pela instrumentalização e gestão dessas necessidades, qual seja, o Direito. Isto posto, o mundo da cultura apresenta-se como a área ontológica do Direito, uma vez que é fruto da elaboração humana. Via de conclusão, percebe-se que não há Direito sem sociedade. Imperativo, no entanto, frisar que a sociedade cria o Direito e, simultaneamente, subjuga-se aos seus efeitos. As novas disposições jurídicas ensejam, primeiramente, um processo de assimilação e, em seguida, de adequação de condutas – demarcado o espírito da lei, através de exegese dos operadores, a comunidade passa a viver e se relacionar conforme os novos parâmetros. Claro que as circunstâncias ambientais oportunas à articulação social não advêm da simples criação do Direito. Faz-se imprescindível que a lei editada alcance efetividade, ou seja, que os direcionamentos por ela fixados sejam observados e aplicados nos distintos graus de relacionamento humano (Cf. NADER, 2011).

As alterações no Código Penal de 1940 – frutos da atividade legiferante – não são, pois, suficientes para sedimentar o rumo das interações sociais relativamente à sexualidade feminina. Destarte, a adaptação das ações humanas ao Direito diz respeito à efetividade da norma, a qual será analisada a seguir.

### 4.1 CONTORNOS TEÓRICOS DA EFETIVIDADE

Para a correta definição da efetividade, faz-se necessário, preliminarmente, dissecar os planos de existência, validade e eficácia das normas jurídicas. Deveras, a compreensão global acerca da articulação normativa permite vislumbrar a efetividade como fator intrinsecamente relacionado à eficácia, mas que com ela não se equipara – em verdade, Tercio Sampaio Ferraz Júnior (2003, p. 199) enquadra a efetividade enquanto uma forma de eficácia. Vejam-se as diferenciações.

Sobre o tema, válido colacionar a analogia construída por Sílvio de Salvo Venosa para pontificar as características substanciais da existência, da validade e da eficácia:

Deve ficar claro, de início, que algo pode existir, ter toda potencialidade para atuar, mas não atua. Podemos comparar a situação com um automóvel, no qual não se colocaram as rodas: a coisa existe, mas sem as rodas não se pode dizer que é um veículo. Mas esse mesmo veículo pode estar completo, com as rodas, o motor, mas não há como se dar partida nele; não há como fazê-lo rodar, que é sua função precípua. Assim a coisa é um veículo, válido como tal, mas não preenche a sua

finalidade, isto é, não possui eficácia. O veículo somente será eficaz quando puder transitar regularmente.

Assim também para os fenômenos do Direito, as leis e os negócios jurídicos. No âmbito dos negócios jurídicos, como estudamos em nossa obra sobre direito civil, a distinção entre existência e validade é mais patente (VENOSA, 2010, p. 98-99).

Pois bem, para que uma lei seja considerada existente, reclama-se a observância somente do critério de competência e do procedimento adequado (MACHADO, 2007, p. 76). Portanto, a lei de domínio estadual existe quando adequadamente votada pela Assembleia Legislativa; no caso da lei municipal, quando votada regularmente pela Câmara Municipal; e na hipótese de lei federal, quando votada devidamente pelo Congresso Nacional.

No que concerne à validade, Arnaldo Vasconcelos (2000, p. 225) ensina que, nesta categoria, avaliam-se as condições existenciais da norma jurídica a partir de parâmetros técnicos, o que implica na identificação de uma abordagem eminentemente formal. No mesmo sentido, Ferraz Junior (2003, p. 197) afirma que o reconhecimento da validade de uma norma depende, de início, que esta esteja integrada ao arcabouço jurídico, ou seja, que a sistemática de formação ou produção normativa tenha obedecido as exigências do próprio arcabouço. Sinteticamente, diz-se válida a lei que segue todos os estágios prescritos no ordenamento para sua elaboração. Separando o conteúdo da existência do conteúdo da validade, Hugo de Brito Machado (2007, p. 76) afirma que esta última decorre da completa harmonia com as normas superiores, para além do simples respeito ao procedimento e a competência.

Imperioso atinar que a validade se desdobra em duas vias, a de cunho formal e a de cunho material. A primeira enseja uma análise técnica-procedimental da norma, seguindo as premissas já expostas – pode ser facilmente confundida com a existência. A validade material, por outro lado, vincula-se à pertinência da matéria, a qual deve estar em conformidade com a Constituição (exemplos de temáticas vedadas são as cláusulas pétreas estatuídas no art. 60, §4º, da Constituição Federal de 1988).

Outrossim, destaca-se que uma lei pode gozar de existência e ter gerado efeitos práticos por um logo prazo, sendo, no entanto, inválida. Ora, se ela contrasta com a Constituição ou normas superiores, independentemente da existência ou eficácia, não será válida. A produção de efeitos por parte de uma lei inválida explica-se em virtude de tal desvio apenas ser atestado pelos órgãos do Poder Judiciário, seja pelo Sistema Concentrado ou pelo Sistema Difuso de Constitucionalidade. Assim sendo, enquanto não decretada a ausência de validade, preservam-se os efeitos.

Superados os estudos acerca da existência e da validade, passa-se ao escrutínio da eficácia, o terceiro plano da lei. Falar em eficácia é falar em produção de efeitos. Sob esta ótica, a lei será vislumbrada eficaz caso gere efeitos e intervenha no seio social. Logicamente, precisa estar vigente. Inconcebível uma lei gerar efeitos sem prévia vigência: para as leis escritas, a vigência expressa um aparato, comprovado através de meios materiais, como o processo legislativo, a promulgação e a publicação no órgão oficial; já no sistema que admite a possibilidade de normas não escritas, a vigência é resultado da própria eficácia da regra jurídica, o que se apura pelo comportamento da comunidade, perfazendo um processo de larga complexidade (VENOSA, 2010, p. 100).

No ordenamento jurídico brasileiro, a vigência delineia o tempo de validade da norma. Nos dizeres de Tercio Sampaio Ferraz Junior:

Vigência exprime, pois, a exigibilidade de um comportamento, a qual ocorre a partir de um dado momento e até que a norma seja revogada. Em geral, a vigência começa com a publicação. Mas pode ser postergada. Pelo art. 1º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro [atual Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, consoante redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010], uma lei começa a ter vigência em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, salvo se na publicação for disposto de outro modo (por exemplo, vigência na data da publicação). Durante aqueles quarenta e cinco dias, a norma já é válida (já pertence ao ordenamento), mas não é vigente, ou seja, sua validade fica suspensa. Assim, nesse período, ela convive com normas que lhe são contrárias que continuam válidas e vigentes até que ela própria comece a vigor, quando, então, as outras estarão revogadas (FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 198).

Não sendo aposta disposição contrária, a espera por 45 dias, prevista no art. 1º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, sacramenta o denominado período de *vacatio legis*. Neste, a lei existe, é válida, mas ainda não entrou em vigência. De acordo com Sílvio de Salvo Venosa (2010, p. 101), o lapso de *vacatio legis* tem como fito aprontar o seio social para o novo diploma legal, haja vista que, constantemente, serão necessárias não apenas a cognição da lei pelos operadores do Direito, mas também providências de caráter material; exemplificando, quando uma lei tributária requer novos formulários dos prestadores de serviços, reclama-se tempo hábil para tal ajustamento. O alcance da lei, bem como sua maior ou menor complexidade, podem ser motivos para que o período de *vacatio legis* seja ampliado ou abreviado: a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 2º) teve *vacatio* de pouco mais de 6 meses; o Código Civil de 1916 (art.1.806), o Código Civil de 2002 (art. 2.044) e o Código de Processo Civil de 2015 (art.1.045) possuíram *vacatio* de 1 ano; enfim, o Código Penal de 1940 (art. 361) teve *vacatio* de pouco mais de 1 ano.

Embora a eficácia pressuponha a vigência da lei, deve-se salientar que ambas manifestam qualidades diferentes. Com efeito, uma norma válida pode já estar em vigência e, todavia, não gozar de eficácia. O exemplo clássico trazido pela doutrina é a Lei de Usura, Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Fruto do legislativo de inícios do século XX – especificamente, no contexto da República Nova, guiada por Getúlio Vargas –, não se tem registro de aplicação rigorosa deste diploma. Com efeito, desde tempos esquecidos na memória dos brasileiros, o sistema bancário apartou-se do limite da taxa oficial de juros, o mesmo se afirma dos particulares em suas relações privadas, de modo tal que a observância da Lei de Usura, a qual trata de juros, multa e temas afins, sempre foi tangenciada – apesar da preterição, permanece integrando o direito positivo brasileiro (VENOSA, 2010, p. 101). Isso se justifica porque a aptidão para produzir efeitos (eficácia) reclama o preenchimento de determinados requisitos.

No lastro dos ensinamentos de Tercio Sampaio Ferraz Junior (2003, p. 199), alguns desses requisitos são de natureza tática e outros de natureza técnico-normativa. No âmbito destes últimos, a dogmática pressupõe a exigência de ligações entre as inúmeras normas, sem as quais a lei não estará habilitada a produzir seus efeitos. Ilustrando, se uma norma prevê que delitos de injúria racial serão inafiançáveis, porém, translada para outra norma a conceituação do que seja injúria racial, durante o tempo que esta não existir, a primeira não poderá gerar efeitos – ineficácia técnica. Arrematando, o autor (2003, p. 200) aponta que a necessidade desses vínculos autoriza dizer que a eficácia técnica tem relevância sintática, quer dizer, correlação signo/signo, norma/norma.

Quanto aos requisitos táticos, Ferraz Junior (2003, p. 199) alega que sua presença torna a norma efetiva ou socialmente eficaz. Sabendo que tático é o termo utilizado para qualificar pessoa ou coisa que sabe gerir as situações de forma proveitosa, constata-se que os requisitos ora averiguados relacionam-se com a realidade: ao encontrar no substrato fático condições adequadas para produzir seus efeitos, a norma será classificada como socialmente eficaz ou efetiva. Tal harmonização entre o preceito legal e a realidade de fato expressa importância semântica (correlação signo/objeto, norma/realidade normanda). Exemplificando seu ponto de vista, o autor declara: se uma norma preconiza a obrigatoriedade da utilização de certo equipamento para a proteção do trabalhador, contudo, tal equipamento inexistente no mercado nacional e nem há previsão para sua fabricação em quantidade apropriada, a norma será não efetiva nesse sentido – quando a efetividade ou a eficácia social dependem de requisitos inexistentes de fato, a falta deles macula não a validade da lei, mas sim a produção

dos efeitos, de acordo com a regra de calibração *ad impossibilia nemo tenetur*, ou seja, ninguém será obrigado a coisas impossíveis (FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 199).

Sob este raciocínio, a efetividade aparece enquanto modalidade da eficácia. Melhor dizendo, perfaz um viés deste plano da norma. De mais a mais, Tercio Sampaio Ferraz Junior (2010) conclama que a efetividade, também denominada eficácia social, tem o significado de sucesso normativo. A norma será efetiva quando logre o resultado para o qual foi editada, seja exigindo obediência ou não:

Não se reduzindo à obediência, a efetividade ou eficácia social tem antes o sentido de sucesso normativo, o qual pode ou não exigir obediência. Se o sucesso normativo exige obediência, devemos distinguir, presentes os requisitos fáticos, entre a observância espontânea e a observância por imposição de terceiros (por exemplo, sua efetiva aplicação pelos tribunais). Uma norma é, então, socialmente ineficaz de modo pleno se não for observada nem de um modo nem do outro. Isto é, nem é observada pelo destinatário, nem os tribunais se importam com isso. No caso da norma que proibia cidadãos adentrarem o recinto da Câmara Municipal de camisa verde, a norma nunca foi revogada, mas perdeu o sentido da obrigatoriedade. Nem a cor verde tem mais a antiga conotação ideológica, nem a autoridade municipal se incomoda com isso. De outra maneira, será parcialmente ineficaz. Essa distinção tem consequências práticas. Se ocorre inobservância espontânea, mas os tribunais continuam aplicando, o jurista deverá investigar se os requisitos fáticos ainda existem, ou se ainda têm algum sentido social relevante (veja, a propósito, em nossos dias, a discussão em torno da descriminalização do porte de drogas). Pode, no entanto, suceder o contrário: existe observação espontânea, mas, em caso de conflito, as partes não procuram os tribunais, preferindo a chamada composição amigável. Nesse caso, a ausência dos requisitos fáticos pode estar do lado da impositividade por terceiros (morosidade da Justiça, por exemplo). Por todos esses motivos, percebemos que a efetividade das normas é variável e pode ser graduada (FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 200).

Paulo Nader, por seu turno, em *Introdução do Estudo do Direito* (2011, p. 94), caracteriza a efetividade como um atributo da norma consistente no respeito da mesma tanto pelos seus destinatários quanto pelos aplicadores do Direito. Ora, é patente que as normas são editadas para serem obedecidas, uma vez que são meios para o alcance de fins que a sociedade mira. Nessa conjectura, as leis devem lograr máxima efetividade, entretanto, em virtude de diversos elementos, isto não se materializa, o que abre espaço para se debater os níveis de efetividade – existem leis que, simplesmente, perdem o atributo e outras que não conseguem lograr qualquer grau de efetividade (NADER, 2011, p. 94).

Na mesma linha da efetividade como eficácia social, posicionam-se Miguel Reale e Luís Roberto Barroso. O primeiro, em *Lições Preliminares de Direito* (2004, p. 113), explana que o Direito autêntico é vivido pela sociedade, como item que se agrega e se insere na sua postura, não é meramente declarado por órgãos oficiais; logo, a regra de direito deve ter validade formal e ser socialmente eficaz. Assim dito, a eficácia tem cunho experimental,

referindo-se ao cumprimento efetivo do Direito por uma sociedade, ao reconhecimento (*Anerkennung*) do Direito por parte da comunidade, ou, mais especificamente, aos efeitos sociais que uma norma desencadeia por intermédio de seu cumprimento (REALE, 2004, p. 114). Ao abrigo desta perspectiva, a eficácia social revela a pujança operativa do comando normativo, sua concreção no mundo dos fatos.

Partindo para as lições de Luís Roberto Barroso (2009) sobre a efetividade, primordialmente, o autor separa a eficácia jurídica da eficácia social: aquela é enquadrada como possibilidade de aplicação da norma; esta reflete os mecanismos para a real aplicação da regra jurídica, para sua efetividade. Por conseguinte:

A noção de efetividade, ou seja, desta específica eficácia, corresponde ao que Kelsen — distinguindo-a do conceito de vigência da norma — retratou como sendo "o fato real de ela ser efetivamente aplicada e observada, da circunstância de uma conduta humana conforme à norma se verificar na ordem dos fatos" [KELSEN, 1979, p. 29-30].

A efetividade significa, portanto, a realização do Direito, o desempenho concreto de sua função social. Ela representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o *dever-ser* normativo e o *ser* da realidade social (BARROSO, 2009, p. 82-83).

Pois bem, levando em consideração a estabilidade do Direito, o ministro do Supremo Tribunal Federal (2009, p. 83) assinala que a efetividade da lei demanda, em primeiro plano, sua eficácia jurídica, sua vocação formal para incidir e governar as ocorrências da vida, gerando os efeitos que lhes são próprios – aqui, não se faz alusão somente à vigência da norma, mas também, à idoneidade de o relato de uma regra proporcionar-lhe o ambiente adequado para sua atuação, seja de modo isolado ou conjugado com outras normas. Caso o efeito jurídico almejado pelo mandamento normativo seja inviável, inexistente efetividade possível. Tal, no entanto, caracterizaria um cenário anômalo, em que o Direito, enquanto elaboração racional e lógica, tende a não incorrer.

Para finalizar, Barroso (2009, p.83) destaca que a efetividade da lei advém, normalmente, do seu cumprimento voluntário; nada obstante, desprezadas as condutas pessoais isoladas, há quadros de desobediência numericamente expressiva aos comandos normativos, chegando-se, em casos excepcionais, ao extremo da insubmissão generalizada. É o que acontece, v. g., quando uma lei contesta um sentimento social arraigado, confrontando as tendências predominantes da comunidade. Quando isso se passa, a efetivação da norma reclamará a utilização corrente do aparelho de coação estatal, senão corre o risco de cair em desuso. Em outras hipóteses, a concreção de uma norma se afigurará difícil por ela confrontar



interesses especialmente poderosos, cujos influxos atingem os próprios órgãos estatais, os quais, face à cumplicidade ou à importância daqueles interesses, resistirão em mobilizar as ferramentas necessárias para impor a observância compulsória da norma. Frente a estas peculiaridades, constata-se que:

Ao jurista cabe formular estruturas lógicas e prover mecanismos técnicos aptos a dar efetividade às normas jurídicas. Mas isto é, em verdade, o mínimo e o máximo de sua atuação. Subjacentemente, terá de haver uma determinação política do poder público em sobrepor-se à resistência. Num Estado democrático de direito, o poder, com o batismo da legitimidade, impõe-se, por via da autoridade, que, geralmente, carrega a obediência, independentemente da coação; sem dispensá-la, contudo, quando necessária. Esta fórmula, tecnicamente singela, é, na prática, intrincadíssima e exige um grau de amadurecimento que somente se atinge, como inevitável, pelo passar do tempo e pela prática contínua (BARROSO, 2009, p. 84).

Por todo o exposto, neste texto, adota-se a noção de efetividade como modalidade específica da eficácia, qual seja, a eficácia social. Significando, a concretude da norma jurídica; a capacidade de materializar a função social da regra; o avizinhamiento, tão visceral quanto o possível, entre a realidade social e os preceitos normativos; o encontro, no substrato fático, das condições exigidas para que a lei gere seus efeitos. Em suma, uma lei efetiva baliza os comportamentos humanos, alterando o modo de pensar e agir dos componentes da comunidade, posto que concretiza o fim para o qual foi feita.

Ora, todas as mudanças legislativas implementadas no âmbito da tutela penal sobre o bem sexual desembocaram na máxima de sua proteção em favor da dignidade sexual (denominação do Título VI do Código Penal de 1940), cuja consequência é o resguardo do corpo, em seu conteúdo erótico, contra atos degradantes, que suprimem a autonomia de manifestação. Agora, o fundamento da defesa do bem sexual encontra-se na própria dignidade da pessoa humana: aquele é elemento desta, não salvaguardá-lo é abrir brechas no espectro dignificante, o que pode servir de precedente para outras mitigações. Fator sobressalente desta mudança é que a sexualidade passou a ser funcionalizada em prol do indivíduo, singularmente considerado. Não mais a família ou a moralidade pública, mas o sujeito, como destinatário primeiro da tutela.

A sequela mais nítida perfaz-se no abandono, a nível jurídico, de representações sociais consolidadas. Explica-se: quando a guarda em cima do bem sexual estava voltada para a família ou à moralidade pública – esta corporificada objetivamente para explicitar as expectativas predominantes da comunidade e aquela construída à luz do modelo heteromonogâmico –, vários retratos sócio-políticos foram absorvidos, afinal, a família e a

moralidade são idealizações de caráter coletivo, sendo a sociedade sua faixa de atuação e, por isso, o que era socialmente relevante para ambas fora cotado para fins de prescrição legal. Quando, todavia, a guarda sobre o bem sexual voltou-se para a dignidade da pessoa humana, o arcabouço jurídico despiu-se das ilustrações sociais pertinentes à família ou à moralidade para focar no que seria importante para o indivíduo – elementos notadamente privados, como a intimidade e a liberdade.

Perdeu-se, pois, o amparo jurídico sobre o “débito conjugal” enquanto motivo excludente da configuração do estupro. Afastou-se a honestidade feminina como conceito primordial para a caracterização/existência de diversos tipos penais, por exemplo, o estupro, a sedução, o rapto. Sem a honestidade feminina desempenhando papel jurídico expressivo, a honra masculina foi remodelada, ou seja, não mais deveria pautar-se na reputação sexual da mulher, mas sim em aspectos outros, como a idoneidade física e moral. À vista disso, não haveria mais espaço para a “legítima defesa da honra masculina” com fulcro no ciúme ou na traição, recapitulados, pelos penalistas do século XIX e do século XX (até a década de 70), como paixão cega e amor fatal. Outrossim, alçou-se o bem sexual ao patamar de valor de extrema significância na ordem jurídica, estando o início da *persecutio criminis in judicio* sob a competência do Poder Público, estritamente do Ministério Público (art. 129, I, da Constituição Federal de 1988).

Enfim, pelo novo contexto legislativo, não mais seria importante o procedimento sexual pretérito da pessoa lesada, ante a sociedade, para fins de repressão penal. Recusar-se-ia o deslocamento da culpa, do autor do delito para a vítima, com lastro em argumentos comportamentais. Qualquer discussão de índole sócio-valorativa acerca da postura da vítima não deveria ter espaço na seara dos Tribunais, uma vez que o bem sexual é tutelado em favor do indivíduo e não da comunidade. Nessa toada, a lei penal – Código de 1940, com a redação concedida pelas Leis nº 10.224/2001, 11.106/2005 e 12.015/2009 – seria considerada efetiva se as ações e os discursos sociais tivessem acompanhado a guinada axiológica. Com efeito, hoje, a função social da lei penal, no que tange à sexualidade, é tutelar a dignidade sexual da pessoa humana, não cabendo abordar contornos sociais que maculem a dignidade.

Dentre os meios pertinentes ao estudo da efetividade, este trabalho monográfico abordará, a contar deste ponto, o estudo de situações concretas. A partir do exame de dois crimes praticados contra vítimas femininas – um de repercussão nacional, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, e outro de repercussão local, ocorrido entre as cidades de João Pessoa e Santa Rita (região metropolitana do Estado da Paraíba) – fornecer-se-ão subsídios para se concluir o quão efetiva é a normativa penal.

## 4.2 O ESTUPRO COLETIVO NO MORRO DA BARÃO

De acordo com matéria publicada na *homepage* da Folha de São Paulo – “Promotoria pede prisão de quatro acusados por estupro coletivo no Rio”<sup>9</sup> –, a cronologia do caso percorre os seguintes fatos. Em 21 de maio de 2016 (sábado), à 1 hora da madrugada, determinada adolescente de 16 anos de idade – cujo nome fora preservado contra a circulação midiática e a reverberação social em razão da sua menoridade – dirigiu-se, acompanhada de uma amiga, à Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente ao morro da Barão, para participar de um baile funk. Lá, ambas encontraram seus respectivos parceiros, Raí de Souza (22 anos) e Lucas Perdomo (20 anos): aquele, parceiro da adolescente em questão, enquanto o segundo era parceiro da amiga. Às 7 horas da manhã, os casais seguiram para uma residência abandonada, onde praticaram sexo consentido, cada par separadamente. Cerca de 10 horas da manhã, Lucas e sua acompanhante deixaram o recinto, bem como Raí de Souza, ficando a adolescente no local – com base no depoimento dos três primeiros, a opção de permanecer desacompanhada foi da própria adolescente.

Sozinha, ainda na manhã de sábado, foi descoberta por traficantes da área, sendo conduzida por Moisés Camilo de Lucena (vulgarmente intitulado de “Canário”) para o lugar denominado de “abatedouro”. Neste, veio a ser estuprada. Transcorridas mais de 24 horas desde sua entrada no “abatedouro”, a ofendida foi encontrada na noite de domingo pelo parceiro, Raí. Este, por seu turno, estava acompanhado de mais três pessoas, quais seriam, Raphael Belo (40 anos), o traficante Jeferson (conhecido por “Jefinho”) e um terceiro indivíduo do sexo masculino não identificado. Os quatro procederam com a gravação de vídeo e tiraram fotos, nos quais a atração central é o abuso da jovem de 16 anos. A liberação da vítima, para retornar ao seu lar, ocorreu por intercessão de um colega seu, chamado “Fubá”.

Apenas na terça feira, 24 de maio de 2016, a adolescente descobriu o vídeo do seu estupro na internet. No mesmo dia, voltou ao morro da Barão para conversar com Sérgio Luiz da Silva Júnior (apelidado de “Da Russa”), o chefe do tráfico, com o intuito de recuperar seu celular, o qual fora roubado. Em 25 de maio de 2016, quarta feira, a família da vítima foi alertada, por um vizinho, sobre a existência e circulação do vídeo no meio cibernético. Com duração de 38 segundos, o vídeo publicado nas redes sociais apresenta um grupo de quatro

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1783627-promotoria-denuncia-4-por-suspeita-de-participar-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>>. Acesso em 19 abr. 2018.

homens, que debocham da vítima e tocam nas suas partes íntimas - em dado momento, um deles declara que ela foi violentada por mais de trinta.

Na quinta feira, 26 de maio de 2016, a lesada prestou o primeiro depoimento à polícia, no qual afirmou ter acordado dopada, nua e cercada por trinta e três homens armados. Também nesse dia, como medida de segurança médica, encaminhou-se ao Hospital-Maternidade Maria Amélia, recebendo coquetel de remédios para precaver doenças como HIV e Hepatite B; outrossim, realizou uma série de exames no Instituto de Medicina Legal, os quais não revelaram material biológico ou marcas de agressão – policiais imputaram tal circunstância ao longo tempo decorrido entre o delito e a realização dos exames. Já no dia 27 de maio de 2016, sexta feira, a adolescente prestou outros dois depoimentos à polícia – Lucas Perdomo, Raí de Souza e a amiga da adolescente também ofereceram suas versões perante a polícia.

No sábado, 28 de maio de 2016, Eloísa Samy, advogada da ofendida, requereu, junto com a Promotoria do Estado do Rio de Janeiro, o afastamento do Delegado Alessandro Thiers, responsável pelo caso. Para tanto, alegou que o mesmo estava conduzindo as investigações com machismo e misoginia. As declarações da advogada tiveram o condão de pressionar a Polícia Civil do Rio, a qual, no domingo (29 de maio de 2016), acabou transferindo o comando das investigações para a Delegada Cristiana Bento. Frise-se que não se operou mera substituição de delegados, mas sim, uma passagem temática: o caso tramitava perante a Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos (DRCI) – a qual tinha descoberto o vídeo na internet e iniciado a apuração dos fatos –, com a mudança, começou a tramitar perante a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV). Ademais, no mesmo dia 29, a família da ofendida procurou os serviços da Defensoria Pública, a qual passou a representar a adolescente vítima do estupro coletivo.

No dia 30 de maio de 2016, a Polícia do Rio adentrou o morro da Barão munida com mandados de busca e apreensão e mandados de prisão para seis suspeitos, ligados ao estupro coletivo: Sérgio Luiz da Silva Júnior (“Da Russa”); Marcelo Miranda da Cruz Correa; Raphael Assis Duarte Belo; Michel Brasil da Silva; Lucas Perdomo; e Raí de Souza. As operações no morro restaram infrutíferas; porém, Raí de Souza e Lucas Perdomo vieram a ser detidos – aquele se entregou à polícia e este foi detido na porta de um restaurante no centro da cidade do Rio de Janeiro. Tendo em vista o enredamento de traficantes da comunidade no contexto do estupro coletivo, bem como a existência de ameaças contra a segurança da adolescente vítima e de sua família, ambas foram colocadas, na terça (31 de maio de 2016),

no Programa Federal de Proteção à Testemunha. Nesse mesmo dia, a Polícia retornou ao “abatedouro” e apreendeu dois colchões ensanguentados.

No primeiro dia do mês de junho, Raphael Assis Duarte Belo apresentou-se à Polícia – dentre as fotos divulgadas, Belo aparece em uma *selfie* ao lado do corpo da adolescente estuprada. No dia seguinte, a Polícia postulou a prisão de mais dois homens, quais sejam, Moisés de Lucena (“Canário”) e Jeferson (“Jefinho”), aumentando o rol de suspeitos para oito. Pelas investigações, “Canário” e “Jefinho” teriam estado com a adolescente no momento da gravação dos vídeos. Em 3 de junho de 2016, Lucas Perdomo foi solto do Presídio Bangu 10, frente à parca quantidade de provas para evidenciar sua participação no crime.

Já no dia 5 de junho de 2016, a Polícia encontrou o celular de Raí de Souza, o qual foi deixado na casa de um amigo seu na Zona Norte do Rio de Janeiro. No aparelho, foram descobertas fotos e gravações que conectaram o acusado ao mundo do tráfico, assim como foi revelado um segundo vídeo do estupro coletivo. Novamente ouvida a amiga da adolescente estuprada, no dia 6 de junho de 2016, sustentou seu depoimento de que o sexo entre esta e Raí de Souza fora consensual, permanecendo a mesma sozinha na casa abandonada depois disso. Por fim, houve conclusão do inquérito policial em 17 de junho de 2016. Finalizadas as investigações, a Polícia Civil requereu a prisão de seis suspeitos e a apreensão de um adolescente: Raí de Souza; Raphael Assis Duarte Belo; Moisés Camilo de Lucena; Sérgio Luiz da Silva Júnior; Michel Brasil da Silva; Marcelo Miranda; e o menor (conhecido por “Perninha”).

Pois bem, expostos fatos e datas, estando o desenvolvimento do caso bem consolidado, pode-se, agora, iniciar a discussão das características que o levaram, na época, ao centro do palco midiático e social, examinando-se, concomitantemente, as manifestações e interpretações que os brasileiros exteriorizaram sobre a situação. Quer dizer, explorar-se-ão as expressões sociais como indicadores da acepção da sexualidade feminina na realidade nacional do século XXI: estaria de acordo com a contemporânea tutela penal sobre o bem sexual ou refletiria, ainda, noções imperantes em tempos passados?

Possivelmente, a característica mais chocante, que concentrou a atenção da mídia e das pessoas em cima do caso, foi o número elevado de possíveis autores da infração, mais de trinta. Era o que sugeriam os vídeos, as fotos e as gravações publicadas e circuladas na internet. No fim, era o que indicavam os próprios relatos da vítima. Com efeito, em uma foto – explícita das partes íntimas da adolescente e do rosto de um dos acusados – postada na rede

social *Twitter*, a legenda era “Amassaram a mina, entendeu ou não ou não entendeu? kkk”<sup>10</sup>. Já no vídeo compartilhado no *YouTube*, as imagens exibiam o órgão genital da jovem e no áudio era possível escutar: “Olha como tá. Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou a marreta”<sup>11</sup>; “Engravidou mais de 30. Entendeu ou não entendeu? Mais de 30!”<sup>12</sup>. A adolescente, por seu turno, ao ser abordada pelo Jornal O Globo, quando deixava o Hospital-Maternidade Maria Amélia (dia 26 de maio de 2016), declarou: “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim. Só quero ir para casa”<sup>13</sup>. Reiterando a afirmação acerca da presença de muitas pessoas na cena do delito, em entrevista para o Fantástico (programa da emissora televisiva Rede Globo), a adolescente alegou: “Tinha um [homem] embaixo de mim, outro em cima de mim e dois me segurando. Comecei a chorar. Tinha muitos homens. Fuzil, pistola. Falavam que eu era piranha, vagabunda coisas assim”<sup>14</sup>.

Anexa à grande quantidade de supostos infratores, sobressaiu como importante a circunstância de a adolescente ser manipulada pelos estupradores. No vídeo do *YouTube*, bem como na foto postada no *Twitter*, transparece a percepção de que ela estava desacordada. Sedimentando esta posição, a avó da garota, em entrevista à Central Brasileira de Notícias (rede de rádio pertencente ao Sistema Globo de Rádio), assegurou: “O vídeo é chocante, eu assisti. Ela está completamente desligada. Ela tem umas coleguinhas lá [no morro], mas nessa hora nenhuma apareceu. Eles, inclusive, postaram diversos comentários a respeito, todos eles irônicos”<sup>15</sup>. De fato, consoante aponta Roberta Pennafort, em matéria publicada na *homepage* do Correio 24h, os comentários são aviltantes:

<sup>10</sup> Foto reproduzida no site G1, matéria “Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.amp>>. Acesso em 19 abr. 2018.

<sup>11</sup> Trecho obtido no site O Estadão, matéria “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vitima-de-estupro-divulgado-nas-redes-sociais-e-submetida-a-exames,10000053582>>. Acesso em 19 abr. 2018.

<sup>12</sup> Trecho obtido no site O Globo, matéria “Adolescente luta para superar trauma de estupro coletivo na Praça Seca”, de 27 de junho de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/adolescente-luta-para-superar-trauma-de-estupro-coletivo-na-praca-seca-19383700>>. Acesso em 19 abr. 2018.

<sup>13</sup> Declaração retirada do site O Globo, matéria “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim”, diz menina que sofreu estupro coletivo”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em 19 abr. 2018.

<sup>14</sup> Declaração reproduzida do site Folha de S. Paulo, matéria “Desejo que eles tenham uma filha”, diz adolescente sobre estupradores”, de 29 de maio de 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776205-desejo-que-eles-tenham-uma-filha-diz-adolescente-sobre-estupradores.shtml>>. Acesso em 19 abr. 2018.

<sup>15</sup> Declaração reproduzida pelo site O Globo, matéria “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim”, diz menina que sofreu estupro coletivo”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em 19 abr. 2018.

A menina de 16 anos vítima de estupro coletivo no Rio no último dia 21 é insultada em uma letra de funk que está sendo compartilhada na internet. A letra é impúblicável. Lista homens que a teriam violentado e faz referências geográficas ao Morro da Barão, na zona oeste do Rio, onde aconteceu o crime, e suas cercanias: "o menor do bairro 13", "o moleque da Menezes", "o moleque da Assembleia", "o menor da Baronesa".

A música se chama "Não fala da (apelido da menina), a (apelido) fortalece" e tem como subtítulo "X. (o órgão sexual feminino) de túnel". O vídeo, que já foi visualizado mais de 40 mil vezes no YouTube, entrou no ar na semana passada, após divulgação do estupro, também nas redes sociais. Na gravação, a jovem é manipulada por homens.

Usuários do YouTube elogiaram a música e postaram comentários jocosos, inclusive mulheres. Um trecho diz que a menina foi violada pela "tropa da Barão" (traficantes de droga da favela); noutro, "reclama": "tanta mina pra falar, vocês quer (sic) falar da (apelido)." Noutro, a "defende": "A (apelido) fortalece", ou seja, se relaciona sexualmente com os bandidos.

Até agora, três homens foram presos sob acusação de envolvimento no estupro, investigado pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV). Outros três estão sendo procurados pela polícia. A jovem entrou no programa de proteção à testemunha e está em local secreto com os pais, a avó e o filho. Para a polícia, o afastamento dificulta as investigações (PENNAFORT, 2016)

Os comentários realizados na página do YouTube, demonstrados na matéria acima, induzem a análise da próxima característica que afamou o caso: quem era a adolescente vítima do estupro coletivo. Mãe solteira, tendo ficado grávida aos 13 anos de idade, a adolescente tinha o hábito de ir ao morro da Barão para frequentar bailes funk; era usuária de drogas, tais quais, maconha, ecstasy e “cheirinho da loló” – entorpecente fabricado com clorofórmio de éter –; ademais, no morro, teve contato com traficantes, inclusive, relacionava-se com eles (BRISO, 2018, p. 38-39).

Com a vida escrutinada pela mídia e pela sociedade, a adolescente se tornou alvo de julgamentos. Sua postura e conduta pretéritas foram repostas no contexto do estupro coletivo. O que muito se ouviu à época foram perguntas e declarações retóricas, onde a culpa da garota de 16 anos era dado certo: “O que ela estava fazendo no morro?”; “Ela conhecia os traficantes!”; “Ela foi para um baile funk e se drogou, o que mais esperava?”; “Ela sabia o que poderia acontecer neste tipo de evento!”. Em duas postagens de redes sociais veiculadas pelo programa televisivo Brasil Urgente, edição 26 de maio de 2016, os internautas escreveram<sup>16</sup>: “Ninguém sabe oq de fato aconteceu e todo mundo julgando sem saber. Vou defender ngm, mas vamos combinar q ela também foi burra de confiar nos moleques né...”; “Estupro é quando a pessoa é forçada, valeu tmj”. Na primeira, o interlocutor proclamou que não faria juízo de culpa sem saber os reais acontecimentos, mas, logo em seguida, afirmou a “burrice

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://videos.band.uol.com.br/cafecomjornal/15875174/adolescente-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

da vítima”. Na segunda, por outro lado, o interlocutor se posicionou, de imediato, pelo consentimento da vítima para o ato.

Já em uma conta do *Facebook*, denominada Abaixo Corrupção, a postagem “DESMASCARADA A FARSA DA ‘MENINA ESTUPRADA POR 30 TRAFICANTES’!!!”, de 29 de maio de 2016, possui o seguinte conteúdo

Já totalmente desmascarada a farsa que “abalou” o Brasil e correu o mundo, da “garota estuprada por mais de 30 traficantes”. Mais uma vez a mídia sensacionalista faz um alarde estrondoso sem antes aguardar as investigações, sendo que até o delegado que comanda o caso já voltou atrás e agora fala em “suposto estupro” e “suposta vítima” e não determinou a prisão de ninguém.

Em fotos encontradas no seu perfil ([www.facebook.com/magrinhasex123](http://www.facebook.com/magrinhasex123) - que tirou do ar depois que a farsa veio abaixo), XXXXX<sup>17</sup> aparece exibindo fuzis e pistolas, enquanto amigos dela desmentem a versão do “estupro” e dizem que ela costuma praticar sexo com diversos traficantes ao mesmo tempo, pois é viciada em drogas – veja no álbum de fotos a seguir.

Frequentadora contumaz de bailes funk, pelo que – segundo parentes e vizinhos – ficava fora de casa por vários dias, mesmo tendo apenas 16 anos, já tem um filho com três anos de idade que seria de um traficante que morreu numa guerra pela disputa de boca de fumo. Ou seja, fica claro que desde os 13 anos “já convivia” com traficantes, entre os quais estupro é reprimido com execução sumária<sup>18</sup>.

Essa postagem serve para elucidar como a vida da adolescente vítima do estupro coletivo fora invocada para justificar seu destino fatal. Ora, ela tinha relações próximas com os traficantes do morro da Barão, ostentando, inclusive, armas de fogo em fotos; era viciada em drogas, logo, afigurava-se normal usar seu corpo como forma de pagamento daquelas; com apenas 16 anos de idade, possuía um filho de 3 anos, o que mostra sua inserção precoce no mundo da sexualidade, não devendo gerar alarde sua menoridade.

A partir, pois, da postura anterior da adolescente perante a sociedade, operou-se a transferência da culpa: esta não seria dos infratores, mas sim da vítima, afinal, através dos seus atos, armou o contexto ideal para a prática do crime. Dessa forma, para fins de “culpabilização” social, a postura da vítima permanece sendo fator de grande relevância, embora a legislação penal não mais lhe conceda guarida jurídica – desde a Lei nº 11.106/2005, o Código Penal de 1940 abandonou qualquer referência à honestidade feminina como elemento dos crimes sexuais. Especificamente na seara do estupro, a publicação original do Código de 1940 já o tipificava como a conduta de constranger, mediante ameaça ou violência, mulher a conjunção carnal (art. 213). Atualmente, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.015/2009, estupro é o delito de constranger alguém, através de ameaça ou

<sup>17</sup> Nome da vítima preservado, haja vista sua menoridade à época dos fatos.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://m.facebook.com/Brasil.Protesta/photos/a.769042769863917.1073741831.282352755199590/769043376530523/?type=3&source=48>>. Acesso em 20 abr. 2018.



violência, a ter conjunção carnal ou a se submeter a outro ato libidinoso (art. 213, do Código Penal). Pela leitura do tipo, verifica-se a inexistência de fatores outros para a repressão penal. Ou seja, independe se a mulher é preta, branca ou parda; religioso ou festeira; empregada ou desempregada; bonita ou feia; usuária de drogas ou não usuária; o que importa é que ela tenha sido constrangida a praticar ou deixar que com ela se pratique ato libidinoso, incluindo-se a conjunção carnal.

A inclinação social para culpar uma vítima de estupro é tão marcante no país, que até mesmo na esfera jurídica vislumbram-se seus influxos. Ora, a lei, há muito, relegou a importância de estereótipos sociais sobre a conduta feminina, nada obstante, os operadores do Direito são pessoas, estando inseridos na sociedade, logo, podem deixar-se guiar pelos mesmos impulsos. No caso esmiuçado, foi exatamente isso que ocorreu. O Delegado que primeiro conduziu as investigações, Alessandro Thiers, responsável pela Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos (DRCI), ao colher o depoimento da vítima, instou na mesma o sentimento de culpa. Em entrevista concedida ao Fantástico, a adolescente assegurou:

O próprio delegado me culpou. Não me senti à vontade em nenhum momento. Acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncia. Na delegacia, tentaram me incriminar como se eu tivesse culpa de ter sido estuprada. [...]

Tinha três homens dentro de uma sala de vidro. Ele [o delegado] botou na mesa as fotos e o vídeo, expôs e falou, ‘conta aí’. Não perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção. Perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso. Parei [de responder] imediatamente<sup>19</sup>.

Deve-se registrar, no entanto, que o movimento de “culpabilização” da mulher não é uniforme. Há segmentos sociais e oficiais que combatem tal procedimento – destaquem-se as manifestações e campanhas de conscientização funcionalizadas pelos movimentos feministas. No âmbito do estupro coletivo no morro da Barão, vale consignar a nota de manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio de Janeiro, a qual classificou o crime como uma “barbárie”, sendo que “os atos repulsivos demonstram, lamentavelmente, a cultura machista que ainda existe em pleno Século 21”<sup>20</sup>.

No mesmo sentido, o então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Marcelo Freixo, prestou apoio à

<sup>19</sup> Declarações reproduzidas no site Folha de S. Paulo, matéria “Desejo que eles tenham uma filha”, diz adolescente sobre estupradores”, de 29 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776205-desejo-que-eles-tenham-uma-filha-diz-adolescente-sobre-estupradores.shtml>>. Acesso em 20 abr. 2018.

<sup>20</sup> Nota datada de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.oabRJ.org.br/noticia/99221-estupro-coletivo-oabRJ-repudia-ato-de-barbarie>>. Acesso em 21 abr. 2018.

vítima, afirmando que a Comissão acompanharia o caso para assegurar todo o atendimento necessário, inclusive psicológico<sup>21</sup>. Enfim, anote-se que, no momento em que o vídeo contendo as cenas do estupro coletivo circulou no *YouTube*, a ouvidoria do Ministério Público do Rio de Janeiro recebeu mais de 800 comunicações<sup>22</sup>, o que pontifica revolta de parte da população com o ato criminoso.

A articulação entre os segmentos sociais pode ser compreendida através dos ensinamentos de Tzvetan Todorov:

A hierarquia interna dos diversos ingredientes de uma cultura fixa-se ou modifica-se em razão de conflitos entre os grupos que os carregam no âmago da sociedade ou entre a sociedade inteira e seus parceiros externos. [...]

Na base de cada cultura, encontra-se a memória coletiva do grupo que a carrega. Ora, uma memória é, em si mesma, necessariamente uma construção, ou seja, a seleção dos fatos do passado e sua disposição seguem uma hierarquia que não lhes pertence especificamente, mas lhes é transmitida pelos membros presentes do grupo. Tal memória coletiva, à semelhança de qualquer memória humana, opera uma triagem radical entre os inumeráveis acontecimentos do passado: eis por que o esquecimento é tão constitutivo da identidade quanto a salvaguarda das lembranças. A triagem dos fatos e sua disposição hierárquica não são operadas por cientistas especialistas (os historiadores tronam-se, inclusive, habitualmente “implicantes” em relação aos guardiões da memória) mas, de preferência, por grupos de influência no interior da sociedade que procuram defender seus interesses. O objetivo desses grupos não é tanto o conhecimento exato do passado, mas o reconhecimento pelos outros de seu lugar na memória coletiva e, por conseguinte, na vida social do país (TODOROV, 2010, p. 73-75).

Aplicando ao estudo, visualiza-se que as modificações legislativas no âmbito da sexualidade resultaram das reivindicações dos grupos feministas pela igualdade e pela liberdade das mulheres – grupos de menor expressão na ordem socioeconômica lutando pela visibilidade da violência contra as mulheres, a qual só tem lugar face a “inferiorização” da ala feminina em prol da maximização masculina (não se abusa, físico ou moralmente, de um igual, mas, sim de algo/alguém reputado inferior). Após tantas mobilizações, investidas e acesso das mulheres a ambientes antes proibidos, a ordem jurídica volveu sua atenção para os clamores em favor dos direitos deste gênero. Não era mais possível ignorá-los. No seio da sociedade, contudo, os grupos conservadores, isto é, defensores da ordem patriarcal, insurgem-se contra as mudanças, fortificando seus discursos e mecanismos de arrebatamento da mulher. Destarte, as independências concedidas à ala feminina – *in casu*, a desconstituição

<sup>21</sup> Declaração retirada do site O Globo, matéria “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim”, diz menina que sofreu estupro coletivo”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em 21 abr. 2018.

<sup>22</sup> Dados retirados do site G1, matéria “Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua”, de 26 de maio de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-counta-que-acordou-dopada-e-nua.amp>>. Acesso em 19 abr. 2018.

da sua honestidade sexual para fins de proteção penal, o que lhe oferta autonomia de conduta ante a sociedade – representam dilapidações dos valores culturais tomados como verdadeiros pelos círculos machistas, cuja reação, então, é reforçar os seus enunciados, com o intuito de frear os avanços do feminismo.

Em suma, os grupos machistas tentam reafirmar sua posição na vida social do país, seu status de selecionador das memórias transferíveis às futuras gerações – tais memórias oportunamente escolhidas consoante os interesses que tangenciem aqueles círculos. Os grupos feministas, ao seu turno, lutam para galgar posição de grupo influente na construção da memória cultural, uma vez que tal posição viabiliza a transferência dos seus valores – liberdade e autonomia feminina, bem como a igualdade entre homens e mulheres – para a posteridade. Refletindo o embate desses grupos, entende-se a coexistência e o enfrentamento de distintos discursos sobre a sexualidade da mulher.

Para finalizar a análise do presente caso, válido elucidar que o inquérito policial concluiu pela participação de sete pessoas – e não de trinta e três, como sugerido pelos vídeos, fotos, gravações e relatos da vítima –, com fulcro nos exames periciais sobre o corpo da adolescente e sobre as bases digitais apreendidas. Dos sete indiciados, a polícia apontou quatro sujeitos ativos do delito de estupro: Raí de Souza, Raphael Belo, Moisés Camilo de Lucena e “Perninha” (BRISO, 2018, p. 43). O estupro, portanto, continuou tendo caráter coletivo, porém, em menor medida do que imaginado *a priori*. O que não retira, obviamente, o cunho atroz e cruel do delito perpetrado, onde houve supressão da liberdade sexual da ofendida, com o estupro, e, ainda, exposição pública do ato, via internet – como se não bastasse a violação do corpo, os infratores acharam por bem exibir o crime nas redes sociais, tal qual um troféu, para ser admirado e invejado pelas outras pessoas.

Ademais, Caio Barretto Briso (2018), em matéria publicada na Revista Época, explorou os resultados do caso, quais foram: para sua segurança, a adolescente não estava habilitada a manter contato com pessoas que a conheciam e não podia ter celular ou acesso à internet, tais imposições, no entanto, não foram obedecidas, o que levou o corpo técnico do Ministério dos Direitos Humanos, em junho de 2017, a desligá-la do Programa de Proteção à Vítima e à Testemunha; Lucas Perdomo foi inocentado por falta de provas; Raí de Souza e Raphael Belo foram condenados a 15 anos de prisão, com regime inicial fechado – cumprem pena no Município de Magé, Rio de Janeiro; Moisés Camilo de Lucena, tendo sido capturado em 18 de março de 2017 por tráfico de drogas, ainda não foi julgado; “Perninha”, que, na verdade, chamava-se Lucas Limão de Oliveira, menor à época dos fatos, foi achado no portamalas de um Hyundai HB20 estacionado em uma rua de Cascadura, com perfurações de tiros;

Michel Brasil da Silva e Marcelo Miranda foram indiciados pela divulgação das imagens, contudo, nunca se apresentaram perante a polícia ou foram encontrados; “Da Russa”, chefe do tráfico no morro da Barão, com fulcro nas provas colhidas, não se relacionou sexualmente com a vítima, portanto, não virou réu do processo.

Henrique Coelho (2017), em matéria para o G1 – portal de notícias da Rede Globo –, esclarece ainda que, dentre as pessoas presas, Raí de Souza e Raphael Assis Duarte Belo foram condenados com esteio no art. 217-A, do Código Penal – estupro de vulnerável – e com base no art. 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente – produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

Sabendo que os processos que apuram delitos sexuais tramitam sob sigilo de justiça (art. 234-B, do Código Penal), estas foram as últimas informações coletadas, na rede mundial de computadores, sobre o processo que averigua o estupro coletivo ocorrido no morro da Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

#### 4.3 O HOMICÍDIO DE VIVIANNY CRISLEY

No dia 20 de outubro de 2016, Vivianny Crisley (casada e mãe de um bebê) encaminhou-se, acompanhada de uma amiga, para uma casa de festas na Zona Sul da cidade de João Pessoa – quando já estavam no local, situado na Avenida Bancário Sérgio Guerra (Bairro dos Bancários), a amiga de Vivianny chamou-a para ir embora, porém, esta preferiu permanecer<sup>23</sup>. Com a saída daquela, Vivianny ficou sozinha na casa de festas; entretanto, minutos depois, deixou-a em conjunto com algumas pessoas, conforme visualizado nas gravações do circuito de segurança do estabelecimento<sup>24</sup>. Tal momento, desenrolado na madrugada do dia 21 de outubro de 2016, constitui a última vez em que Vivianny foi vista com vida.

Em 7 de novembro de 2016, mais de quinze dias depois do seu desaparecimento, um corpo carbonizado foi encontrado em uma mata no Município de Bayeux<sup>25</sup> – a confirmação

<sup>23</sup> Conforme declarações de Jackson Silva, marido da vítima, em reportagem para o G1, datada de 4 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/desaparecimento-de-jovem-em-saida-de-bar-na-paraiba-completa-16-dias.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

<sup>24</sup> Consoante afirmações de Reinaldo Nóbrega, então delegado do caso, em reportagem para o G1, datada de 14 de novembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/pericia-confirma-que-corpo-achado-em-bayeux-pb-e-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

<sup>25</sup> Informação retirada do site G1, matéria “Corpo encontrado na Paraíba pode ser de jovem desaparecida, diz perito”, datada de 7 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/corpo-encontrado-na-paraiba-pode-ser-de-jovem-desaparecida-diz-perito.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

de que dito corpo pertencia a Vivianny Crisley só ocorreria em 14 de novembro, com o resultado do exame de DNA feito pelo Instituto de Polícia Científica<sup>26</sup>. Avançando nas investigações, a polícia confirmou, no mesmo dia 7 de novembro, a prisão do primeiro suspeito: Alex Aurélio Tomas dos Santos<sup>27</sup>. Preso no Estado da Paraíba, sua versão do crime fundou-se na negativa de autora, isto é, Alex Aurélio afirmou que saiu da casa de festas com Vivianny e mais dois colegas, dirigindo-se todos para o Município de Santa Rita, contudo, dormiu no meio do caminho e acordou em um posto de gasolina; ato seguinte, pediu para ser deixado em casa, no distrito de Várzea Nova (Município de Santa Rita); os outros dois amigos seguiram com Vivianny; horas depois, “Juninho” e “Bebé” (apelidos dos amigos) retornaram à sua casa, melados de sangue e portando o celular de Crisley, o qual lhe foi entregue; “Juninho” e “Bebé” teriam afirmado que mataram Vivianny porque ela gritava muito, perturbando para ir para casa; todos dormiram na sua residência e, no dia seguinte ao desaparecimento de Vivianny, “Juninho” e “Bebé” levaram outras duas meninas para uma festa promovida naquela mesma residência<sup>28</sup>.

A dupla, Jobson Barbosa da Silva Júnior (“Juninho”) e Fágner das Chagas Silva (“Bebé”), foi presa no Rio de Janeiro, especificamente no morro do Acari, no dia 21 de novembro de 2016<sup>29</sup>. Ambos contaram versões semelhantes, todavia, dissonantes com a dada por Alex Aurélio. De acordo com Jobson Barbosa e Fágner das Chagas: o trio conheceu Vivianny Crisley na casa de festas, de onde saíram para procurar um outro local e encerrar a noite; não achando novo bar aberto, encaminharam-se para a casa de Jobson, localizada em Bayeux e próxima à área em que o corpo de Vivianny seria posteriormente descoberto; já na casa, Jobson e Alex adentraram na residência, enquanto “Bebé” permaneceu no carro com Crisley; os primeiros voltaram com chaves de fenda e golpearam a vítima; por fim, tiraram gasolina de uma moto e, valendo-se de pneus de bicicleta, atearam fogo no corpo de Vivianny; como motivação para o crime, indicaram o fato da vítima gritar e insistir para que o

---

<sup>26</sup> Informação retirada do site G1, matéria “Polícia confirma que o corpo achado em Bayeux, PB, é de Vivianny Crisley”, datada de 14 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/pericia-confirma-que-corpo-achado-em-bayeux-pb-e-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

<sup>27</sup> Confirmação prestada por Reinaldo Nóbrega, então delegado do caso, em reportagem para o G1, datada de 7 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/preso-suspeito-de-envolvimento-em-desaparecimento-de-mulher-na-pb.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

<sup>28</sup> Versão de Alex Aurélio foi reproduzida no site G1, matéria “Perícia confirma que corpo achado em Bayeux, PB, é de Vivianny Crisley”, de 14 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/pericia-confirma-que-corpo-achado-em-bayeux-pb-e-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

<sup>29</sup> Informação retirada do site G1, matéria “Suspeitos de matar Vivianny Crisley chegam em João Pessoa”, de 22 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/suspeitos-de-matar-vivianny-crisley-chegam-em-joao-pessoa.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

trio a levasse para casa<sup>30</sup>. Verifica-se, ao menos, um ponto em comum entre os três depoimentos: a motivação do delito, qual seja, gritaria e persistência da vítima para voltar à sua casa.

Consoante informações prestadas pelo médico legista Flávio Fabres, do Instituto de Polícia Científica, o corpo de Crisley não foi esquartejado, tendo o fogo destruído apenas a caixa torácica da jovem; todavia, o avançado estado de decomposição dificultou o trabalho da perícia<sup>31</sup>. Uma das consequências advindas da alta degradação do corpo foi a impossibilidade de apurar a ocorrência de violação sexual<sup>32</sup>. Ora, para a caracterização deste crime, a polícia precisa encontrar material genético do suspeito na vítima, o que não se deu no caso e, portanto, os suspeitos não foram enquadrados no tipo penal de estupro (art. 213, do Código Penal de 1940).

Destarte, com base no substrato fático apresentado, o Ministério Público da Paraíba ofereceu denúncia contra os três suspeitos, pelos seguintes delitos: homicídio duplamente qualificado (art. 121, §2º, do Código Penal); sequestro (art. 148, do Código Penal); ocultação de cadáver (art. 211, do Código Penal); e furto (art. 155, do Código Penal)<sup>33</sup>.

A audiência de instrução e julgamento, sucedida no dia 14 de agosto de 2017, no Fórum Juiz João Navarro Filho (Município de Santa Rita), teve como resultado o pronunciamento dos réus – decisão prolatada pela Juíza Lilian Frassinetti Correia Cananea<sup>34</sup>. Rememora-se que os crimes dolosos contra a vida observam procedimento especial, subdivido em duas fases, quais sejam, juízo de acusação – verdadeira fase de filtro, que autoriza o encaminhamento do réu à segunda etapa apenas quando o feito estiver suficientemente maduro – e juízo de mérito – tendo lugar exclusivamente se o acusado for pronunciado, ou seja, se admitida a acusação, aqui os fatos serão apreciados pelos jurados, sob a direção do juiz-presidente do Tribunal do Júri (TÁVORA; ALENCAR, 2016, p. 1220).

<sup>30</sup> Versões de Jobson Barbosa e Fágner das Chagas foram reproduzidas no site G1, matéria “Trio golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou corpo, diz polícia”, de 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>31</sup> Declaração retirada do site G1, matéria “Trio golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou corpo, diz polícia”, de 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>32</sup> Dado retirado do site G1, matéria “Trio golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou corpo, diz polícia”, de 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>33</sup> Consoante notícia veiculada no site do Ministério Público da Paraíba, datada de 1 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.mppb.mp.br/index.php/47-noticias/criminal/19549-caso-vivianny-crisley-tribunal-do-juri-acolhe-pedido-do-mppb-e-condena-reu-a-26-anos-de-prisao>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>34</sup> Informação retirada do site G1, matéria “Acusados de matar Vivianny Crisley vão a júri popular nesta quarta-feira, em Santa Rita, PB”, de 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/acusados-de-matar-vivian-crisley-va-a-juri-popular-nesta-quarta-feira-em-santa-rita-pb.ghtml>>. Acesso em 23 abr. 2018.

Assim sendo, decisão de pronúncia é a prolatada pelo magistrado quando estiver convicto da existência do lastro probatório necessário para a remessa do réu à segunda fase do julgamento, aquela que se desenrola perante o Júri Popular.

A sessão do Tribunal do Júri ocorreu em 28 de fevereiro de 2018. Nela, o conselho de jurados acatou todos os pedidos do *Parquet*, condenando Alex Aurélio Tomas dos Santos pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, sequestro, ocultação de cadáver e furto, o que perfaz um total de 26 anos de prisão – a defesa, encetada pela defensora pública Neide Vinagre, declarou que não recorrerá. Em função da sentença condenatória, Alex permanecerá preso no Complexo Penitenciário Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, em João Pessoa (FECHINE; CARNEIRO, 2018)

Frise-se que, na sessão ocorrida em 28 de fevereiro de 2018, o Júri Popular só deliberou acerca dos crimes imputados a Alex Aurélio. Consoante Márcio Godim, Promotor de Justiça do processo, os demais réus trocaram de patrocínio às vésperas do julgamento, vindo os novos advogados a alegarem desconhecimento das minúcias processuais como uma manobra para adiá-lo, no entanto, a condenação de Alex Aurélio só fortifica a culpabilidade dos outros dois<sup>35</sup>. O julgamento de Jobson Barbosa da Silva Júnior e Fágner das Chagas Silva, perante o Tribunal do Júri, tem data prevista para ocorrer no dia 16 de maio de 2018<sup>36</sup>.

Dito isto, passa-se ao escrutínio das manifestações e interpretações que os paraibanos exteriorizaram sobre a situação, no intuito de cotejá-las com o arcabouço jurídico criminal. Melhor dizendo, as expressões sociais serão exploradas enquanto indícios de como a sexualidade feminina é compreendida na realidade local do século XXI: estaria de acordo com a contemporânea tutela penal sobre o bem sexual ou revelaria, ainda, noções imperantes em tempos pretéritos?

As primeiras impressões do caso, sendo as únicas por dezessete dias (período entre o desaparecimento de Vivianny Crisley em 20 de outubro de 2016 e a descoberta do seu corpo em 07 de novembro de 2016), esboçavam a seguinte imagem: uma mulher jovem, com 28 anos, mãe de uma criança com meses de vida, tendo estado civil de pessoa casada, vai, na companhia de uma amiga, a uma festa em determinado bar na Zona Sul do Município de João Pessoa – o marido, por sua vez, estava na residência dos pais, no Estado do Rio Grande do

<sup>35</sup> Declaração reproduzida no site do Ministério Público da Paraíba, matéria “Vivianny Crisley: Tribunal do Júri acolhe pedido do MPPB e condena réu a 26 anos de prisão”, de 1 de março de 2018. Disponível em: < <http://www.mppb.mp.br/index.php/47-noticias/criminal/19549-caso-vivianny-crisley-tribunal-do-juri-acolhe-pedido-do-mppb-e-condena-reu-a-26-anos-de-prisao>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>36</sup> Conforme Nota de Foro 034/18, expedida no Diário de Justiça do Estado da Paraíba de 18 de abril de 2018. Disponível para download em: < [https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario\\_justica/publico/buscas.jsf](https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario_justica/publico/buscas.jsf)>. Acesso em 23 abr. 2018.

Norte<sup>37</sup>; na casa de festas, a amiga lhe convida para ir embora, mas a jovem mulher decide por continuar nas festividades; quando de sua saída, estava na presença de outros homens.

Com base neste cenário, muitos paraibanos começaram a questionar: “Por que ela foi para uma festa sozinha, sendo casada?”; “Por que ela não foi embora no momento em que a amiga chamou?”; “Por que saiu da casa de festas na companhia de homens?”; “Por que ficar até tão tarde em uma festa?”. Estes porquês pareciam amenizar os eventuais resultados do desaparecimento de Vivianny Crisley, afinal, existiria uma relação de causa e efeito bem clara entre seus comportamentos e os possíveis crimes dos quais fosse sujeito passivo. Vê-se que tal vinculação fatal ostenta duas facetas: “culpabilização” da ofendida e senso de proteção para os componentes da sociedade.

De fato, a assimilação de que certo resultado negativo aconteceu para certa pessoa porque esta agiu de certo modo enxerta nos demais indivíduos a falsa certeza de que ao não agirem daquela específica maneira estarão resguardados dos malefícios que lhes seriam correlatos. A premissa é: Maria usou short curto, por isso foi assediada – se eu não usar short curto, não devo ser alvo deste crime; Fabiana gosta de balada, indo a muitas festas, estava, pois, suscetível a ser dopada e estuprada – se eu não for a festas, não devo ser alvo deste delito; *in casu*, Vivianny estava desacompanhada, altas horas da noite, em uma festa e, ainda, saiu sozinha com homens, previsível que seria vítima de algum crime – eu não sairei sozinha com homens, portanto, isto não deve me acontecer. A abstenção comportamental (como a pessoa procede perante à sociedade) trabalha, assim, para induzir fictícia sensação de segurança. Ao mesmo tempo, é evocada para transladar a culpa do agente criminoso para a vítima. Observando a postura pretérita da lesada, a responsabilidade pela existência do delito pode lhe ser imputada: por seus atos, Crisley teria armado a conjectura delituosa.

Sob este raciocínio, não se vislumbra o crime como uma quimera social, enraizada na vontade do agente delituoso de transgredir as normas comunitárias, mas, sim, como uma decorrência lógica dos comportamentos de cada sujeito. Opera-se, pois, “individualização do fato criminoso” – reputando-o exclusivamente à esfera do sujeito passivo –, em lugar da “coletivização”, isto é, compreensão de que todos os indivíduos do agrupamento social são atingidos pelo delito, uma vez que este é razão e consequência para distintos desdobramentos (por exemplo, o homicídio de uma mãe solteira pode ser o palco ideal, na presença de circunstâncias de cunho socioeconômicas, para que seu filho acabe nas ruas e, mais tarde,

---

<sup>37</sup> Conforme declarações de Jackson Silva, marido da vítima, em reportagem para o G1, datada de 4 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/desaparecimento-de-jovem-em-saida-de-bar-na-paraiba-completa-16-dias.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.



ingresse no mundo do tráfico de drogas – o primeiro crime na linha de produção dos seguintes). Outrossim, a “culpabilização” da vítima e o afastamento das outras pessoas do contexto criminoso – pela lógica de que não incidirão na mesma conduta que aquela – mitiga a capacidade de empatia. Ora, ambas são aspectos de um enunciado que proclama o “recebimento do que foi plantado” pela própria vítima, não havendo espaço para compaixões desnecessárias.

No rastro de exteriorizações virtuais acerca da culpa de Vivianny Crisley no desenrolar dos fatos criminosos, foram encontrados os seguintes comentários na matéria “Suspeitos de matar Vivianny Crisley chegam a João Pessoa”, publicada no G1: o usuário Ludwig Baviera escreveu “Mas por que a guria saiu com os tipos?”, para esta frase os internautas deram 40 curtidas positivas e 11 curtidas negativas; o usuário Jose Castro, por sua vez, enfatizou seu posicionamento com uma frase em *capslok*, “É POR ISSO QUE HOJE EM DIA VCS MULHERES TEM QUE TOMAR MUITO CUIDADO COM QUEM SAI”, a qual contabiliza 51 curtidas positivas e 8 negativas; já Rodrigo Ferreira declarou “Se ela tivesse na igreja orando, nada disso teria acontecido. A culpa é toda dela!”, para tal opinião os internautas concederam 19 curtidas positivas e 85 negativas; por fim, Paulo Henrique digitou “Acha que pode sair com qualquer um, viu o quê deu! Sua ASNAR!!” (sic), cuja repercussão é de 6 curtidas positivas e 28 curtidas negativas<sup>38</sup>.

Ainda no âmbito do G1, na matéria “Trio golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou corpo, diz polícia”, observou-se o seguinte comentário, postado pelo usuário Junior da Silva: “Vou ser sincero, eles são almas sebosas e não valem nada, criminosos e merecem ser punidos, mas ela também não é santa, olha so com quem ela estava envolvida.... so digo quem procura acha !!!!”<sup>39</sup>. Tal pronunciamento contou 19 curtidas positivas e 30 curtidas negativas.

No mesmo sentido de deslocar a culpa dos réus para Vivianny Crisley, válido destacar a tese conclamada pela defesa de Alex Aurélio Tomas dos Santos no dia do julgamento perante o Tribunal do Júri: a ofendida estava na companhia dos acusados por livre manifestação de vontade. A defensora pública Neide Vinagre assegurou: “Quem quiser,

<sup>38</sup> Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/suspeitos-de-matar-vivianny-crisley-chegam-em-joao-pessoa.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

observe o processo desde o início e verifique se tem provas de que Vivianny foi forçada a sair dali com eles”<sup>40</sup>.

Houveram, também, demonstrações em favor de Vivianny. Quer dizer, pessoas que não consideraram sua conduta pretérita motivo capaz de justificar o crime cometido – que não vislumbram no comportamento feminino o assento causador de qualquer crime contra as mulheres. Para estas, os crimes são praticados pelos agentes ativos e os sujeitos passivos são vítimas, no sentido inteiro da palavra. Isto é, vítimas são os indivíduos que sofrem pela tirania ou iniquidade de outros, são os indivíduos que têm seu bem estar suprimido segundo os desmandos de outros.

Retornando à homepage do G1, na mesma matéria “Suspeitos de matar Vivianny Crisley chegam a João Pessoa”, a usuária Karla Marthinna comentou “Responderão na forma da lei. Confio no veredicto do juri popular”<sup>41</sup> – esta frase teve curtidas positivas por parte de 11 internautas, outros 6, no entanto, curtiram negativamente. Já no âmbito da matéria “Trio golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou o corpo, diz polícia”, Ana Reis, em resposta ao comentário de Junior Silva, acima transcrito, escreveu:

Ela nao e santa pq ? por que saiu a noite?ou por que se envolveu com um homem ?nao esta escrito na cara de ninguem que e estuprador,mas tambem nao esta escrito em nenhum lugar que mulher e proibida de sair. Sou casada,muito bem casada,meu marido nao se incomoda se saiu com amigas pra me divertir ,afinal nos mulheres tambem temos liberdade de sair pra se divertir e na grande maioria das vezes,vamos exatamente pra onde falamos que vamos diferentes de vcs homens que usam a desculpa do futebol pra dar uma escapadinha do casamento. Entao me poupe ,se poupe nos poupe (sic)<sup>42</sup>.

Para esta exposição opinativa, 41 internautas mostraram sua concordância e outros 28 revelaram seu descontentamento. Finalizando, interessante trazer à tona a campanha do Núcleo Gertrudes Maria, organização de defesa dos direitos das mulheres, em prol da punição dos assassinos de Vivianny Crisley. No dia 22 de fevereiro de 2018, publicaram na sua página do *Facebook*:

A campanha #JustiçaparaVivianny acontece até o dia do julgamento. Se você também se indigna com a brutalidade que foi o caso e está cansada(o) de ver as

<sup>40</sup> Declaração reproduzida no site G1, matéria “Réu é condenado a 26 anos de prisão por matar Vivianny Crisley, na PB”, datada de 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/reu-e-condenado-a-26-anos-de-prisao-por-matar-vivianny-crisley-na-pb.shtml>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/suspeitos-de-matar-vivianny-crisley-chegam-em-joao-pessoa.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

mulheres morrendo todos os dias, participe também. Dia 28/02 estaremos no Fórum de Santa Rita, pedindo justiça!<sup>43</sup>

As diferentes posições acerca do caso Vivianny Crisley refletem as articulações entre os distintos grupos sociais. Destarte, os segmentos feministas almejam conquistar reconhecimento na construção da memória coletiva – a fim de transferir seus valores de liberdade e igualdade para as mulheres –; já os segmentos machistas buscam revalidar sua posição na vida social do país – com o fito de fortificar seus enunciados patriarcais. Em suma, enquanto aquele primeiro luta para alcançar, este último luta para manter o status de selecionador dos fatos e dados a serem transferidos para as futuras gerações.

Ademais, verifica-se que há, no contexto local, o mesmo enfrentamento – entre “culpabilização” das vítimas mulheres e discursos em benefício dos direitos das mulheres – que sucede a nível nacional. A primeira corrente, destacando a postura da ofendida ante a sociedade, reflete valores dominantes em outrora, os quais, no atual mundo jurídico-penal, não recebem guarida. A permanência dessa posição conduz, portanto, à ilação de que houve uma incompleta adaptação à contemporânea tutela penal sobre o bem sexual feminino. Com efeito, desde a Lei nº 11.106/2005, o Código Penal de 1940 relegou a importância jurídica de determinadas representações sociais, entre elas, a honestidade feminina, cuja apuração demandava a análise do proceder das mulheres, notadamente voluptuoso, nos círculos comunitários. Além disso, desde as modificações promovidas pela Lei nº 12.015/2009, a proteção penal concedida à sexualidade lastreia-se na dignidade da pessoa humana, não em idealizações de caráter coletivo como a família e a moralidade pública. Via de sequela, qualquer discussão de índole sócio-valorativa acerca da postura da mulher ofendida não deveria ter relevância, porque o bem sexual é tutelado em favor do indivíduo e não da comunidade.

Por último, elucide-se que, embora não comprovada a violação sexual sobre o corpo de Vivianny Crisley, o caso tem espaço na presente discussão, uma vez que a conduta da vítima foi invocada por muitos para explicar o delito perpetrado. A valer, seja na seara da dignidade sexual, seja na seara do direito à vida, os discursos de opressão ao feminino circundam as representações sociais, ganhando notoriedade sempre que um novo caso de violência contra a mulher repercute na comunidade – havendo um contexto criminoso em destaque, os diversos olhares recaem sobre ele e aplicam seu ponto de vista.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleogertrudesmaria/posts/2037548506513966>>. Acesso em 23 abr. 2018.

## 5 CONCLUSÃO

Diante da constatação de que as representações comunitárias acerca do corpo, da relação carnal e dos órgãos sexuais são produtos da cultura – edificadas conforme seleções de elementos promovidas por grupos de proeminência social e, portanto, mosaico entre as perspectivas subjetivas desses e as propriedades do mundo objetivo –, deve-se reconhecer que os laços de dominação fixados pela ala masculina sobre a feminina podem ser modificados, quiçá quebrados. O que não seria possível se as separações de gênero estivessem pautadas simplesmente nas leis naturais, haja vista sua intransponibilidade. Para, então, revestir de caráter eterno os vínculos de exploração entre os homens e as mulheres, operou-se processo de naturalização dos conceitos culturais: alojar todas as diferenças entre os gêneros (das características físicas até o comportamento sexual) no campo da natureza esvaziaria o cabimento de debates sobre tais distinções, posto que estariam além do império humano.

Nada obstante a técnica naturalizante, a sexualidade feminina, rebento que é da elaboração humana, constitui objeto de variações ao longo dos anos, ensejadas, marcadamente, pelas lutas dos movimentos feministas – embora gozem de menor expressão no panorama sociopolítico, esses grupos reivindicam a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, visibilizando os ciclos de violência contra as últimas. Dentre as áreas nas quais a acepção sexual foi alterada, foca-se na legislação penal. Deveras, sob o palio do Código Penal de 1890, os crimes sexuais ostentavam finalidade familiar: conglomerados no Livro II, Título VIII (“Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor”), as infrações de cunho libidinoso estavam preocupadas com a formação e conservação das famílias brasileiras, logo, a sexualidade era vislumbrada enquanto um valor agregado a esses núcleos de convivência, não aos indivíduos singularmente considerados. Disto se retira o fundamento de existência de tipos como o defloramento (art. 267, CP 1890), o rapto (art. 270, CP 1890) e o adultério (art. 279, CP 1890).

Quando da publicação original do Código Penal de 1940, a sexualidade foi associada à moralidade pública, erigida para traduzir objetivamente as aspirações comuns. Com efeito, o Título destinado aos delitos sexuais passou a ser cognominado de “Dos Crimes Contra os Costumes” (Parte Especial, Título VI). A mudança implica na admissão de que a tutela sexual, nesse momento, estava voltada para o modo como as pessoas deveriam se portar ante a sociedade – não mais a composição e manutenção da família. Apesar disso, tanto a moralidade quanto a família são idealizações inclinadas à coletividade, por conseguinte, alarmadas com os retratos sociais. Nesse contexto, entende-se a presença dos crimes de posse

sexual mediante fraude (art. 215, CP 1940), de atentado ao pudor mediante fraude (art. 216, CP 1940), de sedução (art. 217, CP 1940), de rapto violento ou mediante fraude (art. 219, CP 1940).

Com o advento das Leis nº 10.224/2001, nº 11.106/2005 e nº 12.015/2009, o Código Penal de 1940 concedeu outro escopo à defesa do bem sexual, qual seja, dignidade da pessoa humana. Destarte, as transgressões sexuais estão arroladas no mesmo Título VI (Parte Especial), o qual, contudo, ganhou nova alcunha – “Dos crimes Contra a Dignidade Sexual”. Ora, a dignidade sexual é um desdobramento da dignidade da pessoa humana, qualidade inerente a cada indivíduo que o torna merecedor de respeito por parte da comunidade e do Estado, resultando nesse sentido em direitos e deveres fundamentais que lhe protegem contra atos degradantes. Sob este raciocínio, verifica-se que a sexualidade é, hoje, funcionalizada em favor do sujeito, individualmente encarado.

Fortificando a proposição de que o indivíduo é o destinatário primeiro da norma, o legislador pátrio despiu de relevância representações sociais consolidadas, notadamente a honestidade feminina para fins de tipificação ou punição criminal. A lógica é simples: a conduta pretérita das mulheres sexualmente lesadas não deve ser importante, afinal, o fim social da contemporânea normativa penal perfaz-se na dignidade, que pertence àquelas enquanto atributo intrínseco, independentemente do seu proceder perante a comunidade.

Pois bem, sabendo que a efetividade é observada como eficácia social – cujo condão está na concretude da lei, na capacidade de materializar a função social da regra, na aproximação profunda entre o *dever-ser* jurídico e o *ser* da praxe social –, analisá-la no bojo da lei penal sob o paradigma da dignidade sexual feminina significa examinar se a sociedade brasileira adaptou-se à noção de irrelevância comportamental das mulheres vítimas de infrações sexuais. Para tanto, algumas das repercussões acerca de dois casos concretos (o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos no morro da Barão e o homicídio de Vivianny Crisley na cidade de Bayeux) foram investigadas. Aquele de reverberação nacional e este de reverberação local, como forma de simbolizar a realidade nacional. O procedimento básico foi encontrar manifestações sociais acerca dos crimes – tais exteriorizações vistas como termômetro da efetividade.

Salta aos olhos, em ambos os crimes, a tendência para a “culpabilização” da ofendida. Evoca-se a postura da mulher como carreadora do contexto criminoso, ou seja, estabelece-se uma relação de causa e efeito entre seus atos e seu destino fatal. Em suma, a conduta pretérita é reposta no cenário do crime, denotando este em virtude daquela. Imperioso atinar para a extensão de dita evocação: na situação do estupro coletivo do Rio de Janeiro, para além da

participação da adolescente no baile funk, sucedido em um morro (circunstâncias que antecederam a prática do delito), rememorou-se seu histórico com drogas e traficantes, tudo como parte de um pacote que explicaria o evento fatídico; já na situação de Vivianny Crisley, não vindo à tona elementos que delatassem um suposto desvio de personalidade, sua “culpabilização” se restringiu aos atos imediatamente antecedentes (à sua saída de um bar, altas horas da noite, com homens estranhos). Em maior ou menor escala, portanto, a “culpabilização” das vítimas tem lugar cativo na mentalidade dos brasileiros.

Trata-se de uma “meritocracia passiva do crime”, empregada à ala feminina. Elucida-se: a meritocracia é uma forma de administração que se apoia no merecimento, sendo as colocações distribuídas consoante o conhecimento e a competência dos administrados; na seara das infrações sexuais, por seu turno, anuncia-se que as mulheres ofendidas (polos passivos) recebem o que plantam com suas atitudes. Trocando em miúdos, merecem o desfecho criminoso, como quem muito labora para alcançá-lo.

Também se constatarem – nos dois casos – manifestações em prol das vítimas. Quer dizer, declarações que não questionam a conduta da mulher, mas, tão somente, a injustiça do ilícito perpetrado. Registre-se que tais são rebentos dos novos valores conclamados pelos movimentos feministas, que, por meio de lutas representativas, motivaram as alterações legislativas no âmago da sexualidade da mulher. Destarte, é com esteio nessas lutas que a tutela penal contemporânea sobre a sexualidade feminina atem-se à necessidade de punição do delito, sem referências ao que a vítima fez ou deixou de fazer precedentemente – uma acepção dignificante, que mira qualquer pessoa como merecedora de proteção por si mesma, sem exigências de índole social, as quais desfrutavam de posição privilegiada nos paradigmas predecessores.

Cotejando as manifestações em benefício das vítimas com as manifestações que as “culpabilizam”, transparece a predominância dessas últimas. Sejam nos comentários ou nas curtidas oferecidas a esses comentários, a população tende a posicionar-se pelo mérito da mulher lesada no resultado criminoso. Acautela-se para o fato de existirem comentários mais explícitos, apelando para a falta de “santidade” das mulheres; mas, também, críticas veladas, afirmando, por exemplo, a necessidade daquelas precaverem-se com suas companhias, seus horários de saída, seus círculos sociais e com os locais que frequentam. Por esse caminho, realiza-se verdadeira inversão das culpas (do delinquente para a ofendida) e “sobrezelo” das mulheres nas suas relações diárias, o que, mais uma vez, separa os gêneros (de fato, não parece ser essencial à segurança masculina proceder com extremo cuidado nas suas atividades do dia a dia, principalmente no que diz respeito às companhias).

Isto exposto, conclui-se pela baixa efetividade da lei penal sob o paradigma da dignidade sexual feminina. Em termos mais completos, pode-se arrematar pela rasa adaptação das ações humanas ao que o Direito fixou como o novo paradigma sexual, o que caracteriza, por corolário, a rasa efetividade da norma. A valer, a grande quantidade de exteriorizações sociais que defrontam a conduta pretérita da vítima – enquanto circunstância relevante – no bojo de crimes sexuais diverge das linhas estruturantes da moderna tutela penal sobre a sexualidade da mulher.

Descendo à análise dos valores por trás dos comportamentos humanos, vê-se a persistência de uma cultura arraigada dentro do padrão jurídico-penal anterior. Em outras palavras, este era produto, e também modelador, de um tempo no qual a subjugação e a minimização da mulher gozava de *locus* comum, quer dizer, era plenamente aceita e praticada, sem maiores refutações. Com a passagem argumentativa – da verticalização para a “horizontalização” dos arranjos de gênero –, o mundo jurídico oficial ganhou novos contornos, modificando seu trato em cima do bem sexual feminino. Nada obstante, suas normas não conseguiram, efetivamente, transmutar aquela primeira cultura machista e patriarcal, do que se observam os influxos da mesma sobre a sociedade brasileira do século XXI.

Independente, pois, da edição da norma penal dignificante, os valores da cultura andro-superior permanecem. Ora, a “culpabilização” das vítimas de infrações sexuais, aqui retratada, perfaz apenas um sintoma das reminiscências falocêntricas na realidade nacional. Deveras, a intimidação e o manejo das mulheres nos ônibus, trens, metrô e outros meios de transporte coletivo – com “encoxamentos”, apalpamentos, “imprensamentos”, e, ao ápice, de ejaculações –, demonstram o desrespeito para com a sexualidade feminina, encarada enquanto mero objeto de satisfação masculina. O que dizer, ainda, dos elevados números de estupros, que ocorrem tanto em ambientes privados, quanto em ambientes públicos, tais quais, as universidades federais? Na própria Universidade Federal da Paraíba, por exemplo, os ataques se valem da pequena quantidade de seguranças, dos problemas de iluminação, da baixa circulação de pessoas no horário noturno, entre outros aspectos, os quais indicam a reduzida atenção da administração universitária no que tange à preservação e proteção das mulheres – um problema que lhes afeta diretamente é relegado no plano de atuação administrativa<sup>44</sup>. Por fim, cite-se a franca utilização do meio profissional como forma de constrangimento para

---

<sup>44</sup> Informações retiradas do site Portal Correio, matéria “Professoras e alunas denunciam abusos sexuais na UFPB”, de 3 de maio de 2018. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/professoras-e-alunas-denunciam-abusos-sexuais-na-ufpb/>>. Acesso em 4 mai. 2018.

obtenção de vantagem sexual. Está-se falando do assédio sexual, prática na qual a mulher é anteposta frente duas opções: ceder ao que o superior hierárquico lhe demanda sexualmente ou não ceder e ser preterida ou demitida do posto de trabalho. Em suma, a mulher é, frequentemente, “pejorizada”, seja no seio familiar, profissional ou delituoso.

Dessa maneira, sobreleva-se a necessidade de alteração da mentalidade cultural, que está investida na coisificação (não subjetivação) da mulher, inclusive, do seu bem sexual. Com efeito, a subsistência desses valores pode ser apontada enquanto uma das principais causas da baixa efetividade legislativa penal sob o prisma da sexualidade. O desenvolvimento desta reclama, imprescindivelmente, a mutação daqueles. Pois bem, um dos grandes pilares da formação cultural é a educação. Por ela, faz-se capaz a conversão de ideias, de padrões, de sentidos, de comportamentos e, então, a ressignificação de valores. Seja através das instituições de ensino, das campanhas de massa para o público em geral, entre outros, uma educação direcionada ao tratamento equânime entre homens e mulheres – despindo de relevância o que elas vestem, falam, consomem, com quem e como se relacionam – materializará, com maior efetividade, o paradigma da dignidade sexual do que a simples atividade legiferante.

A ligação entre Direito e sociedade é mútua: um influencia o outro, mas um não caminha sem o outro. Ao mesmo momento em que se dá elaboração da norma, devem existir políticas públicas que consolidem o conteúdo axiológico da primeira. Portanto, embora o Direito goze de força para normatizar e adaptar as ações humanas, não a exerce sem aparatos outros que o viabilizem. *In casu*, uma das estratégias para a modificação da percepção androcentrada seria a conscientização, pela educação, da dignidade da pessoa humana como um dado fundamental e basilar que orienta os comportamentos da sociedade. Em todos os aspectos: tanto no tocante à retribuição salarial, acesso às esferas políticas, ingresso em círculos intelectuais fechados; quanto ao próprio uso dos prazeres.



## REFERÊNCIAS

ACUSADOS de matar Vivianny Crisley vão a júri popular nesta quarta-feira, em Santa Rita, PB. **G1 Paraíba**. edição de 28/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/acusados-de-matar-vivian-crisley-voao-a-juri-popular-nesta-quarta-feira-em-santa-rita-pb.ghtml>>. Acesso em 23 abr. 2018.

ADOLESCENTE é vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro. **Programa Brasil Urgente**. Apresentador José Luiz Datena. edição de 26/05/2016. Disponível em: <<http://videos.band.uol.com.br/cafeconjornal/15875174/adolescente-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino. São Paulo, Intermeios, 2013.

ALIMENA, Carla Marrone. **A Tentativa do (Im)Possível: Feminismos e Criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AMEAÇADA por traficantes, garota estuprada deixa o Rio. **O Tempo**. edição de 01/06/2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/amea%C3%A7ada-por-trafficantes-garota-estuprada-deixa-o-rio-1.1311543?amp>>. Acesso em 20 abr. 2018.

ARAÚJO, João Vieira de. Projecto de código penal. Exposição de Motivos. **Revista acadêmica da faculdade de Direito do Recife**, 1893b. .

BACELAR, Carina; RAMALHO, Guilherme; ROCHA, Carla. Adolescente luta para superar trauma de estupro coletivo na Praça Seca. **O Globo**. edição de 27/05/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/adolescente-luta-para-superar-trauma-de-estupro-coletivo-na-praca-seca-19383700>>. Acesso em 19 abr. 2018.

BANDEIRA, Esmeraldino. **Relatório dos anos de 1909 e 1910 apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em abril de 1910**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Disponível em: <[http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u\\_1906/000001.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u_1906/000001.html)>. Acesso em 11 mar. 2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: imites e possibilidades da Constituição brasileira**. 9 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. 34 ed. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, 2008.

BOUCHER, François. De 1868 a 1914. In: **História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [publicação original]. **Código Penal.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 mar. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm)>. Acesso em 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm)>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. **Código Civil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Estatuto da Mulher Casada.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm)>. Acesso em 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRISO, Caio Barretto. **A VIDA DEPOIS DA BARBÁRIE**: dois anos depois de estupro, jovem tenta reconstruir a vida sem apoio do Estado. Revista Época. São Paulo, v. 1028, 12 mar. 2018. Semanal.

CASO Vivianny Crisley: Tribunal do Júri acolhe pedido do MPPB e condena réu a 26 anos de prisão. **Ministério Público da Paraíba**. edição de 01/03/2018. Disponível em: <<http://www.mppb.mp.br/index.php/47-noticias/criminal/19549-caso-vivianny-crisleytribunal-do-juri-acolhe-pedido-do-mppb-e-condena-reu-a-26-anos-de-prisao>>. Acesso em 23 abr. 2018.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Jurisprudência Criminal**. Paris: H. Garnier, 1900.

\_\_\_\_\_. **Os delitos contra a honra da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

COELHO, Henrique. Um ano após estupro coletivo na Zona Oeste do Rio, dois envolvidos seguem foragidos e delegada sofre ameaças. **G1Rio**. edição de 19/05/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/um-ano-apos-estupro-coletivo-na-zona-oeste-do-rio-dois-envolvidos-seguem-foragidos-e-delegada-sofre-ameacas.ghtml>>. Acesso em 19 abr. 2018.

CONY, Carlos Heitor. **Revista Fatos e Fotos – Gente**. Brasília, Bloch Editora, ano XVII, nº 948, 22/10/1979.

CORBIN, Alain. **História da Virilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [Vol. 2: O Triunfo da Virilidade – Século XIX].

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **As Ilusões da Liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

DESAPARECIMENTO de jovem em saída de bar na Paraíba completa 16 dias. **G1 Paraíba**. edição de 04/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/desaparecimento-de-jovem-em-saida-de-bar-na-paraiba-completa-16dias.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

‘DESEJO que eles tenham um afilha’, diz adolescente sobre estupradores. **Folha de S. Paulo**. edição de 29/05/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776205-desejo-que-eles-tenham-uma-filha-diz-adolescente-sobreestupradores.shtml>>. Acesso em 20 abr. 2018.

DESMASCARADA A FARSA DA “MENINA ESTUPRADA POR 30 TRAFICANTES”!!! ABAIXO A CORRUPÇÃO [página de *Facebook*]. Disponível em: <<https://m.facebook.com/Brasil.Protesta/photos/a.769042769863917.1073741831.282352755199590/769043376530523/?type=3&source=48>>. Acesso em 20 abr. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias [livro eletrônico]**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Rebeca Fernandes. “Guerra de Titãs: a disputa entre o discurso médico e jurídico sobre crime, criminoso e responsabilidade penal”. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História brasileira do direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 171-196.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESTUPRO coletivo: OAB/RJ repudia ato de barbárie. **OABRJ DIGITAL**. 26/05/2016. Disponível em: <<http://www.oabRJ.org.br/noticia/99221-estupro-coletivo-oabRJ-repudia-ato-de-barbarie>>. Acesso em 21 abr. 2018.

‘ESTUPRO está provado’, diz delegada sobre caso no Rio; suspeitos são presos. **Folha de S Paulo**. edição de 30/05/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776352-o-estupro-esta-provadodizdelegada-sobre-caso-no-rio-e-policia-prendeum.shtml>>. Acesso em 20 abr. 2018.

FECHINE, Dani; CARNEIRO, Krystine. Réu é condenado a 26 anos de prisão por matar Vivianny Crisley, na PB. **G1 Paraíba**. edição de 28/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/reu-e-condenado-a-26-anos-de-prisao-por-matarvivianny-crisley-na-pb.ghml>>. Acesso em 23 abr. 2018.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. S. T. Muchail.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso** [trad. Laura F. de A. Sampaio]. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006 (Coleção Leituras Filosóficas).

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **House and Street**: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. (Cambridge Latin American Studies, number 61.) New York: Cambridge University Press, 1988.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2014.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 19 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2017 [vol. I].

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. 3 ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2003, [Coleção Fórum da História].

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1956 [vol. VIII].

KNIBIEHLER, Yvone. **Les médecins et la ‘nature féminine’ au temps du Code Civil**. Annales, 1976.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LEAL, Aurelino. **Germens do crime**. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

LEAL, Luciana Nunes. “Quando acordei, tinha 33 caras em cima de mim”. **O Estadão de S. Paulo**. edição de 26/05/2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vitima-de-estupro-divulgado-nas-redes-sociais-e-submetida-a-exames,10000053582>>. Acesso em 19 abr. 2018.

LINS E SILVA, Evandro. **A defesa tem a palavra**. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1991.

LÔBO, Paulo. Do poder familiar. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coords.). **Direito de família e o novo Código Civil**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente** [trad. Sebastião José Roque]. São Paulo: Ícone, 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Uma introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Unimarco, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Luciano. **Estado Novo (verbete)**. Dicionário Histórico e Biográfico do Brasileiro. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/1005\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1005_1.asp)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARTINS, Marco Antônio. Polícia busca por seis foragidos suspeitos de estuprar menina no Rio. **Folha de S. Paulo**. edição de 30/05/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776273-policia-faz-operacao-paraprendersuspeitos-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>>. Acesso em 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Polícia do Rio conclui inquérito e pede punição a sete por estupro coletivo. **Folha de S. Paulo**. edição de 17/06/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782781-policia-conclui-inquerito-eafirma-que-sete-estupraram-adolescente-norio.shtml>>. Acesso em 19 abr. 2018.

MORAES, Antônio Evaristo. **Ensaio de Pathologia Social**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Introducción al derecho penal**. Barcelona: Bosch, 1975.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 33 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NOTA de Foro 034/18. **Diário de Justiça do Estado da Paraíba**. edição de 18/04/2018. Disponível em:< [https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario\\_justica/publico/buscas.jsf](https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario_justica/publico/buscas.jsf)>. Acesso em 23 abr. 2018.

NÚCLEO Gertrudes Maria – MMM JP [página do *Facebook*]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleogertrudesmaria/posts/2037548506513966>>. Acesso em 23 abr. 2018.

PAULO FILHO, Pedro. O Caso Doca Street. **OAB São Paulo**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PENNAFORT, Roberta. Vítima de estupro coletivo é insultada em letra de funk. **Correio 24h**. edição de 02/06/2016. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vitima-de-estupro-coletivo-e-insultada-em-letra-de-funk/>>. Acesso em 19 abr. 2018.

PERÍCIA confirma que corpo achado em Bayeux, PB, é de Vivianny Crisley. **G1 Paraíba**. edição de 14/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/pericia-confirma-que-corpo-achado-em-bayeux-pb-e-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Org.). **História da Cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POUCHELLE, Marie-Christine. **Corps et Chirurgie à l'apogée du Moyen Age**. Paris, Flammarion, 1983.

PRESO suspeito de envolvimento em desaparecimento de mulher na PB. **G1 Paraíba**. edição de 07/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/preso-suspeito-de-envolvimento-em-desaparecimento-de-mulher-na-pb.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

PROFESSORAS e alunas denunciam abusos sexuais na UFPB. **Portal Correio**. edição de 03/05/2018. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/professoras-e-alunas-denunciam-abusos-sexuais-na-ufpb/>>. Acesso em 04 mai. 2018.

PROMOTORIA pede prisão de quatro acusados por estupro coletivo no Rio. **Folha de S. Paulo**. edição de 20/06/2016. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/amp/cotidiano/2016/06/1783627-promotoria-denuncia-4-por-suspeita-de-participar-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>>. Acesso em 19 abr. 2018.

‘QUANDO acordei tinha 33 caras em cima de mim’, diz menina que sofreu estupro coletivo. **Gazeta Online**. edição de 26/05/2016. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2016/05/-quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim--diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-1013946708.html>>. Acesso em 19 abr. 2018.

RAMALHO, Guilherme. ‘Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim’, diz menina que sofreu estupro coletivo. **O Globo**. edição de 26/05/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-quesofofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em 19 abr. 2018.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2004 [4ª Tiragem].

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é Positivismo?** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

RODRIGUES, Matheus. Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados. **G1 Rio**. edição de 17/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.amp>>. Acesso em 20 abr. 2018.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894

\_\_\_\_\_. **O problema da raça negra na América portuguesa**. Jornal do Commercio, 1903.

\_\_\_\_\_. **Os Africanos no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

ROSA, Joana. Acusados de matar Vivianny Crisley vão a júri popular nesta quarta-feira. **Jornal da Paraíba**. edição de 28/02/2018. Disponível em: <[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/acusados-de-matar-vivianny-crisley-va-o-a-juri-popular-um-ano-e-meio-depois-do-crime.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/acusados-de-matar-vivianny-crisley-va-o-a-juri-popular-um-ano-e-meio-depois-do-crime.html)>. Acesso em 22 abr. 2018.

SACRAMENTO, Cristiano. Caso Vivianny: trio acusado de matar vendedora paraibana ‘por ela ter gritado’ será julgado. **Portal T5**. Edição de 27/02/2018. Disponível em:

<<https://www.portalt5.com.br/noticias/policia/2018/2/61630-caso-vivianny-trio-acusado-de-matar-vendedora-paraibana-por-ela-ter-gritado-sera-julgado>>. Acesso em 22 abr. 2018.

SARLET, Info Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9 ed. Porto alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

SONTAG, Ricardo. **Código Criminológico?** Ciência jurídica e codificação penal no Brasil (1888-1899). 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

\_\_\_\_\_. **Código e técnica:** a codificação penal de 1940 e a construção da identidade do penalista. Brasil (1930-1945). 2007. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SUSPEITOS de matar Vivianny Crisley chegam em João Pessoa. **G1 Paraíba**. edição de 22/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/suspeitos-de-matar-vivianny-crisley-chegam-em-joao-pessoa.html>>. Acesso em 23 abr. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros:** para além do choque das civilizações [trad. Guilherme João de Freitas]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TRIO golpeou Vivianny com chave de fenda e queimou corpo, diz polícia. **G1 Paraíba**. edição de 25/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/primeiro-suspeito-presos-assume-que-participou-da-morte-de-vivianny-crisley.html>>. Acesso em 23 abr. de 2018.

UM DOS ACUSADOS de matar Vivianny Crisley, em Bayeux, é condenado a 26 anos de prisão. **Portal do Litoral PB**. edição de 28/02/2018. Disponível em: <<http://www.portaldolitoralpb.com.br/um-dos-acusados-de-matar-vivianny-crisley-em-bayeux-e-condenado-a-26-anos-de-prisao/>>. Acesso em 23 abr. 2018.

VASCONCELLOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito:** primeiras linhas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VÍTIMA de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua. **G1 Rio**. edição de 26/05/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-counta-que-acordou-dopada-e-nua.amp>>. Acesso em 19 abr. de 2018.